



Garimpeiros desembarcam no porto do Arame, no rio Uraricoera, município de Alto Alegre (RR), após deixarem os garimpos ilegais na Terra Indígena Yanomami Lalo de Almeida/Folhapress

## Balões dos EUA invadiram território 10 vezes, diz China

Balões dos EUA sobrevoaram a China mais de dez vezes desde 2022, afirmou Pequim. Washington negou. No dia 4, o governo americano disse ter abatido um suposto balão espião chinês. Desde então, vários objetos não identificados foram vistos nos EUA e Canadá. **Mundo A8**

## esporte B7

Técnico campeão do Super Bowl vai de pé-frio a elite da NFL

## ilustrada C1 e C4

MAM de SP mostra cores e esculturas do lanelli essencial

## comida C8

Livro de receitas vira objeto de luxo na era do chef celebridade



Karime Xavier/Folhapress

## TORTURADO QUER REPARAÇÃO

O operário aposentado José Vicente Correa, 86, que sofreu torturas em 1970, confundido pela ditadura com militante da organização VAR-Palmares, pede indenização à Justiça A6

## MÔNICA BERGAMO Mercado age para melhorar relação de Haddad com BC

Um grande banqueiro conversou na semana passada com o presidente do BC, Roberto Campos Neto, e depois procurou Fernando Haddad para incentivar um acordo. A expectativa é que Lula também aceite a trégua. **Ilustrada C2**

## ENTREVISTA Esther Dweck Plano é dar reajuste aos servidores federais até abril

Ministra da Gestão diz que há R\$ 11,2 bilhões para elevar salários em até 9%. Ela afirma que o teto remuneratório precisa ser respeitado. "Se alguém não está [dentro do teto], tem algo errado." **Mercado A16**

# Medo e planos para deixar o país marcam périplo de garimpeiros

Exploradores pobres, que fazem percurso por terra e água, aplacam frustração com meta de buscar ouro nas Guianas

Garimpeiros promovem um êxodo cada vez mais intenso em Roraima após meses ou anos de atividade predatória na maior terra indígena do Brasil, a Yanomami. Portos clandestinos como o do Arame, o maior entreposto da fuga por terra, vivem dias de caos, relatam Vinicius Sassine e Lalo de Almeida.

A Folha acompanhou o trajeto dos garimpeiros na região de Alto Alegre. O garimpo se divide entre trabalhadores braçais da busca por ouro, que são migrantes de outros estados e da Venezuela, e operadores da logística que ganham ao viabilizar a exploração, inclusive na atual fase de desintrusão.

Quem tem feito as varações pela mata e lotado as embarcações — um barco de 12 metros carrega até 40 pessoas — são os trabalhadores braçais: raizeiros (que arrancam as raízes das árvores para a escavação), jateiros (operam os jatos d'água para revirar terra), cozinheiras, prostitutas. **Cotidiano B1**

## Bolsonarismo faz ofensiva pela pauta indígena no Legislativo

Cotidiano B2



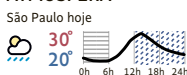
## Provisão de bancos para Americanas vai a R\$ 10 bilhões

Os quatro maiores bancos de capital aberto do país — Itaú, Bradesco, Santander e Banco do Brasil — reservaram juntos cerca de R\$ 10 bilhões para cobrir perdas com empréstimos à Americanas. O BB lucrrou R\$ 9 bilhões no quarto trimestre de 2022, alta anual de 52%. **Mercado A22**

## Corrente de Lula no PT defende aliança 'amplíssima' no Congresso

Política A7

## ATMOSFERA



Fonte: www.climatempo.com.br

	Hoje	Amanhã
Rio	23° 34°	24° 37°
Brasília	20° 29°	20° 30°
Ribeirão	20° 32°	22° 33°

## J. Pereira Coutinho Liberdade acima das patrulhas

Um ensino adulto e livre é pluralista e confrontacional. Se o professor acredita pensando em diversidade e inclusão, ótimo para ele. É igualmente legítimo que outro acorde pensando nas suas particulares obsessões científicas. **Ilustrada C7**

## Classe média foi a que mais perdeu renda na pandemia

A classe média brasileira — localizada entre os 41% mais pobres e os 10% mais ricos da população — perdeu 4,2% da sua renda em 2020, primeiro ano da pandemia, enquanto o rendimento dos mais pobres teve ganho de 0,2%, graças principalmente ao pagamento do auxílio emergencial.

Nesse período, segundo dados inéditos da FGV Social, os rendimentos dos 10% mais ricos caíram 1,2%. E, ao contrário do que se imaginava, o pagamento do auxílio a 67 milhões de pessoas não reduziu a desigualdade no Brasil: com o empobrecimento da classe média, ela aumentou. **Mercado A13**

## Correção de tabela do IR já está com presidente, afirma Fazenda

Mercado A13

## EDITORIAIS A2

**Saga tributária**  
Sobre resistências à crucial reforma dos impostos.

**Diálogo retomado**  
A respeito de acordo ambiental entre Lula e Biden.

**JHSF**

APRESENTA

A VISTA

MAIS

IMPRESSONANTE

DA CIDADE.



RESERVA  
CIDADE JARDIM

IRREPLICÁVEL

Veja nas páginas A10 e A11.



opinião

# FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA  
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

**PUBLISHER** Luiz Frias  
**DIRETOR DE REDAÇÃO** Sérgio Dávila  
**SUPERINTENDENTES** Carlos Ponce de Leon e Judith Brito  
**CONSELHO EDITORIAL** Fernanda Diamant, Hélio Schwartzman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luíza Helena Trajano, Patrícia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)  
**DIRETOR DE OPINIÃO** Gustavo Patu  
**DIRETORIA-EXECUTIVA** Alexandre Bonacio (financeiro, planejamento e novos negócios), Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais), Everton Fonseca (tecnologia) e Marcelo Benez (comercial)

## EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

### Saga tributária

Governo precisa usar articulação política e informação para enfrentar lobbies contra reforma

A ideia de promover uma reforma tributária ampla tem mais de um quarto de século. Desta vez, mesmo com uma proposta de mudança paulatina, há risco de que possa mais uma vez ser adiada.

Crises econômicas e falta de dinheiro para compensar eventuais ou autointitulados prejudicados impediram a mudança até aqui. Os lobbies mais importantes foram decisivos, como estados que temiam perder receita ou setores receosos de pagarem mais — muitas vezes por perderem privilégios.

Um novo tiro contra a atual tentativa de reforma foi dado por Eduardo Paes (PSD). O prefeito do Rio de Janeiro escreveu em redes sociais que o secretário da reforma tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, é “autoritário”.

Em evento público, Appy disse que os prefeitos terão de aceitar o fim do Imposto sobre Serviços (ISS), que seria dissolvido no novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) —arrecadado ou exclusivamente pela União ou por União e estados. A receita do tributo seria compartilhada, mas o município perderia o poder de alterá-lo.

Prefeitos temem perder arrecadação para a União e autonomia política. O receio é compreensível, mas, sem simplificação e uniformização de normas, não há reforma.

Agropecuária e serviços já voltam a combater a padronização de alíquotas. Setores que recebem

benefícios excessivos do Simples e de outros regimes especiais, como empresas da Zona Franca de Manaus, também.

Há ainda objeções como a do secretário de Governo do estado de São Paulo. Segundo Gilberto Kassab (PSD), a reforma tributária deve vir acompanhada da reforma administrativa —a de mais improvável realização sob o atual governo.

Dado que o sistema de impostos é estruturalmente fragmentado, a frente contra a reforma é grande. O interesse geral, difuso e com pouca representação organizada, terá dificuldade contra os lobbies.

A alteração da legislação sobre tributos depende de ampla articulação política do governo e, também, de grande campanha de informação. Foi o que ocorreu com a reforma da Previdência. Somente após anos de debates e de difusão de dados, a mudança pareceu razoável e teve menor oposição ativa.

No caso dos impostos, a explicação sobre distorções do atual sistema mal começou. O fato de que a transição será longa (até demais, talvez meio século) está ainda menos claro. A implementação lenta evita choques e permite correções —embute, pois, mecanismos de prevenção de injustiças.

No entanto nada disso foi esclarecido para a parte da opinião pública mais interessada no debate. Desse modo, a reforma tem ainda menos chances de vingar.

## Diálogo retomado

Não se justifica decepção com os resultados da visita de Lula a Biden na pauta ambiental

Seria equívoco avaliar o saldo ambiental do encontro de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com Joe Biden, em Washington, só pela ausência de uma quantia específica de doação para o Fundo Amazônia. Claro está que um aporte volumoso teria impacto simbólico, mas não era imprescindível para marcar a reabertura da parceria.

Mais importante foi retomar a colaboração entre dois gigantes territoriais das Américas em prol do clima planetário. Grupos de trabalho dos governos voltam a reunir-se para traçar iniciativas conjuntas. E os EUA prometem dar contribuição financeira, inclusive um depósito inicial para o fundo.

Biden não tinha por que comprometer-se com investimento bilionário num programa de combate ao desmatamento que ainda está em preparo por uma administração que havia assumido apenas sete semanas antes. Ele sabe, assim como Lula, que de pronto não falta dinheiro no Fundo Amazônia.

Há mais de R\$ 3 bilhões estacionados ali, após a paralisação pelo então ministro Ricardo Salles, subserviente ao nacionalismo antiambiental de Jair Bolsonaro (PL). A culpa não se limitou a hostilizar doadores, como Noruega e Alemanha, e terminou por inviabilizar a gover-

nança dos recursos pelo BNDES. O busfilo, doravante, está em desfazer o estrago ocasionado pelo governo Bolsonaro, que deliberadamente desmontou as instituições de fiscalização e incentivou o quanto pôde grileiros, garimpeiros e madeireiros ilegais.

No período da mais acentuada redução de desmatamento, de 2005 a 2014, iniciado na primeira passagem de Marina Silva (Rede) pela pasta do Meio Ambiente, decisivas foram não só as verbas, mas medidas como restrições de crédito para infratores. Os valores só começaram a fluir para o Ibama quando já se colhiam resultados.

Recompor os quadros desses órgãos e coordenar as diversas passagens envolvidas num plano operacional exequível são os desafios mais urgentes de Marina.

Novos aportes ao Fundo Amazônia farão efeito mais à frente, financiando projetos de desenvolvimento sustentável na Amazônia que possam gerar e distribuir renda na região a ponto de rivalizar com a exploração imediatista e predatória dos recursos naturais.

Até lá, haverá tempo para Biden ou outro presidente americano demonstrar seu real engajamento numa aliança global pelas florestas e pelo clima.

### Banca do Antfer

Telegram: <https://t.me/bancadoantfer>



### Idioma pétreo

Hélio Schwartzman

O STF fez bem em declarar inconstitucional a lei de Rondônia que baniu a linguagem neutra das escolas. Se há uma norma que eu não hesitaria em tornar cláusula pétrea é uma que proíba políticos de legislar sobre o idioma.

Daí não decorre que eu morra de amores pela linguagem neutra. Sou solidário às dores da comunidade trans, mas não creio que o idioma seja o lugar para esse tipo de batalha. Penso até que a lógica que preside ao neutralismo é rasteira e, no limite, preconceituosa. Está se dizendo, afinal, que o “o” é um sinal distintivo da masculinidade, e o “a”, da feminilidade, o que deixa orfãos os que não se encaixam em nenhum dos dois. Mas, assim como nem todos os indivíduos se conformam ao binarismo macho/fêmea, nem todo “o”/“a” designa inequivocamente um gênero gramatical. Vocabúlos de origem grega terminados em “ema” (fone-ma, telefonema), por exemplo, são todos masculinos, apesar do “a” final. Forçar uma distinção a priori às palavras não é, no método, diferen-

te de impor modelos fixos de sexualidade às pessoas.

Mas o que eu, o militante ou o legislador pensamos é irrelevante. Idiomas evoluem segundo padrões que se assemelham mais aos da seleção natural que aos de processos dirigidos. Cada usuário de uma língua imprime suas idiossincrasias a ela. A esmagadora maioria dessas “mutações” será rejeitada; algumas poucas, conservadas. É só ao longo dos séculos que as mudanças se tornam perceptíveis.

E, se já não é fácil emplotar palavras que durem (alguém se lembra de “andropodoteca”?), bem mais difícil é fixar mudanças no nível da concordância, isto é, da sintaxe, campo em que os idiomas fazem ainda mais seleções.

Meu palpite é que, no futuro, a linguagem neutra não passará de curiosidade histórica. Mas, ao contrário das mutações biológicas, que podem originar cânceres, as linguísticas não fazem mal. Não há razão para impedir as pessoas de falar como preferirem.

helio@uol.com.br

### Crime e impunidade no caso Kiss

Cristina Serra

A tragédia da boate Kiss, no Rio Grande do Sul, acaba de completar dez anos e está reconstituída em duas séries em exibição no streaming. Ambas têm o grande mérito de envolver o espectador no vórtice de sofrimento e revolta dos sobreviventes e dos pais dos 242 jovens mortos dentro de uma câmara de gás.

As duas séries resultam do trabalho obstinado dos jornalistas Daniela Arbex e Marcelo Canellas, que acompanham a luta das famílias pela punição dos responsáveis. Neste ponto, a dor dilacerante pela perda dos filhos se cruza com um sistema jurídico moldado para produzir injustiça e impunidade.

A boate preenchia um catálogo de irregularidades. Não tinha saídas de emergência. Extintores eram peça de decoração. A espuma do teto era de material inflamável mais barato e de pior qualidade. Os fogos de artifício usados pela banda também. A superlotação completou a fórmula para o morticínio.

Dois sócios da boate e dois integrantes da banda foram denuncia-

dos, mas os pais sempre lutaram pela ampliação das responsabilidades, visando a atuação do poder público. Quem deu alvará de funcionamento para aquela ratoeira? Quem fiscalizou a boate?

Os pais apontaram falhas na atuação do Ministério Público do Rio Grande do Sul e, por isso, tiveram que responder a processo por calúnia e difamação movido por alguns promotores. Absurda inversão de papéis que deu em nada, mas aprofundou o penoso calvário das famílias.

Nestes dez anos, o processo contra os quatro réus avançou e retrocedeu ao sabor da fartura de recursos e filigranas jurídicas. O julgamento que os condenou foi anulado por instância superior. Não há desfecho à vista. Ninguém está preso. É um crime sem autoria, sem responsáveis, sem castigo. O que sobra é a impunidade que estimula outras tragédias. Onde? Quando? Quem estará na próxima? Meu filho? O seu? A impunidade agride a memória dos mortos, pune os pais e os sobreviventes e nos degrada como sociedade.

### A reinterpretação do golpe

Alvaro Costa e Silva

Antes o revisionismo histórico dormava um bom tempo —uma, duas, cinco décadas?— para começar a ser divulgado. Ação hoje é imediata. A história mal acabou de acontecer diante de nossos olhos e já tem início sua reelaboração ou “ressignificação”, para usar uma palavra da moda.

Os golpistas do Oito de Janeiro não são golpistas. São jovens e velhos descontentes. A invasão das sedes dos três Poderes não foi uma etapa do golpe — combinada com a tentativa de explodir bombas no aeroporto de Brasília e de fazer bloqueios em rodovias e refinarias, a presença de fanáticos financiados e acampados na porta dos quartéis e a existência do documento de ruptura institucional escondido no armário do ex-ministro da Justiça — e sim um movimento natural de quem não concordava com a eleição do novo governo e queria, apenas, expressar sua opinião.

Com tanta gente inocente, não haveria razão para prender 1.420 patriotas em flagrante ou nas operações

da Polícia Federal. Tampouco a possibilidade de a Advocacia-Geral da União pedir a condenação definitiva de 54 pessoas por sua participação na trama. Menos ainda bloquear, a pedido da AGU, R\$ 20,7 milhões de indivíduos, empresas e entidades investigadas por financiar atos de vandalismo. Cêlere, a revisão histórica classifica as decisões como revanchismo e abuso de poder.

Curioso é que os que têm influência de verdade no poder dispensam as narrativas. Até agora nenhum membro das Forças Armadas foi alvo de denúncias do Ministério Público ou de operações da PF, embora oito militares da ativa lotados na Presidência durante o governo Bolsonaro tenham se infiltrado nos acampamentos.

O ministro Francisco José Parente Camelo, futuro presidente do Superior Tribunal Militar, afirmou que atuará com “toda a justiça” caso receba processos envolvendo militares no Oito de Janeiro. Aguardemos mais essa interpretação da história.

### A vida à venda no metrô

Cristiano Cipriano Pombro

Repórter da Folha e coordenador de avaliação do Prêmio Empreendedor Social

Quem usa transporte público em São Paulo sabe, em especial na linha vermelha do metrô, que nunca viajará só.

“Atenção, senhoras e senhores, desculpe incomodar a viagem de vocês. Trago o tratamento mais revolucionário para dores nas costas, no pé, no calcanhar, na panturrilha... É a pomada preta. Sucesso certo.”

O cheiro de arnica da “revolução” e a lembrança das minhas dores embalam duas estações. Será que ela, numa só aplicação, aliviará ciúses políticos do país, inflação e minhas dores?

Nem dá tempo de buscar respostas e o anúncio dos melhores fones de ouvidos tomam o vago. “Funcionam com Bluetooth, ajudam em reunião, estudo, ligação, conectam com iOS e Android e duram por seis horas”. Está aí a terceira via dos eletrônicos que cumpre uma das jornadas de trabalho da ferida CLT. “Mais alguma? Alguém mais?”

Com fones, será que me entenderia com quem pensa diferente? Mas eis que surge o “melhor descascador de frutas e legumes”, com teste ao vivo e alimentos jogados, aos pedaços, num saco plástico. O artefato me remete à fome no país — veja os yanomamis — esse mal tão ruim à vida quanto a Covid.

E o vago ainda ganha ares de autoajuda quando o ambulante diz: “É sua chance de comer de forma saudável e fazer boa comida para quem ama”. Será que era o descascador da China a solução para eu perder quilos somados na pandemia?

Mal vislumbro pratos com minha quase aquisição e já ouço voz fina, à lá “eu podia estar matando, eu podia estar roubando, mas estou a lhe pedir ajuda”. A mulher pede pelos filhos que dependem dela, agora sem emprego como os 9,5 milhões de brasileiros. Penso nesses filhos que não conheço e sofro por eles como também pelos refugiados, turcos e sírios.

Desperto da tristeza com o apito da estação 55, e o vaivém insano de pessoas. Faltam três estações. Miro o celular, mas, de novo, o shopping trem, atração importada dos vagões da CPTM, rouba a atenção. Um jovem que se diz acossado pelo “rapa” (segrundação do metrô) liquida barras de chocolate a R\$ 5 e para evitar perder tudo. Penso de novo no ralador e na fome.

A seguir, o item é a pochete que “parece pequena, mas cabe carteira, três celulares, dinheiro e remédio”. “Tudo o que você precisa para não perder na mão de vagabundo”. Se o Estado não dá segurança, a população se arma. Não era todo mundo que tinha R\$ 10 nem para Pix, mas o meio guia o povo: a pochete é o produto mais vendido.

Quase compro uma para, ao sair do metrô, não enfiar celular e carteira na bolsa — e quase entrar junto — por segurança ante assaltos e nova craquelândia.

Na estação destino, fico feliz por resistir aos impulsos consumistas no shopping metrô. Afinal, não dou conta de tudo. E, se a necessidade da população for medida pelas ofertas no vago, não sou só eu.

# TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates/grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

## Só cuida das pessoas quem cuida das contas

Recomendaria ao gestor público privilegiar comunicação e transparência

Paulo Hartung

Economista, presidente-executivo da Ibm e membro do Conselho Consultivo do RenovaBR; ex-governador do Espírito Santo (2003-10 e 2015-18)

Nesta terça-feira (14), recebo a maior honraria do Tribunal de Contas da União (TCU), o Grande-Colar do Mérito. Agradeço à corte e a seu presidente, ministro Bruno Dantas, pela homenagem, significativa menos pelo que tem de pessoal e muito mais pelo que busca distinguir na vida nacional: o bom governo e a política de bases republicanas.

Nesse contexto, minha trajetória tem se traduzido no paradigma de cuidar das contas, ou da efetiva governabilidade, para cuidar das pessoas, de modo que o fazer político dialogue com o seu espírito essencial, que é a “felicidade” dos cidadãos, conforme salientou Aristóteles.

A partir das oito eleições que disputei, exerci oito mandatos, quatro no Executivo (prefeito de Vitória e governador do Estado do Espírito Santo —2003-2010 e 2015-2018) e quatro no Legislativo (deputado federal, deputado estadual e senador). Fato comum a todos: a ação republicana em prol do avanço da civilização de bases humanísticas.

No cenário histórico brasileiro, esse caminho enfrenta imensos desafios que, em linhas gerais, podem ser reunidos sob a rubrica da irresponsabilidade e da inconsequência político-governativa sustentadas pelo desprezo à maioria de nosso povo. Tal contingência é visível no desarranjo fiscal e no descompromisso com políticas públicas, baseadas em evidências, de reestruturação da nossa socialidade —tão marcada por desigualdades e injustiças socioeconômicas.

Se há algo comum na cena governativa do país é o enfrentamento da agenda oriunda de desequilíbrios fiscais. Ao longo de minha trajetória, tive de efetivar três ciclos de ajustes. Primeiramente, na Prefeitura de Vitória, que, após a Constituição de 1988, havia perdido com-

pletamente a capacidade de investimento.

Em minhas duas primeiras gestões estaduais, fiz dois ajustes, mas, ao voltar ao governo, em 2015, tive de fazer outro. Os dois primeiros foram no campo da despesa e da receita. Já no terceiro não havia espaço para esse movimento, pois estávamos no meio de uma recessão econômica. Só havia um caminho: ajustar a despesa para o Estado voltar a funcionar e prover os seus serviços.

Objetivamente, nesses processos, recomendaria a qualquer gestor público privilegiar a comunicação —para dentro, na administração, e para fora, junto à sociedade—, além de transparência, sempre. A partir daí, com a boa política e a boa técnica, mais do que fazer ajustes fiscais, é possível efetivá-los com o respeito da sociedade e ainda ganhar eleição.

Em todos os ciclos de ajuste que promovi, fizemos entregas de reconhecimento mérito. Para exemplificar, concomitantemente ao ajuste de 2015-16, temos um “case” na educação: saímos do 11º lugar no Ideb (In-

dice de Desenvolvimento da Educação Básica) e fomos para o 1º na prova de português e matemática. Também registramos a menor mortalidade infantil do Brasil, segundo o IBGE, e o segundo maior índice em expectativa de vida.

Ademais, com Nota A do Tesouro Nacional, demos início ao terceiro ciclo da economia espírito-santense, diversificando o rol de atividades, atraindo novos negócios e adensando cadeias produtivas já existentes. Assim como fizemos na prefeitura da capital capixaba, também organizamos e efetivamos um sistema de fomento de ciência, pesquisa e tecnologia, contemporâneo do nosso tempo, seja na sua agenda, seja na sua formatação.

No campo da sustentabilidade, algo crucial às atuais e futuras gerações, fomos pioneiros no Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), alocando recursos de royalties de petróleo em um fundo específico de preservação e recuperação de florestas em áreas estratégicas do estado do Espírito Santo, notadamente regiões de captação de água de chuvas e nascentes.

Então, volto a destacar: só cuida das pessoas quem cuida das contas. Isso a partir de muita dedicação e diálogo para fazer o que precisa ser feito, na imperiosa obra republicana.

A centralidade dos valores humanísticos e fundamentos da política democrático-republicana são meus guias e farol na caminhada que dedico ao propósito de contribuir para a construção de um hoje diferente do que já vivemos com sociedade, sempre somando à formação das bases de um futuro ainda mais distante do agora; próximo, portanto, de um tempo de ampla oferta de oportunidades por uma realidade de prosperidade compartilhada e sustentável.

# PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br

Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço



O presidente Lula conversa com a ex-presidente Dilma Rousseff durante a cerimônia de assinatura do programa Pró-Catador Adriano Machado/Reuters

### Troca de farpas

“Aécio ironiza ida de Dilma para China e diz que chega a ser cruel” (Painel, 10/2). Aécio ainda não superou a derrota para Dilma, todo esse caos que estamos vivenciando começou com ele. Passou da hora de recolher-se à sua insignificância. **Mari Vieira da Costa** (Felixlândia, MG)

\*

Cruel é a dor do despeito...

**Marilza Abrahão** (Uberlândia, MG)

\*

Aécio está correto. O PT sempre escondendo a sujeira debaixo do tapete.

**Eduardo Freitas** (São Paulo, SP)

\*

“Cruel é fim de carreira de Aécio, diz advogado ligado ao PT, sobre crítica a Dilma” (Painel, 12/2). Até que enfim o Aécio acertou uma. O cargo oferecido para a dona Dilma não passa de um prêmio de consolação com milhares de quilômetros de distância.

**Nilton Silva** (Brasília, DF)

### Harmonia

“Banqueiros se mobilizam por acordo entre Haddad e BC que ‘late alto’” (Mônica Bergamo, 13/2). O melhor formato foi o da dupla Lula-Meirêles: autonomia atribuída e garantia pelo presidente da República, alinhamento com a política econômica do governo, de modo que a política monetária seja um elemento a favor do projeto político legitimado pelas urnas, e não uma peça disfuncional, que trabalha pelo fracasso do governo.

**Stenio Miranda** (São Paulo, SP)

### Primeiro escalão

“Negros são menos de 15% no primeiro escalão dos governos estaduais” (Política, 13/2). A escravidão durou três séculos, foi extinta, mas o pensamento discriminatório e retrógrado que desceba para a segregação velada e explícita no trabalho de carteira, nos altos postos da carreira militar ou em cargos de comissão e livre nomeação, continua.

**Marcos Antônio** (Manaus, AM)

### Linguagem neutra

“STF declara inconstitucional lei de Rondônia que proíbe linguagem neutra em escolas” (Educação, 11/2). Há comentaristas muito preocupados com a linguagem, mas descuidam da leitura. A decisão não foi sobre a linguagem neutra, e sim sobre a competência constitucional de um estado para legislar sobre isso. Também não vejo com bons olhos a oficialização da linguagem neutra sem ela estar assilada pela comunidade de falantes, mas a decisão do STF não tem relação com isso.

**Humberto Guerra** (Belo Horizonte, MG)

\*

Justamente por ser viva, a língua evolui, adapta-se, muda. O que é o português brasileiro senão o latim corrompido, impregnado de celibero e árabe, adicionado de tupi e yorubá?

**Silvia Peres** (São Paulo, SP)

\*

Embora ache uma grande bobagem essa coisa de linguagem neutra, saúdo o STF pela decisão, mais um freio no obscurantismo que tem ameaçado esse país.

**Ricardo Caneido de Araújo**

(Taboão da Serra, SP)

### Cigarros, lápis e moedas

É sempre ruim perder uma empresa quase centenária, ainda mais a Pan, que conseguiu entrar para a memória afetiva de várias gerações vendendo massa de açúcar sabor cereja de ouvido. Como sempre, deve ter sido uma mistura de fatores, uns na conta da administração, outros na conta do péssimo ambiente de negócios do Brasil (“Pan, dos ‘cigarros’ de chocolate, pede autofalência à Justiça”, Mônica Bergamo, 13/2).

**Cláudio Lins de Vasconcelos**

(Rio de Janeiro, RJ)

\*

Fiquei chateado com a notícia. Embora o chocolate não fosse de primeira linha, era uma festa quando traziam para mim e minha irmã. Com recursos escassos, o chocolate era manjar dos deuses para nós.

**Rodney Francisco Rocha**

(São Paulo, SP)

\*

O fim de uma das pioneiras em vender açúcar sabor chocolate. Um baque para a indústria açucareira.

**Alexandre Telles** (Belo Horizonte, MG)

### Bloquinhos

“Blocos arrastam multidão com hits e manifestações pró-Lula em SP” (Cotidiano, 12/2). É o momento de extravasar. E eles podem se manifestar da forma que quiserem, com respeito e segurança. Viva o Carnaval!

**João Pedro Sousa** (São Paulo, SP)

\*

Eu, que não sou de participar de blocos e afins, fico muito feliz em ver a volta do Carnaval.

**Raul Neto** (São Paulo, SP)

### Colunistas

Moro na Turquia e tenho parentes no Brasil. Chegou até a nossa comunidade um artigo publicado no seu jornal, que nos emocionou e tocou profundamente. O artigo foi escrito por Becky S. Koriche e o título é “E eu com isso?” (13/2). Em nome da comunidade, agradeço aos brasileiros e ao jornal por ter publicado um texto tão importante para nós.

**Seyla Telvi** (Istambul, Turquia)

\*

“Vá ao sebo” (Ruy Castro, 13/2). Eu acho que o nome é que não é muito apropriado: sebo. Esses depósitos de pepitas preciosas deveriam chamar-se filés.

**José Eduardo de Oliveira**

(Patos de Minas, MG)

\*

“Os animais sabem que vão morrer?” (Giovana Madalosso, 12/2). É bem possível! Há muito o que se estudar e desvendar sobre o comportamento animal e suas percepções! É muita prepotência achar que só os humanos “podem”.

**Jane Medeiros** (Rio de Janeiro, RJ)

\*

Sim, a finitude nos lembra de abraçar o que não passa: o amor, a caridade. Amei conhecer esta autora.

**Maria Adelaide Viestel** (Niterói, RJ)

# ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

**OPINIÃO** (10.FEV. PÁG. A2) O editorial “Mais que o terremoto” mencionou erroneamente o célebre terremoto de Lisboa ocorreu em 1775. O correto é 1755.

## Educação pública subfinanciada

Brasil ocupa uma posição muito aquém de suas possibilidades econômicas

Otaviano Helene

Professor sênior do Instituto de Física da USP; ex-presidente do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e autor, entre outros, de “Um Diagnóstico da Educação Brasileira e de seu Financiamento” (Autores Associados)

Nestes últimos anos, as políticas privatistas avançaram no país, em geral, e no estado de São Paulo, em particular. Esse fato — combinado com a situação caótica que o país foi deixado pelo governo anterior, o que facilitou o sucesso de propostas mal fundamentadas ou mesmo sem fundamento algum — torna necessário lembrar alguns outros fatos e argumentos referentes ao financiamento da educação pública, setor que sempre atrai a sanha privatista.

Países ricos ou não, que conseguem manter um sistema educacional capaz de responder às suas necessidades e formar adequadamente a população futura, investem cerca de 25% de seus PIBs per capita por aluno na educação básica. Nenhum país que tenha investimentos significativamente abaixo disso consegue manter uma educação adequada.

No caso brasileiro, os investimentos públicos por aluno na educação básica estão muito abaixo daquele valor, próximos de 15% da renda per capita nacional. No caso da educação pública estadual paulista, embora o investimento por aluno seja maior do que a média nacional, eles estão próximos aos 15% do PIB per capita do estado. A cifras recentes, isso corresponde a menos que R\$ 800 por mês por aluno. Com tal dispêndio, não é possível oferecer educação de qualidade. Os resulta-

dos desse baixo investimento são condições de estudo e trabalho muito ruins, abandono escolar, escolas com más condições de estudo e trabalho e todos os demais problemas bem conhecidos por professores, estudantes e seus familiares.

Não fosse a enorme evasão característica do Brasil (um terço dos jovens brasileiros e um quarto dos paulistas não concluem o ensino médio),

[...]

Países ricos ou não, que conseguem manter um sistema educacional capaz de responder às suas necessidades e formar adequadamente a população futura, investem cerca de 25% de seus PIBs per capita por aluno na educação básica. Nenhum país que tenha investimentos significativamente abaixo disso consegue manter uma educação adequada

e se todas essas pessoas excluídas estivessem nas escolas, os recursos por aluno seriam ainda menores.

É necessário lembrar que as despesas educacionais são majoritariamente com salários, seja diretamente, seja por meio de serviços prestados por terceiros. Assim, baixos investimentos por aluno significam baixas remunerações. Por exemplo: no caso da educação pública estadual paulista, a remuneração média dos docentes é significativamente inferior à média recebida pelos demais trabalhadores do estado, embora aqueles tenham curso superior e exerçam a profissão para a qual foram formados.

Como consequência dessa política de subinvestimento na educação pública brasileira, o país ocupa uma posição muito inferior àquela que seria esperada considerando suas possibilidades econômicas. Um exemplo do nosso atraso é o fato de que apenas um único país da América do Sul tem uma taxa de analfabetismo pior que a brasileira.

A solução para superar nosso atraso educacional passa longe da privatização. Ao contrário, com a mesma quantidade de recursos por aluno, o setor privado consegue um resultado pior do que o setor público. Portanto, privatizar seria apenas uma forma de desperdiçar recursos e levaria o país a uma situação ainda pior.



Filtro

Convidada para ser corregedora da superintendência da PF em SP, a delegada Tânia Fogaça teve o seu nome barrado pela atual direção-geral da corporação, comandada por Andrei Passos. Colegas atribuem o recuo ao fato de ela já ter trabalhado na gestão Jair Bolsonaro (PL), como diretora do Depen (Departamento Penitenciário Nacional), e por sua proximidade com o ex-ministro da Justiça Anderson Torres, preso após os ataques de 8 de janeiro. A PF não quis se manifestar.

**CURRÍCULO** A atuação da delegada investigando os chamados “dissidentes da PF”, durante a Lava Jato, também teria sido usada como razão para descomidá-la. O grupo foi acusado de produzir dossiê denunciando a suposta parcialidade de delegados da operação contra o PT e em favor do PSDB e seu então candidato à Presidência, Aécio Neves, em 2014.

**SEM...** O comandante do Exército, general Tomás Paiva, tem dito a autoridades em Brasília nos últimos dias que sua orientação é para que todos os militares envolvidos nos atos de 8 de janeiro, por dolo ou comissão, sejam punidos. A Força está conduzindo apurações internas, além das que devem ocorrer na Justiça. Segundo Paiva, a regra será não poupar ninguém.

**...ANISTIA** O comandante do Exército tem ponderado nas conversas, no entanto, que também não pretende fazer alarde. A própria lei determina o sigilo de apurações ainda em andamento, justamente para não precipitar o julgamento e expor quem eventualmente se prove inocente.

**CONFIA** O presidente do BC, Roberto Campos Neto, previu, na sabatina no Senado, em fevereiro de 2019, que a autonomia do órgão contribuiria para que os juízes caíssem. “A mudança trará ganhos para a credibilidade da instituição, reduzindo o trade-off [troca] de curto prazo entre inflação e atividade econômica e contribuindo para a queda das taxas de juros e o crescimento econômico”, afirmou.

**FAIÃO** A autonomia do BC foi aprovada em 2021, estabelecendo mandatos fixos para o presidente e a diretoria da instituição. Desde então, houve sucessivas elevações na taxa de juros, chegando atualmente a 13,75%. O patamar elevado tem incomodado o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o PT, que vêm aumentando o tom das críticas à autoridade monetária.

**NAS RUAS** Movimentos sociais estão organizando manifestações pedindo a queda dos juros e a saída de Campos Neto do BC. Participarão entidades como MST, MTST e centrais, com o mote de que a Selic alta gera recessão, desemprego e fome. Os atos começam nesta terça-feira (14).

com Guilherme Seto e Juliana Braga

GRUPO FOLHA  
FOLHA DE S.PAULO ★★

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

**Redação São Paulo**  
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222  
**Ombudsman** ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000  
**Atendimento ao assinante** (11) 3224-3090 | 0800-775-8080  
**Assine a Folha** assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
PLANAL MENSAL	R\$ 29,90	R\$ 39,90
EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa	Assinatura semestral*
	seg. a sáb. dom.	Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R\$ 6	R\$ 9
DF, SC	R\$ 7	R\$ 10
ES, GO, MT, MS, RS	R\$ 7,50	R\$ 11
AL, BA, PE, SE, TO	R\$ 11,50	R\$ 14
Outros estados	R\$ 12	R\$ 15

\*A vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

**CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)**  
344.969 exemplares (dezembro de 2022)

# Lei de Conflito de Interesses faz dez anos com lacunas e debate sobre ética pública

Calibragem de quarentena e definição de regras para todos os cargos são pontos ainda frágeis que precisam de aperfeiçoamento

Alexa Salomão

**BRASÍLIA** Saber se pode virar empregado de uma empresa privada ou atuar como consultor privado na mesma área em que fez carreira no serviço público ou ainda se tornar sócio de negócio privado.

Essas três questões encabeçam a lista de dúvidas quando servidores ou empregados públicos federais buscam informações visando migrar do governo para o setor privado, respeitando a lei 12.813/2013, também conhecida como Lei de Conflito de Interesses.

Em julho, a lei completa dez anos, e a busca dos limites entre público e privado vista nessas consultas, é tida como um dos ganhos da legislação.

No período, os trabalhadores teriam incorporado a preocupação em não transitar de qualquer jeito pela chamada porta giratória, o vai e vem de um setor a outro, e vice-versa, com vazamentos de informações privilegiadas, ganhos para indivíduos e empresas, em detrimento do interesse público. “Da perspectiva das consultas, temos indicativos de que há preocupação em seguir a lei, o que é muito positivo”, diz o ministro Vinícius Marques de Carvalho, da CGU (Controladoria Geral da União).

A CGU é um dos órgãos que aplicam a lei. Mas divide a responsabilidade com a Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

A comissão é responsável por monitorar risco de conflito de interesse do topo da pirâmide do serviço federal, o que inclui trabalhadores das DAS 5 (Direção e Assessoramento Superior nível 5) para cima, ministros, secretários, presidentes de estatais. A CGU cuida dos casos dos demais trabalhadores.

Mas a avaliação é que alguns pontos precisam avançar. Num aspecto amplo, a lei só abarca a esfera do Executivo. Não inclui Judiciário ou estados. Dentro do que está no seu escopo, também há lacunas.

O ex-conselheiro da comissão Erick Vidal diz que a lei já construiu um bom legado, mas seria mais eficaz se regulasse minimamente algumas questões relativas à comissão. Em 2020, ele renunciou ao cargo na comissão depois de questionar publicamente a falta de transparência dos trabalhos.

O mandato dos conselheiros, por exemplo, não está definido na lei, só no regimento. Assim, o presidente pode trocar os integrantes se julgar necessário. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) acaba de trocar três conselheiros indicados por Jair Bolsonaro (PL).

Do lado político, essa indefinição pode fragilizar os ocupantes do cargo numa discussão que se desgaste ao presidente da República e também abrir espaço para interferências nas decisões ou alinhamento entre a comissão e o Executivo.

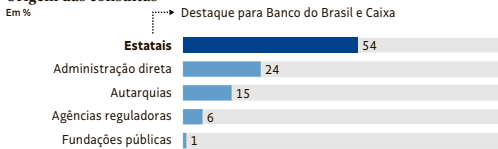
Levantamento da Folha em 2021 indicou esse risco. Mostrou que integrantes do Ministério da Economia, do Banco Central e dos bancos federais estavam conseguindo crescer número de decisões favoráveis no governo Bolsonaro.

Em 2018 e 2019, as decisões pró-equipe econômica não passavam de 39% do total. Em 2019, o índice subiu para 73%, até chegar a 84% em 2020.

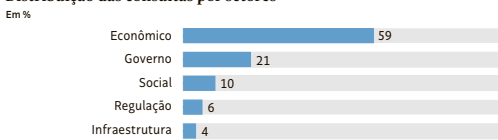
A lei não define parâmetros de transparência para a comissão. Como, se e quando suas decisões serão divulgadas à

## Consultas de servidores ou trabalhadores públicos de 2014 a 2022 no sistema que trata de conflito de interesses

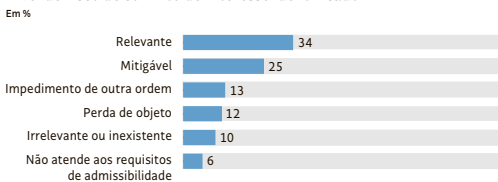
### Origem das consultas



### Distribuição das consultas por setores



### Nível de risco de conflito de interesse identificado



Fonte: SeCi da CGU

“O debate sobre a definição de como os agentes se submetem à CGU é uma coisa ainda meio ampla. Isso nunca foi regulamentado. Não tem um decreto que estabeleça como a CGU vai atuar. É um debate que precisa ser feito”

**Vinícius Marques de Carvalho** ministro da CGU (Controladoria Geral da União)

sociedade dependem de quem ocupa a presidência do órgão. Não há controle externo sobre a distribuição dos processos.

Uma das críticas de Vidal era a indefinição sobre a escolha do relator do processo sobre a conduta do ex-ministro da Justiça Sérgio Moro.

A lei também deixa em aberto os critérios para a definição de quem deve ou não ter direito a quarentena remunerada de seis meses, explica Vidal.

“Na prática, diversos agentes públicos passaram a ganhar férias remuneradas, em razão de decisões que reconheciam conflito de interesses em potencial. Houve casos de quarentena até para servidores públicos que retornavam para seus cargos, onde já deveriam manter o dever de sigilo”.

Também gerou debate a liberação de ministros para cargos em grandes companhias sem quarentena. O cargo de ministro é um dos mais sensíveis, pelo volume de informações que pode acumular, e recomenda-se a quarentena.

Bruno Bianco, ex-advogado-geral da União, e Fábio Faria, ex-ministro das Comunicações, aceitaram convite do BTG sem quarentena. O banco atua em diferentes segmentos, inclusive fibra ótica, tema acompanhado por Faria no governo. Marcelo Sampaio, ex-ministro da Infraestrutura, vai para Vale, dona de ferrovias e portos, sem quarentena.

Segundo Raquel Pimenta, professora da FGV Direito que pesquisa anticorrupção e conflito de interesse, a discussão da quarentena é um dos itens mais sensíveis no debate.

“A construção de uma legislação sobre conflito de interesse é paulatina no Brasil, e ela trata de como entrar no serviço público, como desempenhar a função e também da saída”, diz ela.

“Essa parte da saída é muito delicada porque é preciso achar um equilíbrio entre o trabalho na iniciativa privada, a liberdade de emprego e as restrições para preservar o interesse público. O equilí-

brio é importante porque se for acertado faz com que o poder público consiga atrair gente vocacionada e competente”.

Parte das funções das CGU ainda não foram regulamentadas na lei, diz Carvalho.

“O debate sobre a definição de como os agentes se submetem à CGU é uma coisa ainda meio ampla. Isso nunca foi regulamentado. Não tem um decreto que estabeleça como a CGU vai atuar. É um debate que precisa ser feito”, diz ele.

Quem assume cargo no governo federal do DAS 5 para cima precisa declarar conflito de interesse e eventualmente até consultar a Comissão de Ética.

“É como se houvesse um controle prévio, mas restrito a um número limitado de pessoas. Todo o resto da Esplanada do Ministério fica sem controle prévio”, diz Carvalho.

Outro exemplo: um servidor de carreira atua na ANM (Agência Nacional de Mineração) e seu irmão consegue emprego numa mineradora regulada pela agência. O melhor seria que ele comunicasse o risco potencial. Mas não há como monitorar algo assim.

“De fato, é um controle difícil aqui em qualquer lugar do mundo, que é matéria de discussão até nas empresas privadas, que tem preocupação com o risco reputacional e, em alguns casos, com a corrupção que isso pode gerar”, diz Carvalho.

“É por isso que há investimentos dos sistemas de autodeclaração e consultas, para que as pessoas se sintam limitadas pelos valores que a lei quer transmitir”.

Hoje, consultas sobre temas sensíveis podem ser feitas no SeCi (Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflitos de Interesses).

Criado e monitorado pela CGU, ele é uma das ferramentas que foram instituídas para viabilizar a aplicação da lei. Devidamente organizadas, as consultas também servem de base de dados para medir como a lei avança.

# O eterno retorno do balcão de negócios

O Congresso é de direita, mas, felizmente para o governo, também bastante fisiologista

**Joel Pinheiro da Fonseca**

Economista, mestre em filosofia pela USP

Até mesmo partidos que compõem formalmente a base do PT neste governo — como PSD, MDB e Solidariedade — votaram contrariamente ao PT ao longo dos últimos anos, conforme revela matéria na **Folha** ontem. Ou seja, ainda que estejam do lado do governo, não necessariamente votarão com ele em todas as pautas; especialmente nas econômicas, que mais inspiram o temor de afundar o Brasil numa nova crise como a de 2015.

Mesmo supondo — o que é bastante improvável — que es-

sa base vote como um bloco coeso a favor do governo em todas as pautas, isso somaria apenas 223 votos, ou seja, nem mesmo o bastante para se aprovar um simples projeto de lei, que requer 257 votos. Isso para não falar de uma PEC, que exige três quintos da Câmara.

O Congresso eleito em 2022 é consideravelmente de direita, com o PL tendo a maior bancada. Felizmente para o governo, ele é também bastante fisiologista — ou seja, negocia propostas com base em recursos e cargos para os partidos.

E é isso que o governo se dispõe a fazer.

Sabemos bem os termos dessa negociação, e mesmo membros do PT não o escondem. O governo trabalha para liberar R\$ 3 bilhões do Orçamento — decidido ano passado —, parte significativa dos investimentos dos ministérios, para novos deputados. Bilhões de reais do Orçamento federal indo para projetos espalhados pelo país, destinados a prefeituras selecionadas por critérios puramente políticos, coalhados de corrupção e mal planejados.

Esse tipo de negociação inspira os piores sentimentos junto à população, mas cabe pontuar que há jeitos e jeitos de levá-la adiante. O pior jeito é conseguir apoio de modo ilegal. Era o caso do mensalão, no primeiro governo Lula, em que deputados recebiam uma mesa para votar com o governo. Próximo disso — muito maior em valores mas não claramente ilegal — foi o orçamento secreto, proibido no fimzinho do ano pelo STF, em que dinheiro de emendas era distribuído pelo país sem clareza sobre quem

havia direcionado o quê.

Outra pergunta é a finalidade dessa negociação. Nos anos Bolsonaro, o orçamento secreto — bem como a entrega de fundos bilionários e da Casa Civil — serviu basicamente para manter o governo vivo, sem grandes avanços programáticos. No novo governo Lula, é certo que a reforma tributária exigirá toda a dedicação do governo neste primeiro ano. Se for bem-feita e aprovada, será uma conquista real para o Brasil.

É ilusório pensar numa política desprovida de interesses pessoais, partidários e de categorias sociais. Na verdade, a democracia serve também como arena dos embates pelos recursos escassos — seja dinheiro ou poder de decisão — entre diferentes grupos organizados. Em vez de disputar na bola, usamos a palavra dentro das regras do jogo. A ambição é regrada, e não suprimida.

Um partido, por exemplo, que, em nome de votar pensando única e exclusivamente no bem comum e não em seu interesse privado, abra mão de qualquer raciocínio fisiológico — que deixe, por exemplo, de pleitear posições no governo —, logo estará limado das posições de influência. E ao ficar sem influência, não terá a capacidade de levar adiante a agenda do bem comum pela qual luta.

O problema não é a existência da negociação por recursos e cargos, e sim que ela exclua a discussão programática e que sirva apenas aos participantes do jogo. Mudar esse equilíbrio entre considerações fisiológicas e programáticas, contudo, está fora do escopo de qualquer governo que enfrente um Congresso pulverizado. Podemos, se tanto, fiscalizar para que ocorra dentro da lei e que tenha algum objetivo além do próprio poder.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Camila Rocha, Angela Alonso | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | **QUA. Elio Gaspari** | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo | SÁB. Demétrio Magnoli

# TSE analisa se mantém minuta em apuração contra Bolsonaro

Documento golpista foi anexado a ação que pode tornar ex-presidente inelegível

**Marcelo Rocha**

BRASÍLIA O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) deve decidir nesta terça-feira (14) se mantém a minuta golpista encontrada na casa do ex-ministro Anderson Torres (Justiça) nos autos de investigação que pode levar Jair Bolsonaro (PL) à inelegibilidade.

O documento foi anexado à ação que mira o ex-presidente pelos ataques ao sistema eleitoral em reunião com embaixadores no Palácio do Alvorada, em julho do ano passado. Bolsonaro recorreu, mas o corregedor-geral eleitoral, Benedito Gonçalves, negou e submeteu sua decisão a referendo do plenário, composto por ele e outros seis ministros.

Além de Gonçalves, o plenário do TSE é composto por Alexandre de Moraes (presidente), Ricardo Lewandowski (vice), Cármen Lúcia, Raul Araújo, Sérgio Banhos e Carlos Horbach. A tendência é que a decisão do corregedor seja rejeitada, a exemplo de anteriores envolvendo apurações sobre a campanha presidencial.

Nesta terça, Cármen estará em Lisboa para evento na área eleitoral que reunirá representantes de países de língua portuguesa. Até a conclusão deste texto, o TSE ainda não tinha informação sobre sua participação no julgamento em sistema híbrido (presencial e virtual).

Indicados por Bolsonaro ao STF (Supremo Tribunal Federal), os ministros Kassio Nunes Marques e André Mendonça são suplentes na corte eleitoral. O ministro Dias Toffoli também é suplente.

A minuta golpista foi apreendida pela Polícia Federal durante busca na casa de Anderson Torres, que também é ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal. A apreensão do documento foi revelada pela **Folha**.

O texto tratava de proposta de decreto para o ex- chefe do Executivo instaurar um estado de defesa no TSE e, com isso, reverter o resultado da eleição em que Luiz Inácio Lula da Silva (PT) saiu vencedor. Tal medida seria inconstitucional.

Torres foi ministro da Justiça de Bolsonaro e hoje está preso por determinação de Moraes, no âmbito de inquérito do STF sobre os atos golpistas de 8 de janeiro. Moraes atendeu a um pedido da PF no inquérito que apura omissão de autoridades do DF no episódio.

O ex-presidente Bolsonaro



O corregedor-geral eleitoral, Benedito Gonçalves. Alejandro Zambrana - 2. fev.23/Divulgação TSE

é alvo de uma série de investigações na corte eleitoral sob a alegação de abuso de poder político ou econômico, além do uso indevido dos meios de comunicação.

O leque pode ser ampliado se houver indícios do uso da máquina pública nos gastos com o cartão corporativo nos meses que coincidem com o período da campanha eleitoral.

O pedido para incluir a minuta golpista na investigação foi feito pelo PDT, autor da representação que deu início à apuração do episódio.

Advogados do partido alegaram que o papel recolhido na casa de Torres foi o "embrão gestado com pretensão ao golpe de Estado" e, portanto, apto a "densificar os argumentos que evidenciam a ocorrência de abuso de poder político tendente a promover descrédito à esta Justiça Eleitoral e ao processo eleitoral, com vistas a alterar o resultado do pleito".

Ao deliberar sobre a inclusão da minuta golpista nos autos sob sua relatoria, Gonçalves ponderou que a tese do PDT é, desde o início, a de que o discurso de Bolsonaro aos embaixadores, realizado em 18 de julho, não mirava apenas representantes estrangeiros, mas estaria inserido na estratégia de campanha de "mobilizar suas

bases" por meio de fatos sabidamente falsos sobre o sistema de votação.

A minuta de decreto de estado de defesa no TSE estaria inserida nesse contexto ao propor a alteração do resultado do pleito, sustentou o partido.

O ministro afirmou haver "inequívoca correlação" entre os fatos e documentos novos e a apuração que já estava em curso.

Os advogados de Bolsonaro e de Walter Braga Netto, candidato a vice e também alvo da apuração, argumentaram que a anexação do documento na ação representaria "a admissão de fato novo, e não de documento novo, em momento tão avançado da marcha processual".

Também alegaram que a minuta não representa prova para o deslinde da causa, "uma vez que é apócrifa"; que não foi encontrada em posse dos investigados e nem é assinada por eles.

Além disso, sustentou não haver indícios de que a dupla tenha participado de sua redação ou que tenha agido "para que as providências supostamente pretendidas pelo documento fossem materializadas".

O ministro, porém, sustentou que o documento se conecta às alegações iniciais da autora da ação, no sentido de

que o discurso de Bolsonaro no encontro com embaixadores "era parte da estratégia de campanha consistente em lançar graves e infundadas suspeitas sobre o sistema eletrônico de votação".

"Essa estratégia se desfez, como facilmente se observa, busca um esvaziamento da legítima vocação da ação para tutelar bens jurídicos de contornos muito complexos, como a isonomia, a normalidade eleitoral e a legitimidade dos resultados", disse Gonçalves.

O corregedor também afirmou que o devido processo legal tem, entre suas virtudes, a capacidade de decantar os fatos e possibilitar seu exame analítico e que os resultados das eleições presidenciais de 2022, "embora fruto legítimo e autêntico da vontade popular manifestada nas urnas, se tornaram alvo de ameaças severas".

"É central à consolidação dos resultados das eleições 2022 averiguar se esse desolador cenário é desdobramento de condutas imputadas a Jair Messias Bolsonaro, então presidente da República, e a seu entorno. Esse debate não pode ser silenciado ou inibido por uma artificial separação das causas de pedir nas diversas AIJEs (Ações de Investigação Judicial Eleitoral)", disse.

# AGU pede ressarcimento de R\$ 20,7 mi e condenação de suspeitos de financiar 8/1

**José Marques**

BRASÍLIA A AGU (Advocacia-Geral da União), órgão que representa juridicamente o governo federal, pediu à Justiça que converta uma ação cautelar (medida urgente) que bloqueou bens de suspeitos de freter ônibus para os ataques golpistas do dia 8 de janeiro em um processo que garanta a condenação definitiva de ressarcimento aos cofres públicos.

O valor é de R\$ 20,7 milhões e foi calculado com base nos prejuízos apontados por STF (Supremo Tribunal Federal), Palácio do Planalto, Câmara e Senado.

O pedido da AGU também retifica o número de pessoas e de empresas que tiveram os seus bens bloqueados inicialmente no processo. Passaram de 52 pessoas físicas e 7 pessoas jurídicas para 54 pessoas físicas e 5 pessoas jurídicas (três empresas, uma associação e um sindicato).

De acordo com o órgão, isso aconteceu porque alguns dos suspeitos na ação original "prestaram esclarecimentos e demonstraram não ter envolvimento com os atos do dia 8 de janeiro, inclusive, em alguns casos, indicando quem foram os reais contratantes dos ônibus".

O pedido aguarda decisão da Justiça Federal do Distrito Federal. A AGU diz, na ação, que é um ato ilícito quando alguém que tem direito à livre manifestação e reunião pacífica excede "manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes".

"Contraria os costumes da democracia e a boa-fé a con vocação e financiamento de um movimento ou manifestação com intento de tomada do poder, situação essa que evidencia a ilicitude do evento ocorrido", diz o órgão.

"[Os suspeitos] possuem consciência de que o movimento em organização poderia ocasionar o evento tal como ocorreu e reforçado quando cotejamos o verificado com os chamamentos/convocação para parti-

ciparem do evento, quando já se fazia referência expressa a discussões de atos não pacíficos (ou de dúvidas sobre a pacificidade) e de tomada de poder", diz a AGU.

"[Isso] demonstra uma articulação prévia ao movimento com finalidade não ordeira, sendo o financiamento do transporte um vetor primordial para que ele ganhasse corpo e se materializasse nos termos ocorridos".

Entre as pessoas mencionadas na peça da AGU estão ex-candidatos, como Stefanus Alessandro França Nogueira, que concorreu ao cargo de vereador em 2016 em Ponta Grossa (PR), e Marlon Diego de Oliveira, que disputou pleito a vereador em 2020 em Tupã (SP). A reportagem não conseguiu localizar a defesa dos dois.

Entre os CNPJs apontados como suspeitos desse financiamento, está o Sindicato Rural de Castro (PR) e uma empresa de serviços florestais de Pirai do Sul (PR).

Na ação, a AGU diz que as pessoas físicas e jurídicas mencionadas "tiveram papel decisivo no desenrolar fático ocorrido no último dia 8 de janeiro de 2023 e, portanto, devem responder pelos danos causados ao patrimônio público federal". Eles teriam financiado a contratação de ônibus para o transporte de manifestantes até Brasília.

AGU entrou com quatro ações civis a respeito de 178 suspeitos — mais as empresas e entidades de classe — de financiarem ou participarem dos atos que depredaram as sedes dos três Poderes. Em três delas, os bens já foram bloqueados.

Além da ação sobre os financiadores, os demais processos tratam de pessoas presas em flagrante após a depredação dos edifícios públicos no dia 8 de janeiro.

A AGU não é a responsável por apresentar acusações criminais contra os suspeitos. O papel cabe à PGR (Procuradoria-Geral da República), que até a última semana já tinha enviado ao Supremo denúncias contra mais de 650 pessoas.

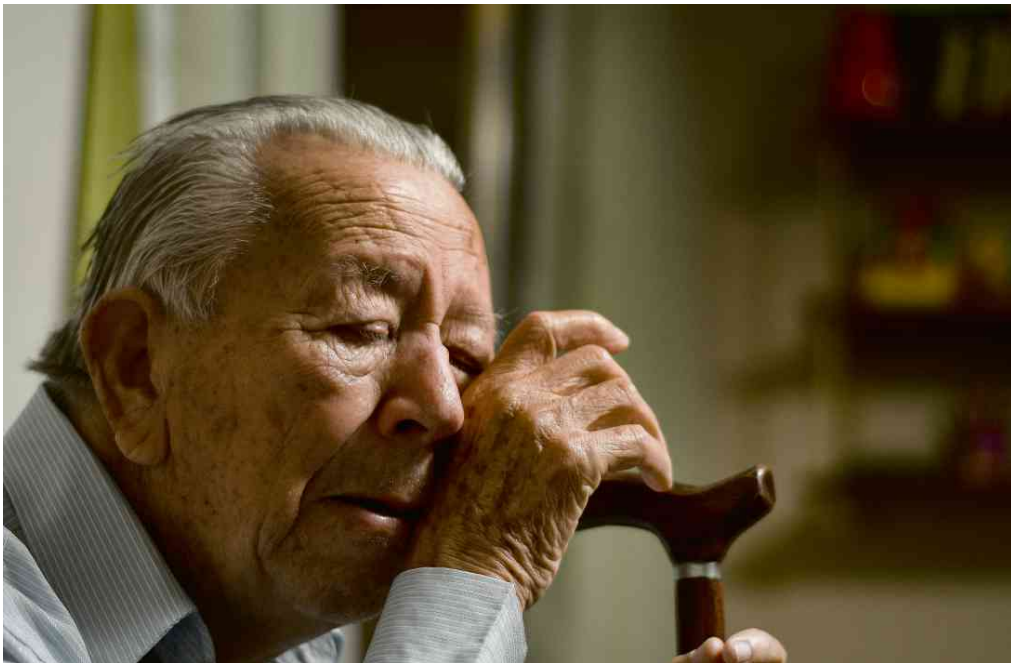
De acordo com o órgão, 49 dessas denúncias têm como alvo pessoas classificadas como executores, uma é contra um agente público e 602 contra incitadores dos atos.

O STF e a PGR ainda procuram soluções para que as centenas de ações penais contra os suspeitos de participarem e incentivarem os ataques golpistas não travem os trabalhos dos órgãos.

**59**

pessoas físicas e jurídicas foram identificadas pela AGU como financiadoras dos ataques golpistas do dia 8 de janeiro, em Brasília





José Vicente, 86, preso e torturado pela ditadura militar sem ter se engajado em nenhum movimento político de resistência ao regime Karime Xavier/Folhapress

# Operário torturado por engano pela ditadura pede reparação após 53 anos

José Vicente Correa sofreu maus-tratos brutais, confundido com militante da VAR-Palmares

Fernanda Mena

**TOULOUSE (FRANÇA)** Um zumbido no ouvido esquerdo perseguiu José Vicente Correa dia e noite. Aos 86 anos, o barulho impertinente não só é um incômodo, mas também uma lembrança dos dias que ele tenta, em vão, esquecer. E para os quais ele hoje busca reparação na Justiça.

Foi em 29 de janeiro de 1970 que a casa onde viviam ele, sua mulher, seus dois filhos e sua mãe foi invadida por homens armados. Fazia três dias que a família dividia o domicílio de dois cômodos no bairro de Pirituba, zona norte de São Paulo, com Carlos Alberto Savério, conhecido como Adilson.

Correa o havia conhecido em reuniões do movimento sindical em fábricas de Suzano, na Grande São Paulo, onde vivia e trabalhava. “Sem greve, não tinha aumento de jeito nenhum”, justificava ele.

Quando perdeu o emprego em Suzano, e conseguiu vaga numa fábrica de papel em São Paulo, foi Savério quem o ajudou a encontrar a casa em que se instalou com a família em Pirituba.

“Numa tarde, depois de uma reunião na fábrica de papel, o rapaz da greve [Savério] me disse que não tinha como voltar para casa. Falei que ele poderia ficar conosco”, diz.

Nascido na pequena Jambuí, no Vale do Paraíba (SP), Correa perdeu o pai ainda criança, e a família perdeu tudo. Sem moradia, aos oito anos de idade, ele e a mãe passaram dois anos errando entre a caridade alheia, os asilos para pobres e as casas das famílias onde a mãe trabalhava como empregada doméstica.

“Saía da escola sem saber onde ia dormir e fiquei marcado por isso. Cresci com muita dor de quem não tem onde passar a noite”, conta ele, que parou de estudar no segundo ano do ensino fundamental para iniciar o trabalho numa fábrica de vidros aos dez anos.

Naquele janeiro de 1970, em Pirituba, Savério passou a noite dormindo no chão da cozinha da casa da família Correa. Disse que uma amiga

iria buscá-lo no dia seguinte.

A amiga não apareceu, e Savério acabou ficando outra noite e, então, mais uma. “A casa era pequena, e minha esposa, Lourdes, se incomodou. Avisei que não daria mais para ele ficar por lá”, lembra. “Mas foi bem naquela noite que tudo aconteceu.”

Durante a madrugada, Correa ouviu um barulho à porta. Levantou da cama e diz ter se surpreendido ao encontrar Savério na sala já com uma arma na mão. Pegou um revólver antigo que mantinha em casa e que diz nunca ter usado até então. Achou que eram ladrões. Disparou um tiro de alerta para o alto. Aos gritos de “policia”, começaram a atirar para dentro de sua casa.

“Atiraram para matar, mas não pegou. Levei um tiro de raspão na cabeça, que arrancou esse pedaço da minha orelha, ó”, conta ele, tocando uma falha na parte alta da orelha direita. “E se matassem as crianças? E se matassem minha mãe? Nosso senhor Jesus Cristo guardou.”

Sandro, seu filho mais novo, tinha dez anos, mas se lembra de detalhes daquela madrugada. “A pólvora dos tiros caía no meu braço e levantava bolhas”, relata.

“Quando consegui sair da casa, vi meu pai sentado no meio fio, algemado e de pijamas. Ele, minha mãe e o rapaz foram levados. Para onde? Por quê? A gente não estava entendendo nada.”

Os homens que haviam se identificado como policiais, mesmo à paisana, integravam a temível Operação Bandeirantes (Oban), aparato repressivo do Estado, criado pelo Exército e financiado por empresários, que manteve um centro de tortura na 36ª Delegacia de Polícia, no bairro do Paraíso, zona sul de São Paulo.

Foi para lá que Correa, Lourdes e Savério foram levados para um processo registrado na Secretaria de Segurança Pública como de “averiguação de terrorismo”.

“Eu era um dos mais velhos presos ali. O resto era tudo moço novo”, conta ele, que tinha 33 anos.

Na prática, tal averigua-

“

Eu lutava para cuidar da família. Não entendia nada de política. Não tinha tempo nem de pensar nisso. [...] Eu não entreguei ninguém, nem poderia, porque eu não sabia de nada. Ia morrer sem mentir

José Vicente Correa, 86, operário aposentado torturado na operação Oban

“

A pólvora dos tiros caía no meu braço e levantava bolhas

Sandro Correa, filho mais novo de José Vicente, lembrando a noite em que policiais levaram seu pai como suspeito de terrorismo

“

Evidente que José Vicente foi uma vítima do Estado, que o manteve preso ilegalmente, baseado em suposta acusação de terrorismo. Que se faça justiça!

Dilma Rousseff, ex-presidente da República e ex-pressa política na época da prisão de José Vicente

ção consistiu na submissão de Correa a sessões brutais de castigos físicos e torturas psicológicas ao longo de dias, entre as dependências da Oban e, em seguida, do Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Ele não sabe precisar por quantos dias foi torturado, mas relata em detalhes os maus-tratos sofridos nas mãos de policiais e de militares que lhe faziam perguntas às quais não sabia responder.

“Eu lutava para cuidar da família. Não entendia nada de política. Não tinha tempo nem de pensar nisso”, diz. “Eu não entreguei ninguém, nem poderia, porque eu não sabia de nada. Ia morrer sem mentir.”

Correa conta que levou muitos choques nos ouvidos, além de socos, pontapés e cabeçadas. “Em uma das vezes, em vez de pôr o arame ao redor da minha orelha, enfiaram o fio dentro dos meus ouvidos. Eles estavam doidos e, na pressa, erraram”, explica. “Mas eu não podia reclamar senão era soco na cara na hora”, lembra.

Com o choque, seu ouvido esquerdo tampou. De volta à cela, Correa ficou deitado, desacordado e machucado. Ao se levantar, notou que o chão debaixo do seu ouvido estava cheio de sangue.

“Eu senti um barulho que até hoje eu sinto... Um barulho que não passa nunca. Que nunca passou”, relata, com a voz embargada. “As vezes, eu não aguento e vou no banheiro chorar”, desabafa, enquanto as lágrimas descem o seu rosto.

Nos porões do Dops, diz, os suplícios foram ainda mais selvagens. “Eu vivia desmaiado de tanto apanhar. Era clava na cabeça, pontapé quando estava caído no chão... Chegaram a jogar um sofá em cima de mim”, conta ele. “Eu não sabia nada do que me perguntavam. Não podia falar.”

Nos episódios mais brutais, Correa se lembra de ver, entre manchas escuras que reduziavam seu campo de visão, um médico que o examinava sob o olhar atento de militares e de policiais.

“Acho que eles desconfi-

vam de que eu já estivesse morto”, explica. “Todo dia eu achava que ia morrer e não morria. Eu pedia a Deus para dar vida para mim.”

A Oban anunciou, naquele janeiro de 1970, ter desarticulado a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) depois da prisão de 24 pessoas –entre elas, a ex-presidente Dilma Rousseff, com quem Lourdes dividiu cela durante os sete dias em que esteve detida na sede clandestina da Oban.

Em nota enviada à Folha, a ex-presidente Dilma não informou se teve ou não qualquer contato com Correa à época, mas afirmou que ele “jamais participou da organização VAR-Palmares”.

“Ainda assim, foi preso e torturado barbaramente, nas dependências da Operação Bandeirantes (Oban) e do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), em São Paulo, sem que jamais tenha se insurgido contra a ditadura.”

Transferido para o presídio Tiradentes, onde diz não ter sofrido torturas, Correa só prestou seu primeiro depoimento oficial mais de um mês depois de sua prisão, em 6 de março de 1970. Em 10 de agosto, ele se tornou réu de um processo baseado no inquérito policial sobre a VAR-Palmares.

A denúncia oferecida pelo Ministério Público Militar afirma que Correa “recebeu o codinome de Miguel” e que fora “orientado por Dilma Vana Linhares [Dilma Rousseff]”. O documento afirma ainda que, ao ser preso, reagiu a bala, classificando-o de “figura de realce e perigosa”.

Ele nega que algum dia tenha recebido a alcunha de Miguel. “Nunca dei liberdade para ninguém me dar apelido”, diz. “Mas eles [policiais e militares] são muito mentirosos. Mandaram eu assinar um papel dizendo que eu tinha ido até o Rio de Janeiro fazer uma reunião de não sei o quê. Eles me obrigaram a assinar”, afirma. “Eu não tinha opção e assinei.”

Em 8 de outubro de 1970, Correa foi interrogado perante o Conselho Especial

de Justiça, na 2ª Circunscrição Judiciária Militar, quando esclareceu que conheceu algumas das pessoas então apontadas como pertencentes à VAR-Palmares, mas afirmou que não sabia que eles pertenciam à organização e que jamais praticou qualquer ação militarizada.

“Contei tudo direitinho. Que não sabia de nada, mas que apanhei demais, que fui surrado. Que ficava num porão desmaiado dia e noite”, diz. “Expliquei que só atirei naquela madrugada porque não tinha ninguém fardado, e achei que eram ladrões.”

O Conselho Especial de Justiça, em decisão unânime, relaxou a prisão de Correa.

“Os coronéis falaram que eu estava livre, que deveria ir embora naquele mesmo dia, e que estava de parabéns.” Na saída do presídio, no entanto, policiais disseram que ficariam “de olho” nele.

Quando chegou em casa, quase nove meses depois da sua prisão, Lourdes estava passando roupa enquanto os filhos esperavam na janela. “Foi tanta alegria, euforia e choro que a mãe esqueceu do ferro e queimou toda a roupa”, ri Sandro, emocionado com essa memória.

Em liberdade, os dias de tortura e prisão passaram a assombrar Correa. “Qualquer vendedor que aparecia na porta de casa eu achava que era gente da polícia que vinha me espiar”, conta.

“Também não me envolvi nunca mais com sindicato. Não quis mais mexer com essas coisas”, explica. “Fiquei com medo de tudo e passei 53 anos sem falar sobre o que tinha acontecido comigo.”

Depois de anos de insistência do filho, perturbado pelo zumbido que lhe persegue ao pé do ouvido e caminhando com dificuldade, e o auxílio de uma bengala, Correa decidiu finalmente contar sua história em busca de reparação por parte do Estado.

Sandro levou o pai para a Defensoria Pública do Estado de São Paulo em Jaú, onde Correa vive hoje. Na fila da triagem, ele foi atendido pelo defensor Bruno Del Preti, que estranhou o relato, de início, e começou um trabalho de pesquisa sobre o caso.

“Encontrei mais de 650 documentos sobre tudo o que aconteceu com ele, numa análise documental que me tirou o sono por alguns meses. Mas conseguimos demonstrar o que ele contou com informações do Arquivo Público de São Paulo”, conta Del Preti.

Em junho de 2022, ele protocolou uma ação de indenização por ato da ditadura militar no valor de R\$ 200 mil. A Defensoria entrou também com um pedido liminar para que Correa receba um salário mínimo por mês até que haja uma decisão final sobre o caso.

“Queremos o reconhecimento do Estado de que ele teve seus direitos violados nesse contexto de ditadura e garantir a ele o direito de reparação”, explica Del Preti. “Mas, como ele já tem 86 anos e problemas de saúde, temos grande receio de ele não ver esse processo concluído para receber a indenização.”

A preocupação tem respaldo na morosidade da Justiça brasileira. A ação de indenização aguarda há sete meses uma audiência de oitiva das testemunhas. Já a liminar foi indeferida em primeira instância pela juíza Paula Maria Castro Ribeiro Bressan, da 1ª Vara Cível de Jau. O recurso ao Tribunal de Justiça de São Paulo está em análise desde outubro passado pelo relator do caso, o desembargador Leonel Carlos da Costa.

Na nota emitida sobre o caso, Dilma afirmou ser “evidente que José Vicente foi uma vítima do Estado, que o manteve preso ilegalmente, baseado em suposta acusação de terrorismo”. E conclui: “Que se faça justiça!”

# Ala de Lula no PT defende aliança ‘amplíssima’

Corrente do presidente apresenta proposta de resolução para formar pacto com ‘todos os democratas’ no Congresso

BRASÍLIA Corrente do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no PT, a tendência CNB (Construindo um Novo Brasil) apresentou proposta de resolução que defende um pacto que una “todos os democratas e forças amplíssimas” no Congresso Nacional.

O texto diz que é preciso forjar no Legislativo “um pacto de ampla maioria” que se oponha “ao Estado policial e o complexo de poder que tenta criminalizar a política e destruir a democracia”.

O documento propõe a reconstrução de marcos legais e aprofundamento do “Estado de Direito e as garantias individuais e democráticas”.

A proposta de resolução foi discutida e aprovada em reunião do Diretório Nacional que ocorreu nesta segunda-feira (13), em Brasília. O texto base foi apresentado ao partido na noite de sexta (10).

A resolução final, no entanto, só será divulgada nesta terça (14), após inclusão de emendas propostas por integrantes da cúpula partidária. A redação encaminhada pela CNB servirá de base para o documento formal do partido.

“É preciso forjar na Câmara e no Senado um pacto de ampla maioria que una todos os democratas e forças amplíssimas que se oponham ao Estado policial e o complexo de poder que tenta criminalizar a política e destruir a democracia, reconstruindo marcos legais e aprofundando o Estado de Direito e as garantias individuais e democráticas”, diz o texto.

A ideia de forjar uma frente ampla foi contestada na reunião apenas por correntes minoritárias, sem que fosse submetida à votação que levasse a sua supressão no texto final.

A redação original não citava os ataques golpistas ocorridos em Brasília no dia 8 de janeiro. No entanto, o texto final deverá mencionar as invasões às sedes dos três Poderes.

Outras emendas propostas e que deverão ser contempladas referem-se à morte de indígenas em terra yanomami, a guerra na Ucrânia e reajuste do salário mínimo.

O encontro desta segunda foi o primeiro presencial da cúpula partidária desde 2020 e o primeiro já no governo Lula.

O documento ainda critica o Banco Central, afirmando que a sua “política de juros altos” não controlou a inflação “e impede a construção de uma trajetória de investimentos para o desenvolvimento”.

Inicialmente o texto não previa a convocação do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, para explicar a política monetária da instituição. A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, no entanto, afirmou após o encontro que isso deverá constar na resolução final.

O texto inicial diz ainda que os temas das políticas fiscal e monetária “estão no centro do debate”, classifica como tragédia o teto de gastos e afirma que ele nunca foi respeitado e serviu apenas de cortina de fumaça para “justificar o descalço com as necessidades do povo brasileiro”.

O documento diz também, em referência à Operação Lava Jato, que escândalos foram engendrados contra os governos petistas, o PT e seus líderes para criminalizar a política e destruir a democracia — e que isso é um projeto.

“Um projeto articulado de fora, numa guerra ‘soft’ envolvendo redes sociais, mídias empresariais variadas e a parte cooptada do Judiciário brasileiro, cuja maior expressão foi o juiz Sérgio Moro e sua quadrilha de procuradores”, diz o documento.

O texto faz críticas ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), ainda que sem citá-lo no-

minalmente, e ao bolsonarismo, afirmando que a força política é “guardião da casa grande e do chicote da senzala”.

“O bolsonarismo não é um fenômeno isolado, e o ex-presidente, com suas tosquisses e suas ações desumanas e repugnantes, representa um pedaço grande de um país marcado por iniquidades, desigualdades, preconceitos e violências”, diz o texto.

Foram discutidas outras seis

propostas de resolução de outras correntes. A da Resistência Socialista afirma que o governo de Bolsonaro trouxe de volta ao Brasil “o pesadelo da ditadura cívico-militar”.

“Enaltecendo esse triste momento da história brasileira, pedindo a sua volta, homenageando os torturadores, como ele mesmo fez no golpe contra a presidenta Dilma, e repudiando de maneira violenta e organizada o resulta-

do democrático eleitoral de 2022”, afirma o texto.

Na noite desta segunda, Lula participou do evento de aniversário do PT, em Brasília, e também fez críticas a seu antecessor. “Vou lutar pelo nosso partido e vamos lutar pelo povo brasileiro, para que nunca mais um genocida ganhe eleições com base na mentira e na indústria da mentira”, disse.

Um dos protagonistas do encontro foi o ex-ministro

José Dirceu. Mencionado nos discursos do mandatário e de Gleisi, Dirceu foi um dos mais aplaudidos no ato. O político mantém ampla influência dentro do partido, mas optou por ficar mais nos bastidores.

“Companheiro José Dirceu, agradecer a você porque eu sei o quanto você foi solidário ao que eu passei”, disse Lula.

Dilma Rousseff foi aplaudida de pé e teve seu nome gritado pelos presentes ao ser

citada em um vídeo sobre a história política do partido.

O ex-presidente do partido José Genoíno, condenado no caso do mensalão, gravou um vídeo que foi veiculado no ato, no qual afirmou que a legenda precisa “atualizar a sua linha política” e que o governo Lula 3 “não pode errar”.

Catia Seabra, Victoria Azevedo, Lucas Marchesini, Matheus Teixeira e Renato Machado

**No carnaval**

**Cair na folia:**

**nota 10!**

**Compactuar com a exploração sexual na infância e adolescência:**

**4 a 10 anos de cadeia!**

**DENUNCIE:**

**disque 100**

**@institutoliberta @childhoodbrasil**



# **mundo**

# **China registrou mais de dez balões dos EUA em seu território desde 2022**

Governo americano nega a acusação, que se dá após derrubada de artefatos do tipo pelo Pentágono

SÃO PAULO Balões dos Estados Unidos sobrevoaram o território da China mais de dez vezes desde janeiro de 2022, afirmou o porta-voz da chancelaria do país asiático, Wang Wenbin, nesta segunda-feira (13). “Desde o ano passado, balões de alta altitude dos EUA operaram mais de dez voos ilegais no espaço aéreo chinês sem a aprovação das devidas autoridades”, disse ele. Wang não detalhou se os balões americanos foram usados para fins de espionagem, acusação feita pelo Pentágono em relação a artefatos chineses semelhantes. “A primeira coisa que os americanos deveriam fazer é olhar para si mesmos e alterar seus modos, não manchar [a reputação alheia] e incitar o confronto”. Washington negou as acusações, dizendo, em nota, que elas nada mais eram que uma tática de controle de danos de Pequim. A Casa Branca afirmou que o regime ainda não ofereceu justificativas factíveis para a presença de balões nos EUA e em outros 40 países em que suposta-

mente teriam sido avistados. A falta de informações mais precisas sobre os objetos abatidos pelos Estados Unidos neste fim de semana gerou especulações de que os artefatos teriam origem extraterrestre, algo negado, em tom jocoso, pela porta-voz da Casa Branca, Karine Jean-Pierre, nesta segunda-feira. “Não existe nenhuma indicação de atividades alienígenas ou extraterrestres relacionadas aos objetos abatidos”, afirmou ela logo no início de entrevista coletiva. “Eu amo o filme ‘E.T.’, mas vou parar por aqui”. Nesta segunda, Alexis Grynkeiwich, comandante da Central de Forças Aéreas, responsável por ações da aeronáutica americana no Sudoeste Asiático, disse que balões chineses foram detectados sobrevoando o Oriente Médio e o Afeganistão nos últimos anos, sem detalhar os objetos ou eventuais incidentes. A disputa retórica se dá em um momento de acirramento das tensões entre as duas potências, depois que um balão chinês foi detectado no espa-

## **EUA detectaram mais intrusões após ajuste em radar**

No fim de semana, o Norad, sigla em inglês para Comando de Defesa Aeroespacial da América do Norte, informou ter ajustado seu programa de radares para torná-lo mais sensível a objetos menores, mais lentos e distintos de aviões e mísseis que preocupam o Pentágono. Assim, o número de objetos detectados — e, por vezes, abatidos — saltou. Em apenas dez dias, quatro objetos foram localizados e derrubados pelos EUA, o último deles neste domingo (12), quando outro objeto voador não identificado foi destruído ao sobrevoar o Lago Huron, na fronteira com o Canadá. Com um volume muito maior de procura, o órgão agora precisa entender quais sinalizações de seu radar são um mero ruído e quais são potenciais ameaças.

ço aéreo americano no início do mês. Os EUA sustentam que o equipamento — que sobrevoou uma base militar em Billings, em Montana, que abriga silos de mísseis balísticos intercontinentais — foi enviado pela China para espionagem. Pequim, por sua vez, diz que se tratava de um instrumento de monitoramento para fins de pesquisa, sobre estudos meteorológicos. Desde o incidente, uma série de outros objetos voadores não identificados foram observados sobre a América Latina, o Canadá e os EUA. Segundo Jens Stoltenberg, secretário-geral da Otan, a aliança militar ocidental liderada pelos americanos, os episódios integram uma tendência mais ampla de aumento de monitoramento dos países que integram o grupo por parte da China e também da Rússia. John Kirby, porta-voz do Conselho de Segurança Nacional, disse que o presidente Joe Biden tem feito reuniões de inteligência sobre o assunto desde junho de 2021, além de se comunicar com o

Congresso a respeito do tema. O Pentágono afirma ter derrubado três balões detectados no espaço aéreo americano e canadense nos últimos dias. No domingo, mirou um artefato de estrutura octogonal que sobrevoava o Lago Huron, na fronteira com o Canadá; no sábado, um objeto em Yukon, no extremo norte canadense, foi alvo de um esforço conjunto de Washington e Ottawa; e, na última sexta-feira, um balão que sobrevoava o Alasca a 12 km de altitude foi tirado de circulação por trazer riscos à aviação civil. Os casos recentes contribuíram para deteriorar as relações sino-americanas e para o adiamento de uma visita do responsável pela diplomacia americana, o secretário Antony Blinken, à China. Pesa também a expansão da presença militar dos Estados Unidos no Sudoeste Asiático, que acontece de forma paralela às ameaças da China contra Taiwan, ilha que Pequim considera uma província rebelde.

Com AFP e Reuters

## **FOLHA EXPLICA**

### **O que se sabe dos objetos voadores derrubados**

WASHINGTON | THE NEW YORK TIMES Os governos dos Estados Unidos e do Canadá estiveram ocupados interceptando objetos voadores não identificados nos céus, derrubando um na sexta-feira (10), sobre o Alasca, outro no sábado (11), sobre o território de Yukon, e um terceiro sobre Michigan, no domingo (12). Ambos os países ainda estão tentando identificar e recuperar os artefatos, mas esses esforços devem ser prejudicados pela distância dos locais, na costa ártica do Alasca, e a natureza acidentada do Canadá. Os incidentes ocorreram uma semana após os EUA explodirem no céu um suposto balão espião chinês.

#### **O que aconteceu?**

Na sexta-feira (10), militares americanos derrubaram um objeto voador não identificado sobre o Oceano Ártico, perto do Alasca. Tropas do Comando Norte dos EUA estavam trabalhando para recuperar o objeto e determinar sua natureza, disseram autoridades do Departamento de Defesa. Então, no sábado (11), um F-22 americano do Comando de Defesa Aeroespacial da América do Norte (Norad, na sigla em inglês), operado conjuntamente pelos Estados Unidos e pelo Canadá, derrubou o objeto sobre o território federal do Yukon (Canadá). Os Estados Unidos derrubaram outro objeto no domingo sobre o Lago Huron (entre Michigan, nos EUA, e Ontário, no Canadá).

#### **Por que esses objetos foram derrubados mais rapidamente?**

O balão chinês atravessou o país antes de ser derrubado no início deste mês, permitindo que as autoridades americanas o observassem e coletassem informações. Ele voava a 60 mil pés (18 km) e não representava perigo para aeronaves. O objeto acima de Michigan voava a 20 mil pés (6 km) e era um perigo potencial para a aviação civil. Autoridades americanas e canadenses dizem que os objetos derrubados na sexta e no sábado também estavam voando mais baixo que o balão chinês, representando um perigo maior para aeronaves civis.

#### **Como os últimos objetos diferem do balão chinês?**

As autoridades americanas não têm certeza de que são os objetos mais recentes, muito menos de seu propósito ou de quem os enviou. Pequim reconheceu que o balão era da China, mas disse que era para pesquisa meteorológica. John F. Kirby, porta-voz da Casa Branca, disse que o objeto derrubado perto do Alasca era “muito menor do que o balão espião que derrubamos” e que “a maneira como foi descrito era aproximadamente do tamanho de um carro pequeno, em oposição ao do balão, de dois ou três ônibus”. Autoridades descreveram o objeto sobre o Yukon como cilíndrico e disseram que também era menor que o balão abatido sobre o Atlântico no fim de semana anterior. O objeto que caiu no domingo tinha uma estrutura octogonal.

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves



O porta-voz do Conselho de Segurança Nacional, John Kirby, e a porta-voz da Casa Branca, Karine Jean-Pierre, durante entrevista coletiva Evelyn Hockstein/Reuters

## **Crise dos óvnis entre Washington e Pequim traz ecos da Guerra Fria**

### **ANÁLISE**

Igor Gielow

SÃO PAULO A crise dos balões entre Estados Unidos e China escala dia após dia, trazendo consigo ecos da primeira edição da Guerra Fria entre superpotências, que opôs Washington a Moscou de 1945 a 1991. Primeiro foram os americanos a localizar e interceptar um suposto balão espião chinês vagando sobre seu território no dia 4, derrubando outros três objetos suspeitos de sexta-feira (10) para cá. Agora, Pequim lembra que seu espaço aéreo foi violado por flutuantes semelhantes mais de dez vezes no ano passado. Ambos os lados negam o óbvio: a espionagem de rivais é algo tão antigo quanto a guerra em si, e a crise ganha dramaticidade por abalar a reaproximação que estava em curso entre Xi Jinping e Joe Biden, por iniciativa do chinês. Os balões caem como uma luva para as alas contrá-

rias a Pequim em Washington. O campo de batalha dessa modalidade específica de ação espia remete à Guerra Fria, retomada em versão 2.0 em 2017. Trata-se da região norte do planeta, próxima ao Ártico, a linha de frente da defesa dos EUA por ser o caminho mais curto para bombas e mísseis intercontinentais com ogivas nucleares. De 1957 a 1993, uma linha de radares de alerta antecipado corria do Alasca até a Islândia, sendo substituída por um conjunto mais eficaz concentrado apenas no continente americano, com 4.800 km de extensão e 15 estações de radar de longo alcance, e 39, de curto. É operado conjuntamente por EUA e Canadá, unidos no sistema Norad (Comando de Defesa Aeroespacial Norte-americano). Daí que um dos objetos suspeitos foi derrubado sobre Yukon, território canadense, por um caça F-22 Rapid americano. Além do risco de um ataque, incursões espãs eram comuns

de lado a lado, levando a incidentes graves, como a derrubada de um avião U2 americano sobre a União Soviética em 1960. Os comunistas, claro, tinham o seu sistema de defesa. Ao longo da Guerra Fria, propostas para reduzir o perigo foram feitas, desaguando num acordo de 1992, o Céus Abertos, no qual 34 países, Rússia e EUA incluídos, permitiram voos de reconhecimento periódicos de aviões dos rivais, estabelecendo confiança mútua de que ninguém estaria pre-

parando uma ação iminente. Donald Trump, o mesmo presidente que lançou a Guerra Fria 2.0 para conter a ascensão chinesa, achou por bem retirar os EUA do pacto em 2020, acusando os russos de violá-lo. A falta de regimento cria incertezas, que estão em todos lados; o último acordo de controle de armas atômicas, o Novo Start, está travado pois não há inspeções de sítios nucleares na Rússia por americanos devido à Guerra da Ucrânia. A crise dos balões evoca a paranoia que se demonstrava na Guerra Fria. Os agora repetidos casos de avistamento encontram paralelos no anticomunismo dos anos 1950 nos EUA. Naturalmente, dada a natureza digital dos tempos atuais, a febre deverá passar rapidamente, mas maiores efeitos no imaginário popular como no passado — a ideia de que os soviéticos estavam se infiltrando na sociedade americana para subvertê-la era disseminada, gerando o cancelamento dos suspeitos de

simpatia comunista quando essa palavra nem era usada. O temor era tão espalhado que gerou um fenômeno que tem semelhanças com o da derrubada dos balões: os discos voadores. A sucessão de avistamentos de óvnis (Objeto Voador Não Identificado) ganhou ares de crise nos anos 1950, e a Força Aérea dos EUA criou um projeto para estudá-los, o Livro Azul. De 1952 a 1969, a iniciativa recolheu e analisou centenas de aparições. Sempre houve os casos inconclusivos ou mal explicados, mas a ideia disseminada por Hollywood de uma guerra dos mundos iminente tinha mais a ver com explorar o temor do americano de ser atacado por soviéticos. Nem o Brasil escapou da onda, e não será surpreendente se agora algum balão acusado de espionagem para Pequim aparecer, digamos, sobre a Amazônia. Mas o fato é que a espuma da disputa política escamoteia a realidade: países se espionam mutuamente.

[...]

A espionagem de rivais é algo tão antigo quanto a guerra em si, e a crise abalra a reaproximação entre Xi e Biden





Israelenses protestam contra proposta de reforma do Judiciário em frente ao Knesset, o Parlamento do país, em Jerusalém

Ilan Rosenberg/Reuters

# Milhares em Israel vão às ruas contra reforma judicial

Início de votação do projeto é marcado por trocas de insultos no Parlamento

**SÃO PAULO** O Knesset, o Parlamento de Israel, foi palco de atos em massa na segunda (13), quando teve início a votação de um projeto que ameaça a autonomia do Judiciário.

No plenário, legisladores trocaram insultos, chamando uns aos outros de fascistas e traidores, e ao menos três parlamentares da oposição foram obrigados a se retirar da sessão por causarem tumulto.

Já ao redor da sede do Legislativo, entre 80 mil e 100 mil cidadãos se reuniram para protestar contra a proposta, de acordo com estimativa do veículo local Haaretz —muitos aderiram à greve convocada pela oposição e viajaram da capital, Tel Aviv, a Jerusalém para participar do ato.

Com bandeiras do país e faixas com dizeres como “salve a democracia em Israel” e “o mundo está de olho”, eles chegaram a entrar em confronto com a polícia ao avançar sobre a grade que cerca o prédio.

A causa que mobiliza o país há semanas é uma polêmica reforma judicial proposta pelo governo de ultradireita do primeiro-ministro Binyamin Netanyahu. Ela permitiria, entre outras medidas, que o Knesset derrubasse decisões da Suprema Corte por meio de votações com maioria simples —algo que a coalizão que sustenta a atual administração, a mais à direita da história de Israel, já possui.

O governo argumenta que a mudança é necessária para tirar a Justiça das mãos de “magistrados elitistas e tendenciosos”. Na prática, ela daria superpoderes ao premiê e a seus aliados durante o mandato.

Mais do que isso, segundo opositores, o plano minaria a independência do Judiciário, enfraquecendo assim o equilíbrio de Poderes, um dos pilares do Estado de Direito. Israel não tem uma Constituição escrita, e como os governos no poder quase sempre têm maioria

no Parlamento, o Executivo e o Legislativo tendem a atuar em sincronia em vez de funcionarem como contrapesos.

A proposta de reforma não só foi atacada por figuras do meio jurídico como por instituições financeiras e empresários da área de tecnologia, que alertaram o governo que o plano pode provocar prejuízo à economia israelense. Para eles, já se observava uma corrida para a retirada de fundos do país, o que tem como consequência a desvalorização do shekel frente ao dólar.

Um dos contrários à medida é o presidente Isaac Herzog. No início de janeiro, ele já havia pedido cautela aos parlamentares, argumentando que o país vivia um momento sensível e volátil. “Precisamos baixar a temperatura”, disse ele à época. No domingo, Herzog, que ocupa um cargo sobretudo cerimonial, fez um raro pronunciamento em que alertou que a refor-

ma levaria Israel “à beira de um colapso legal e social”.

Ele então pediu ao ministro da Justiça, Yariv Levin, que adiasse a votação até que houvesse oposição e oposição chegassem a um acordo. O pedido foi em vão —a comissão responsável por analisar o projeto aprovou partes da legislação já na segunda.

Agora, a proposta será enviada para votação pelo Knesset, em três sessões. Levin anunciou, no entanto, que ele e o líder do Comitê Constitucional de Lei e Justiça do Parlamento, Simcha Rothman, estavam em contato com líderes da oposição para discutir a reforma judicial no gabinete de Herzog ainda nesta segunda.

Outro que urgiu o premiê a buscar um consenso antes de ir em frente com o projeto foi o presidente dos EUA, Joe Biden. No domingo, ele argumentou em artigo no New York Times que um Judiciário independente é uma das fundações tanto da democracia americana quanto da israelense.

Por fim, no mesmo dia, um grupo de sete ganhadores do Nobel, formado por Avram Hershko, Ada Yonath, Aaron Ciechanover, Michael Levitt e Arieh Warshel, vencedores do prêmio de química, além de Daniel Kahneman, laureado pelas contribuições na área de economia, e do químico americano Roger Kornberg, ex-professor da Universidade

Hebraica de Jerusalém, publicou carta aberta expressando “grande preocupação” em relação ao projeto, que segundo eles impactaria de forma negativa a educação superior.

Em reação, Netanyahu acusou a oposição de incitar violência e “empurrar o país à anarquia de propósito”. “Controlem-se. Mostrem responsabilidade e liderança”, disse Bibi, como ele é conhecido.

O restante de seu pronunciamento por vídeo pode apontar uma conciliação, no entanto —ao menos de acordo com a análise do jornal The Times of Israel. “A maioria dos cidadãos de Israel não quer anarquia. Eles querem um discurso centralizado e, no final das contas, unidade”, afirmou.

Pesquisa do Canal 12 publicada no fim de semana passado indicou que mais de 60% dos israelenses preferem que o governo interrompa ou adie a reforma em vez de votá-la.

À disputa política interna se dá em momento de crescente tensão entre o país e a Palestina, após o assassinato de sete pessoas em frente a uma sinagoga no mês passado. Antes, ao menos dez palestinos foram mortos em uma ação do Exército de Israel. Nesta segunda, o Exército de Israel matou um palestino em um ataque à Cisjordânia ocupada, levando a trocas de tiros.

Com AFP e Reuters

“O barril de pólvora está prestes a explodir, e irmãos estão prestes a levantar suas mãos contra irmãos. [O país] está à beira de um colapso legal e social

Isaac Herzog  
presidente de Israel

# Argentina investiga rede mafiosa envolvendo gestantes russas

**SÃO PAULO** A chegada de centenas de mulheres grávidas da Rússia nos últimos meses levou a Argentina a abrir uma investigação sobre o caso, anunciou o órgão responsável por migrações no país.

O movimento levantou suspeita de que grupos mafiosos estejam lucrando ao oferecer, em troca de dinheiro, um pacote de “turismo de parto” que teria o passaporte argentino como principal benefício.

“Com muito trabalho, nós, argentinos, temos um dos passaportes mais seguros do mundo, que permite ingressar sem visto em 173 países”, disse Florencia Carignano, chefe da Diretoria Nacional de Migrações, no Twitter. “Esse é um privilégio que temos de cuidar e uma responsabilidade nossa com essas nações.”

Segundo Carignano, após observar o aumento na entrada de cidadãs russas nos últimos meses, a Argentina iniciou uma investigação e entrevistou 350 mulheres, com gravidezes em estágios avançados. A diretora diz que o movimento é marcado por pessoas que não desejam permanecer no país. No mesmo post, ela compartilhou uma imagem do site RuArgentina, que seria o responsável pelos pacotes.

O site russo se define como uma “rede de portais” que conta com notícias sobre a Argentina em russo, vídeos do fundador, Kiril Makovev, pacotes de turismo e de turismo de nascimentos no país.

A página sobre os pacotes relativos ao parto lista entre as vantagens de ter filhos no país sul-americano medicamentos

de alta qualidade; entrada sem necessidade de visto; cidadania argentina para o filho; residência “permanente imediatamente” e “direito de obter a cidadania argentina de forma simplificada” para os pais.

De acordo com o site do governo argentino, familiares de nativos ou naturalizados podem entrar com pedido de residência temporária de dois anos ou permanente e não há pré-requisitos além do parentesco comprovado, além de outros documentos corriqueiros, como passaporte e comprovante de residência.

O RuArgentina também lista pacotes de serviços pagos em Tether, uma “stablecoin” (criptomoeda lastreada em ativos tradicionais, como o dólar), que vão de 100 USDT (cerca de R\$ 518) para consultas

por telefone até 15 mil USDT (R\$ 77,6 mil) para um modelo de “primeira classe”, com consultas ilimitadas, assistência de transporte aéreo, curso de espanhol e assistência para moradia e documentação.

O site russo cita supostos hospitais parceiros, que dariam desconto de 50% no valor

“Elas chegam, têm os filhos, registram eles como argentinos, vão embora e não voltam mais

Florencia Carignano  
chefe da Diretoria Nacional de Migrações da Argentina

dos procedimentos. Segundo as autoridades, as gestantes russas chegam à Argentina com o pacote completo, que inclui contratos de aluguel temporários, obtêm o passaporte para os filhos e deixam o país.

“Estamos felizes que elas venham fazer sua vida na Argentina, mas o problema é que chegam, têm os filhos, registram eles como argentinos, vão embora e não voltam mais. Estão usando nosso passaporte”, afirmou Carignano a uma rede de televisão local.

Autoridades estimam que mais de 10 mil russas gestantes viajaram à Argentina desde o início da guerra, há quase um ano, e 70% delas teriam ficado apenas por meses no país, segundo o jornal El País.

Em um único voo na semana passada, foram identificadas

33 russas, afirmou Carignano. “A quantidade é realmente grande por dia. Em um voo da Ethiopian Airlines, companhia aérea da Etiópia, entraram 33 russas com gestações entre 32 e 33 semanas”.

Apesar dos números e da investigação argentina, o fenômeno não é único do país. O conflito também impulsionou a vinda de russas e ucranianas para o Brasil em busca de cidadania para seus filhos.

No caso da Rússia, alvo de sanções e isolada pelo Ocidente após a invasão do vizinho, o parto em países como Argentina e Brasil dá ao recém-nascido a nacionalidade da nação sul-americana em que nasceu, o que garante acesso a dezenas de países que dificultam a entrada de russos.

Com Reuters



## OS EDIFÍCIOS MAIS ELEGANTES, COM PLANTAS CLÁSSICAS



VISTA DO RESERVA CIDADE JARDIM

Dentro de uma reserva verde única em um terreno de 20.000 m<sup>2</sup>

• Integrado ao complexo Cidade Jardim • Plantas especialmente planejadas,

de 455 a 1.300 m<sup>2</sup> • Paisagismo de Maria João d'Orey

• Arquitetura de Sig Bergamin, Murilo Lomas e Pablo Slemenson

• Completa estrutura de amenities com Hotel Fasano • Quadras de tênis e de beach tennis • Quadras de squash e de basquete • Spa completo

• Academia com salas de recovery, multiúso e de pilates • Piscina com raia de 25 m e piscina fria • Espaço Kids com piscina • Simulador de golfe



E COM A VISTA MAIS IMPRESSIONANTE DA CIDADE.



RESERVA  
CIDADE JARDIM

IRREPLICÁVEL

AGUARDE



CONHEÇA MAIS  
SOBRE O RESERVA  
CIDADE JARDIM.

+55 11 97202.3702 | +55 11 3702.2121

JHSF



mundo

# Igreja Católica conta 4.815 abusos contra menores em Portugal

Comissão independente defende alteração no prazo de prescrição para crimes do tipo de 23 para 30 anos

Giuliana Miranda

LISBOA A comissão independente que investiga casos de abuso sexual contra menores de idade na Igreja Católica em Portugal concluiu que ao menos 4.815 crianças foram abusadas por membros da instituição desde 1950. O relatório final do caso foi apresentado publicamente na manhã desta segunda (13), em Lisboa.

Coordenador do grupo interdisciplinar que realizou o trabalho, o pedopsiquiatra Pedro Strecht afirmou que os quase 5.000 casos identifica-

dos de menores de idade que sofreram abusos representam um número "absolutamente mínimo" dos episódios, sendo "apenas a ponta do iceberg" de sua dimensão real.

Os casos, que tiveram um pico entre as décadas de 1960 e 1990, aconteceram em diversos contextos, como em seminários, sacristias, colégios internos, confessionários, grupos de escoteiros e casas de acolhimento. Cerca de 96% dos abusadores são do sexo masculino, e 77%, padres.

Houve registros em todos os distritos do país. A idade

média dos menores é de 11,2 anos, e os principais alvos das agressões sexuais eram meninos — 52,7% dos casos —, como na maioria de investigações do tipo. A comissão destaca, no entanto, o número significativo de meninas que também foram abusadas.

Em 52,7% dos episódios, os menores foram abusados mais de uma vez, e 27,5% relataram que os crimes perduraram por mais de um ano. A maior parte dos episódios já prescreveu, mas 25 casos que estão dentro dos prazos legais foram enviados ao Ministério Público.

Os abusos de menores são crimes hediondos. Quem os comete tem de assumir as consequências dos seus atos e as responsabilidades civis, criminais e morais daí decorrentes

Bispo José Ornelas presidente da Conferência Episcopal de Portugal

As conclusões apresentadas no relatório serão discutidas em uma reunião especial da cúpula católica no país, que vai avaliar se haverá pagamento de indenizações às vítimas. Na França, onde uma investigação independente revelou que mais de 200 mil crianças e adolescentes haviam sido abusados em um período de 70 anos, a igreja concordou em vender bens e imóveis para custear indenizações.

Em Portugal, a comissão foi criada a pedido da CEP (Conferência Episcopal Portuguesa), justamente em meio à onda de escândalos de abusos sexuais contra menores na Igreja Católica em diversos países.

Na conferência, os membros da comissão alternaram a divulgação dos números e dos dados técnicos do relatório com a leitura de alguns relatos das vítimas. "Quando contei à minha mãe, ela não acreditou. E ainda pior: disse que eu era culpada", ouviu-se em um dos depoimentos.

As vítimas levaram em média dez anos para falar pela primeira vez sobre os abusos. Para mais de 40% delas, o primeiro relato foi feito para a comissão independente. Apenas 4%

prestaram queixas judiciais.

"A característica fundamental do abuso é o poder que o abusador tem em relação à criança", afirmou o psiquiatra Daniel Sampaio, membro do órgão. "Nas instituições religiosas aparece uma vulnerabilidade da criança ampliada por uma crença espiritual."

Na apresentação, a comissão independente pediu mudanças nos prazos de prescrição. Em Portugal, a lei atual diz que vítimas de abusos sexuais no momento em que são menores de idade têm até os 23 anos para apresentar queixas formais. Os especialistas defendem que os prazos sejam alargados para 30 anos.

O presidente da Conferência Episcopal de Portugal, bispo José Ornelas, pediu perdão às vítimas e afirmou que se trata de "uma ferida aberta que dói e envergonha". "Os abusos de menores são crimes hediondos. Quem os comete tem de assumir as consequências dos seus atos e as responsabilidades civis, criminais e morais daí decorrentes", afirmou o religioso, que prometeu trabalhar para encontrar mecanismos mais eficazes de prevenção e de resolução dos casos.

## Incêndio em apartamento superlotado expõe crise na habitação para imigrantes em Lisboa

LISBOA Um incêndio no centro de Lisboa, em um apartamento superlotado onde viviam cerca de 20 imigrantes, ajudou a expor a crise de habitação enfrentada pelos que vêm de fora para trabalhar em Portugal.

Em um cenário de inflação recorde e de escassez de casas para aluguel, muitos são empurrados para alojamentos precários e abarrotados. O fogo deixou dois mortos, ambos cidadãos indianos, e um jovem de 14 anos. Entre os 14 feridos há pessoas do Nepal, do Paquistão, de Bangladesh e da Argentina.

As autoridades estão investigando o fogo, que ocorreu num imóvel classificado de To, tipologia europeia que indica que o

apartamento não tinha quartos. Vários colchões e beliches foram encontrados no local.

Entre as situações analisadas está uma denúncia de que o apartamento funcionaria com um sistema apelidado de "hot bed" (cama quente). Na modalidade, usada sobretudo por imigrantes pobres, as vagas são alugadas por turnos, e uma cama pode ser ocupada por uma pessoa pela manhã e por outra à noite.

O preço elevado das habitações e a escassez de casas no mercado imobiliário lisitano, que já afetam significativamente a classe média portuguesa, têm efeitos ainda mais graves na comunidade imigrante, sobretudo nos que estão há pouco tempo no país.

Levantamento realizado em várias cidades europeias pela plataforma imobiliária Casa-fari indicou que Lisboa foi a cidade em que o valor dos aluguéis mais subiu no último ano. Segundo o relatório, os preços na capital lusa cresceram 36,9% entre dezembro de 2021 e o mesmo mês de 2022.

O aumento generalizado do custo de vida, com destaque para o preço da habitação, empurra muitos estrangeiros para moradias precárias. Em grupos de apoio e nas redes sociais, há cada vez mais relatos de desespero em busca de um teto. Segundo o último Censo do país, realizado em 2021, mais de um terço da população estrangeira em Portugal (37,7%) residia em alojamen-

tos superlotados — em que o número de divisões habitáveis (de ao menos quatro metros quadrados) era insuficiente para a quantidade e o perfil demográfico dos moradores. Entre os portugueses, 17,2% viviam nessas condições.

Embora o problema seja mais grave entre indianos e nepaleses, com 74,2% e 72% dos cidadãos desses países nessas condições, 34,1% dos brasileiros no país europeu vivem em casas com lotação excessiva.

Timóteo Macedo, presidente da associação Solidariedade Imigrante, criticou as autoridades pela falta de ação para lidar com a questão. "Não há políticas públicas decentes para resolver esses problemas".

Ele culpa ainda a pouca fis-

calização nos alojamentos precários e superlotados no centro de Lisboa, lembrando que a moradia digna faz parte do conjunto de direitos humanos.

Em bairros tradicionais do centro da capital, como Mouraria e Arroios, muitos moradores já se dizem apreensivos com a situação. "Toda a gente sabe [da situação precária dos imigrantes] e ninguém faz nada. E só caminhar aqui na rua e olhar para dentro das casas: são só beliches!", diz a aposentada Margarida Cardoso, 74, que vive em uma rua próxima do local do incêndio.

Nos últimos dois anos, o eixo da avenida Almirante Reis, conhecido ponto de concentração de comunidades estrangeiras no centro da capital, registrou pelo menos dez grandes incêndios, de acordo com um levantamento feito pelo jornal português Público.

O comandante dos Bombeiros Voluntários de Lisboa, Vas-

co Alves, considera que a situação está relacionada às péssimas condições em que vivem muitos dos estrangeiros.

"O problema passa fundamentalmente pela grande concentração de imigrantes, principalmente do Sudoeste Asiático, naquela área. As pessoas basicamente vivem ali em grandes aglomerações. E isso apresenta-se como um problema em termos de segurança", disse ao diário luso.

O incêndio do último sábado teve ampla repercussão entre a população e já transbordou para a vida política do país. Nos últimos dias, o local recebeu uma romaria de políticos.

"Que o incêndio na Mouraria, que vitimou tantos imigrantes desprotegidos, sirva ao menos para sacudir as nossas consciências", disse o presidente do Parlamento, Augusto Santos Silva, do Partido Socialista, o mesmo do premiê António Costa. GM

### SÍRIA CONCORDA EM ABRIR PASSAGENS A REGIÕES REBELDES PARA ENTREGA DE AJUDA; MORTES CHEGAM A 37 MIL



Bulent Kilic/APP

Uma semana após o terremoto que matou mais de 37 mil pessoas na Síria e na Turquia, a ditadura de Bashar al-Assad concordou nesta segunda-feira (13) com a abertura de passagens na fronteira com o país vizinho

para o transporte de ajuda humanitária a áreas que estão fora do controle do regime. O acordo foi intermediado pelas Nações Unidas, tem validade de três meses e reabre trechos da fronteira entre os dois países. Até então, o

único ponto de acesso a áreas dominadas por rebeldes no nordeste da Síria era a passagem Bab al Hawa, criada em resposta a uma resolução da ONU e definida por Damasco como uma violação à soberania síria. Nos

próximos dias, dois novos corredores serão abertos, de acordo com o secretário-geral da ONU, o português António Guterres. Na foto, mulher observa resgates em meio aos escombros em Hatay, na Turquia.



mercado

# Classe média lidera perda de renda na pandemia e impulsiona desigualdade

Auxílio emergencial deixou praticamente inalterado o rendimento dos mais pobres, aponta FGV Social

Fernando Canzian

SÃO PAULO A classe média foi quem mais perdeu rendimentos durante parte da pandemia do coronavírus, o que levou ao aumento da desigualdade de renda no Brasil. Entre os mais pobres, os rendimentos mantiveram-se praticamente inalterados, graças principalmente ao pagamento do auxílio emergencial. No período, foi mantida a tradicional concentração de rendimentos em estados mais ricos e em áreas do Distrito Federal, onde há preponderância de funcionários públicos bem pagos e com estabilidade de emprego — apesar de a maioria, com exceção dos militares, estar sem reajuste salarial desde 2017. Segundo dados inéditos da FGV Social com base em declarações de Imposto de Renda de 2020 e pesquisas do IBGE, a classe média (brasileiros localizados entre os 41% mais pobres e os 10% mais ricos) perdeu 4,2% de sua renda no primeiro ano da pandemia.

22,38%

foi a variação de renda em Nova Lima (MG) de 2019 para 2020, a maior entre os 19 municípios mais ricos

12,8%

foi a queda na renda em São Paulo, a mais acentuada entre os 19 municípios mais ricos

R\$ 95 mil

é o valor de patrimônio declarado por habitante do Distrito Federal, o maior das unidades da Federação

R\$ 1,4 milhão

é o patrimônio por habitante no Lago Sul (DF)

Nos 10% mais ricos, muitos deles moradores de áreas abastadas do Distrito Federal (como Lago Sul e Lago Norte) e de cidades tradicionalmente ricas como Nova Lima (MG), São Caetano do Sul (SP) e Florianópolis (SC), a queda nos rendimentos foi bem menor, de 1,2%. Entre os 40% mais pobres, houve praticamente estabilidade (ganho de 0,2%). Segundo Marcelo Neri, diretor da FGV Social, ao contrário do que se imaginava, em razão do auxílio emergencial que chegou a até 67 milhões de pessoas, a desigualdade de renda não caiu no país no primeiro ano da pandemia — mas foi puxada para cima em razão do empobrecimento da classe média.

Utilizando o mesmo método que o economista francês Thomas Piketty, autor do best seller “O Capital no Século 21”, e unindo a base de dados do IRPF à da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, a FGV Social calcula que o índice de Gini chegou a 0,7068 em 2020, bem acima do 0,6013 calculado pelo IBGE, que usa apenas a Pnad Contínua. Para o cálculo do Gini, quanto mais perto de 1 o índice, maior a desigualdade.

Segundo Neri, o IRPF consegue captar melhor a renda proveniente de ganhos de capital, como os lucros no mercado financeiro ou distribuídos pelas empresas, inclusive das pessoas jurídicas que declaram via Simples. Por isso, traz mais realismo para o rendimento dos mais ricos.

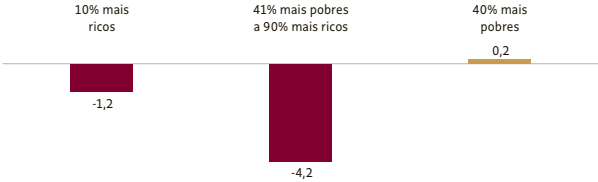
Pela abordagem usual, o Gini teria caído de 0,617 para 0,6013; já na combinação de bases, o indicador sobe de 0,7066 para 0,7068.

O trabalho da FGV Social também buscou identificar a localização geográfica dos grupos mais abastados no país. Tal como em estudos de pobreza, há comparação da ren-

## Classe média perde e desigualdade aumenta

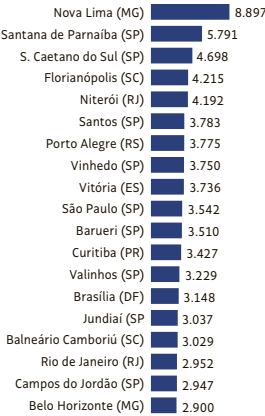
### Classe média perdeu mais renda

Variação da renda 2019-2020, em %



### Cidades mais ricas do Brasil

Renda do IRPF por habitante, em R\$



### Regiões do DF são “epicentro” da riqueza e áreas superam cidade mais rica do país

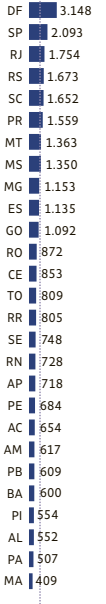
Renda do IRPF por habitante, em R\$



Fonte: FGV Social

### Renda média por UF

Renda do IRPF por habitante, em R\$



Brasil 1.310

da dos mais ricos em relação ao conjunto da população e o cálculo da renda média da população (por estados e municípios) levando em conta os rendimentos de declarantes do IRPF divididos pela população — de forma a identificar os locais mais ou menos ricos. “O objetivo é saber qual é a riqueza de toda a população, não apenas dos mais ricos entre os ricos”, afirma Neri.

Com grande concentração de funcionários públicos, o Distrito Federal ocupa o topo no ranking da renda média entre as unidades da Federação: R\$ 3.148. É mais que o dobro da renda média nacional (R\$ 1.310) e está bem acima do estado de São Paulo, região economicamente mais dinâmica do país, com R\$ 2.093.

O Distrito Federal também é a unidade da Federação com a maior declaração de patrimônio por habitante (R\$ 95 mil), liderada pelo Lago Sul (R\$ 1,4 milhão), que também apresenta a maior renda média do país (R\$ 22.583).

Outras cinco áreas do Distrito Federal, como Lago Norte, Park Way e Jardim Botânico, têm renda média superior à da mais bem colocada cidade do país, Nova Lima (MG). Desde pelo menos 2018 a cidade mineira ligada à extração mineral e sede de vários condomínios de luxo aparece no topo dos municípios mais ricos.

Segundo a FGV Social, dentre os 19 municípios mais ricos, a maior variação de renda entre 2019 e 2020 foi encontrada também em Nova Lima (22,38%). Uma das hipóteses é que a alta dos preços das commodities até a pandemia tenha influenciado no aumento da riqueza da cidade mineira, assim como de outras mais dependentes dos setores mineral e agrícola.

Na contramão está São Paulo, onde a renda caiu 12,8%. A hipótese aqui é que isso tenha ocorrido pelo fato de a cidade concentrar grandes parcelas da classe média.

Estudos de outras consultorias vêm mostrando que o encolhimento da classe média ocorre ano após ano. Segundo levantamento da Tendências, as chamadas classes C e B (renda familiar entre R\$ 3.100 e R\$ 23,2 mil) foram reduzidas de 47,6% da população para 41,6% entre 2012 e 2022.

# Correção da tabela do IR já está com Lula, afirma Haddad

Lucas Marchesini, Catia Seabra e Victoria Azevedo

BRASÍLIA O governo federal deve apresentar depois do Carnaval um programa para renegociação de dívidas chamado Desenrola. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fez a previsão ao falar na abertura da reunião do diretório nacional do PT na manhã desta segunda-feira (13), em Brasília.

De acordo com ele, tanto o Desenrola quanto a correção da tabela do Imposto de Renda e do salário mínimo já estão no Palácio do Planalto para avaliação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A fala de Haddad não foi aberta para a imprensa, e as informações são da assessoria de imprensa do PT. O Desenrola deve oferecer condições facilitadas para que pessoas renegociem dívidas até um certo limite, a ser definido pelo governo federal.

Com isso, a aposta é que haja um impulso ao consumo, o que ajudaria na retomada econômica. O programa pode contemplar até 40 milhões de brasileiros que estão endividados e têm renda de até dois salários mínimos, equivalente a R\$ 2.640.

Existem quase 70 milhões de consumidores com o nome negativado por inadimplência. O atual patamar de endividamento é recorde.

Já em relação à correção da tabela do IR, a promessa

de Lula durante a campanha era isentar do imposto pessoas com renda mensal de até R\$ 5.000, mas isso não deve acontecer neste ano. Hoje, é isento quem tem um salário mensal menor que R\$ 1.900. O plano em discussão ainda eleva esse patamar para dois salários mínimos.

Além dos anúncios, Haddad também abordou a política monetária e a questão dos juros na sua fala para o diretório nacional do PT. De acordo com a assessoria do partido, o ministro repetiu o que disse na semana passada em reunião com a bancada petista na Câmara, quando preferiu se distanciar da crise gerada pelas críticas de Lula ao BC.

Na apresentação, Haddad disse que não alimentava expectativa de redução de juros na mais recente reunião do Copom, mas esperava uma sinalização.

O ministro-chefe da Secom (Secretaria de Comunicação Social) da Presidência da República, Paulo Pimenta, disse que “não há nenhuma discussão dentro do governo” para que o CMN (Conselho Monetário Nacional) mude a meta de inflação.

“O ministro Haddad e a ministra [Simone] Tebet integram esse fórum e no decorrer da semana vão conversar, dialogar, mas não há orientação do governo para adotar essa ou aquela medida”, acrescentou ao sair da reunião do diretório nacional do PT.



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, durante evento no Planalto. Pedro Ladeira/Folhapress

## Não sei em quantos meses reforma tributária sai, diz Tebet

SÃO PAULO A ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou nesta segunda (13) que uma proposta de reforma tributária deve ser aprovada neste ano pelo Congresso, mas que não pode “dizer em quantos meses”.

No início do mês, Tebet havia afirmado, após reunião com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que a discussão do projeto se prolongaria no Legislativo por ao menos seis meses.

A afirmação contrasta com a do titular da Fazenda, Fernando Haddad, e com a do vice-presidente Geraldo Alckmin — ambos dizem que a proposta poderia ser aprovada ainda no primeiro semestre deste ano.

Lira e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), devem se reunir para discutir os detalhes do rito. O alagoano já sinalizou disposição para levar o texto ao plenário entre 60 e 90 dias.

A reforma tributária foi escolhida como uma das prioridades do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no primeiro semestre no Congresso. É provável que essa seja a primeira PEC (proposta de emenda à Constituição) de interesse do Palácio do Planalto a ser votada no Legislativo. Pedro S. Teixeira

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha  
painelsa@grupofolha.com.br

Trânsito

O alerta levantado no Ministério dos Transportes, na semana passada, de que pode faltar asfalto, deve favorecer o mercado de concreto para pavimentação de rodovias. O governo federal analisa a viabilidade da adoção, e o setor afirma que tem condição de suprir a necessidade. “A indústria de cimento tem total capacidade para atender às demandas do produto”, afirma Paulo Camillo Penna, presidente da ABCP (que reúne nomes como Votorantim e Inter cement).

**PNEU** Em reunião com o ministro Renan Filho, na semana passada, para tratar dos esforços para a manutenção dos principais corredores de escoamento da safra, foi levada a preocupação com o mercado de distribuição do asfalto depois do anúncio de um investimento de R\$ 1,7 bilhão feito pelo governo Lula para obras rodoviárias no plano dos primeiros cem dias da gestão.

**PIÚLA** O parentesco entre um dos diretores da Anvisa e o novo presidente da ProGenéricos (fabricantes de genéricos) voltou a repercutir no órgão neste fim de semana. A Univisa (associação de servidores da Anvisa) divulgou comunicado em que critica o parentesco de Daniel Meirelles Pereira, responsável pela 5ª Diretoria da Anvisa, e seu irmão Thiago Meirelles, que assumiu o comando da ProGenéricos no início do ano.

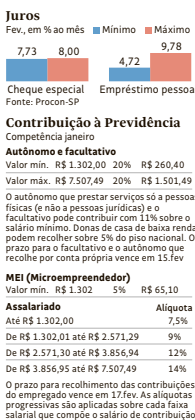
**FAMÍLIA** “A escolha do novo presidente da ProGenéricos, para além de impossibilitar a atuação de um diretor da Anvisa na regulação de medicamentos, ao lançar holofotes sobre a função de seu irmão, gerando suspeitas de conflito de interesse sobre todas as decisões da Agência que envolvam medicamentos, surpreende ainda pelos prejuízos que pode acarretar à própria política de genéricos e, portanto, ao acesso da população a medicamentos”, dizem os servidores no documento.

**CONTÁGIO** O presidente do CFM (Conselho Federal de Medicina), José Hiran da Silva Gallo, enviou nesta segunda (13) um ofício à Anvisa criticando a manutenção do uso de máscaras para diminuir casos de Covid. No documento, ele trata a proteção como ideologia e diz que o descarte pode gerar problema ambiental.

**TOSSE** A Anvisa regula o uso de máscaras apenas nos aeroportos. No texto ao órgão, Gallo diz que não há evidências de proteção e sim de agravos à saúde de tripulantes. “O uso de máscaras como sinalização de virtude ou como medida de sensação de pertencimento social jamais podem ser impostas a pessoas que não compartilham de tais ideologias ou comportamentos”, diz Gallo no ofício.

com Paulo Ricardo Martins e Diego Felix

INDICADORES



**BOLETO** Entidades que representam as operadoras de plano de saúde afirmam que o preço do serviço pode disparar depois que a ANS (agência reguladora do setor) aprovou a incorporação do Zolgensma, da Novartis, no rol de medicamentos com cobertura. O preço máximo do remédio definido pela Cmed (câmara de regulação de medicamentos) supera R\$ 6 milhões.

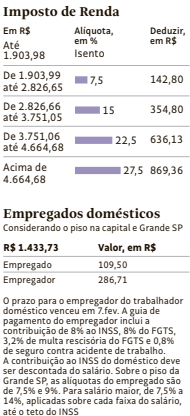
**ESTETOSÓPIO** O produto é usado no tratamento de crânios com até seis meses diagnosticadas com Atrofia Muscular Espinhal tipo 1. “Em um mercado em que existem quase 700 operadoras, 21% delas não faturam esse valor no ano [somados os impostos]”, diz Vera Valente, diretora da Fenasaude (que reúne nomes como Amil e SulAmérica).

**BOLSO** Alessandro Acayaba de Toledo, presidente da Anab (administradores de benefícios), também diz que a incorporação do Zolgensma pode levar à instabilidade financeira de algumas operadoras. “Se pega uma operadora pequena que tenha uma aplicação de um medicamento desse sem ter uma sustentação financeira muito boa, esse valor acaba sendo repassado para os consumidores”, afirma.

**EXPEDIENTE** O senador Paulo Paim (PT-RS) retomou um projeto para permitir a desaposentadoria dos trabalhadores no país. O texto foi arquivado em 2014, no primeiro mandato de Dilma. Segundo Paim, a ideia é fornecer aos aposentados uma forma de recuperar a renda e, posteriormente, fazer um novo pedido de aposentadoria ao INSS.

**CONTA** Na época em que foi engavetado, o texto sofreu forte oposição do próprio governo. Os parlamentares da base argumentavam que havia um rombo no INSS, já que, em tese, o trabalhador conseguiria aumentar o subsídio quando retornasse à condição de aposentado.

**PONTEAÉREA** Frederico Trajano, CEO do Magalu, foi a Riad para apresentar, nesta segunda, a estratégia da companhia para um grupo de 250 executivos e presidentes de empresas investidas pelo PIF, fundo soberano da Arábia Saudita.



# Mudar meta de inflação teria efeito contrário ao desejado, diz Campos Neto

Presidente do BC afirma que fará tudo o que estiver ao seu alcance para aproximar a autoridade monetária do governo

Nathalia Garcia

**BRASÍLIA** O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou nesta segunda-feira (13) que a autoridade monetária discorda de uma mudança nas metas de inflação e que uma revisão dos alvos a serem perseguidos pela instituição neste momento teria o efeito contrário ao desejado sobre os juros.

Campos Neto sinalizou também a necessidade de ter boa vontade com o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e disse que fará tudo o que estiver ao seu alcance para aproximar o BC da gestão petista.

“Se a gente fizer uma mudança agora, sem um ambiente de tranquilidade e um ambiente onde a gente está atingindo a meta com facilidade, o que vai acontecer é que você vai ter um efeito contrário ao desejado. Ao invés de ganhar flexibilidade, você pode terminar perdendo flexibilidade”, afirmou no programa Roda Viva, da TV Cultura.

Para Campos Neto, não existe ganho de credibilidade com a revisão das metas. “No final das contas, você vai ter uma expectativa de inflação que não só vai para a meta nova mas vai para ganhar um prêmio maior ainda”, acrescentou.

O presidente do BC defendeu um “aprimoramento” do sistema de metas, sem dar detalhes, alegando ser um “tema sensível, que mexe com o mercado”.

A expectativa sobre uma mudança nas metas de inflação foi gerada por uma entrevista de Lula, que considerou exagerados os patamares atuais e defendeu 4,5%, o mesmo nível fixado em seus dois primeiros mandatos.

As atuais metas são 3,25% em 2023 e 3% em 2024 e 2025, com margens de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. O alvo foi classificado como “inexequível” pela presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, em entrevista à Folha.

A meta de inflação é definida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), formado pelos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento e Orçamento), além de Campos Neto.

A primeira reunião do CMN sob o governo Lula está prevista para quinta (16). Até o momento, a discussão das metas não está na pauta. A não impede que o tema venha a ser incluído pelo colegiado.

O assunto costuma ser tratado nas reuniões de junho, com o BC sobre o tema. Ele é o relator de uma ação de autoria do PV para questionar trecho da lei das DTVMs (Distrituidoras de Títulos e Valores Mobiliários) relativo à aquisição de ouro produzido em áreas de garimpo.

Segundo a autarquia, os entes públicos, com a participação do MPF (Ministério Público Federal), buscam encontrar soluções tecnológicas para que as transações com ouro re-



O presidente do BC, Roberto Campos Neto, no Roda Viva, nesta segunda

**DIREÇÃO DO PT QUER QUE PRESIDENTE DO BC SE EXPLIQUE NA CÂMARA**

O diretório nacional do PT aprovou orientação para que Roberto Campos Neto seja chamado pela legenda para explicar, no Congresso, a política monetária do BC. “Tiramos a posição do PT para convocar o presidente do BC para fazer explicação ao Congresso. Afinal, ele está indo ao Roda Viva e outras TVs, é importante que ele vá também ao Congresso”, disse a presidente do PT, Gleisi Hoffmann. Apesar da recomendação formal do diretório, o líder do PT na Câmara, Zeca Dirceu, afirmou que a bancada não tem poder de convocação — e que seria feito um convite.

mas pode ser antecipado. Em 2023, a previsão é definir a meta de inflação a ser buscada em 2026 e ratificar os alvos de anos anteriores. Tecnicamente, para alterar as metas já fixadas, será necessário o governo editar um decreto autorizando essa mudança.

O debate foi aberto enquanto a inflação projetada pelo mercado para 2023 no boletim Focus está em 5,79%, mais de um ponto percentual acima do teto do objetivo a ser perseguido pelo BC (4,75%). Isso representaria um estouro da meta pelo terceiro ano consecutivo. A inflação ficou acima do teto do alvo tanto em 2021 quanto em 2022.

Para 2024, período de maior relevância para a atuação do BC hoje, a expectativa do mercado para o IPCA subiu para 4% — já acima do alvo central (3%). Além de se posicionar de forma contrária a uma mudança da meta, Campos Neto afirmou que não quis apoiar uma proposta no Congresso que o ajudaria na discussão e que faria tal alteração demandar unanimidade de votos no CMN (hoje é preciso apenas maioria simples).

“A gente tem que entender que o arcabouço que existe foi votado em lei, funciona e está sendo testado. É a primeira vez que a autonomia está sendo testada. E é importante não ter mudança de regra no meio do jogo nem para um lado nem para outro. Tenho que ser consistente com o que acredito em termos de arcabouço”, disse. “O que importa é manter a estabilidade do arcabouço e ir aprimorando ao longo do tempo”, afirmou. Com o temor de que os ju-

ros altos (hoje a taxa básica, Selic, está em 13,75% ao ano) comprometam o crescimento, Lula tem disparado críticas ao BC e defendido a mudança das metas a serem perseguidas sob a justificativa oficial de que isso abrir espaço para antecipar o início do corte de juros e incentivaria a atividade.

Campos Neto disse entender que existe pressão de Lula com a agenda social e fez sinalizações ao presidente. “O BC precisa trabalhar junto com o governo. Eu vou fazer tudo o que estiver ao meu alcance para aproximar o BC do governo”, disse.

“É importante reconhecer a legitimidade do resultado das eleições, da eleição do presidente Lula, que foi feita de uma forma democrática. O Banco Central é uma instituição de Estado, precisa trabalhar com o governo sempre”.

Apesar de o BC ter dobrado as referências à área fiscal em suas atas após a eleição de Lula, o presidente da autoridade monetária afirmou que a instituição não considerou em suas comunicações o atual governo mais gastador do que o anterior. Ele disse também que as mensagens do Copom não tinham cunho político, mas teor técnico.

“A dificuldade de controlar despesas está em diversos governos. Em nenhum momento existe uma opinião de que o governo do PT é mais gastador ou vai ter indisciplina, não existe isso”, afirmou.

Também fez referência ao “esforço” do Executivo para arquivar uma nova regra fiscal que substituirá o teto de gastos, dizendo que ele deve trazer resultados positivos.

Campos Neto concedeu a entrevista após sofrer uma série de ataques de Lula, que chamou os juros de “vergonha”, a autonomia do BC de “bobagem” e atacou o presidente do BC, a quem se referiu como “esse cidadão”.

Lula e aliados resgataram diferentes episódios para explorar a proximidade de Campos Neto com o bolsonarismo, ampliando o desgosto do chefe da autoridade monetária.

As críticas se acentuaram depois de uma imagem captada pela fotografia da Folha Gabriela Biló, em 10 de janeiro, mostrando que Campos Neto ainda era integrante de um grupo de WhatsApp chamado “ministros Bolsonaro”.

Campos Neto justificou sua presença no grupo dizendo que tinha participação mais informativa e que fez amigos no governo anterior.

## Novo sistema para fiscalizar ouro extraído de garimpo está em discussão, diz BC ao Supremo

**BRASÍLIA** O Banco Central disse, em manifestação enviada ao Supremo, que discute em conjunto com outros órgãos públicos um novo sistema de fiscalização que permita a rastreabilidade do ouro extraído de garimpo. O modelo em estudo inclui a “adoção de notas fiscais eletrônicas para as primeiras aquisições de ouro, que possibilitariam a supervisão dessa atividade”.

Segundo a autarquia, os entes públicos, com a participação do MPF (Ministério Público Federal), buscam encontrar soluções tecnológicas para que as transações com ouro re-

cém-extraído se tornem mais “transparentes e auditáveis”. Conforme mostrou a Folha, uma instrução da Receita Federal de 2001, alterada em 2010, que trata do ouro como ativo financeiro, diz que a nota fiscal deve ser emitida por instituição financeira ou cooperativa de garimpeiro autorizada pelo BC. Mas a norma também determina que esse documento, em pleno século 21, deve ser obrigatoriamente emitido em papel.

Nas últimas semanas, o ministro Gilmar Mendes solicitou informações à ANM (Agência Nacional de Mineração) e ao BC sobre o tema. Ele é o relator de uma ação de autoria do PV para questionar trecho da lei das DTVMs (Distrituidoras de Títulos e Valores Mobiliários) relativo à aquisição de ouro produzido em áreas de garimpo.

A DTVM é um elo fundamental na cadeia de legalização de ouro retirado de terras indígenas e áreas de reserva. É nessas empresas que o garimpeiro ilegal pode apresentar uma permissão de lavra forjada e sair com a nota fiscal que torna o produto legal para ser transportado e negociado. Nathalia Garcia

**30%** da produção de ouro no país é potencialmente irregular, segundo cruzamento de dados oficiais



SP-LA-SH uol

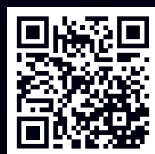
# OTAVIANO LAB

TEMPORADA  
2023

**Otaviano Costa** está de volta para comandar a **nova temporada** do programa mais revelador e imprevisível da internet.

**Toda terça-feira, às 11h, ao vivo em todas as plataformas do UOL**

VEM JUNTO!



 canal uol



## mercado

Esther Dweck

## Plano é conceder reajuste a servidores federais até abril

Governo tem R\$ 11,2 bi para elevar salários em até 9%, mas percentual pode ser menor se houver aumento no auxílio-alimentação, diz ministra

## ENTREVISTA

Idiana Tomazelli  
e Fábio Pupo

**BRASÍLIA** O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve concluir nas próximas semanas a negociação para reajustar os salários de servidores federais até abril de 2023. O aumento pode ser de até 9%, mas o valor final ainda depende de uma decisão sobre ajustar ou não o auxílio-alimentação —medida que beneficia mais os servidores com menor remuneração.

Em qualquer cenário, porém, o percentual ficará abaixo dos 35% calculados por parte das categorias como o necessário para compensar a defasagem acumulada na gestão de Jair Bolsonaro (PL), que condicionou mais gastos sociais na pandemia à contenção de despesas com o funcionalismo.

Em sua primeira entrevista no cargo, a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, reconhece que dificilmente o governo conseguirá repor todo esse impacto. “Os servidores merecem algum reajuste, mas dificilmente será para compensar toda essa perda”, afirma à Folha.

Qualquer combinação de medidas terá de caber na verba de R\$ 11,2 bilhões já prevista no Orçamento deste ano. Para a ministra, a discussão também precisará observar a necessidade de novas contratações, após os gastos caírem para o menor patamar em 26 anos no governo Bolsonaro.

Dweck também defende uma reforma administrativa que promova a adequação dos instrumentos de seleção, progressão e avaliação de servidores, mas é taxativa sobre a manutenção da estabilidade do funcionalismo. Ela afirma que o teto remuneratório precisa ser respeitado e que o governo vai avaliar se é preciso adotar alguma norma adicional para impedir ganhos acima do limite.

“A lógica é que todo o mundo estivesse [ganhando] dentro do teto. Se alguém não está, tem alguma coisa errada na regulamentação dessa lei”, diz a ministra.

**O governo reabrirá a mesa de negociação com servidores. As carreiras vão ter um reajuste ainda neste ano? Vai ter reajuste escalonado para os próximos anos?** Em primeiro lugar, para 2023 existe já um orçamento definido, que será utilizado. É o que está no Orçamento e está mantido.

Tem dois valores lá, os R\$ 11,2 bilhões é o que pode ser gasto neste ano. E pode ter um valor anualizado de até R\$ 16 bilhões —ou seja, o impacto que ele gera para o ano seguinte.

**Esse impacto máximo de R\$ 16 bilhões dá um reajuste de quanto? Dá em torno de 9%.**

**Seria com um reajuste line-**



Pedro Ladeira/Folhapress

#### Esther Dweck, 45

Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, é professora do Instituto de Economia da UFRJ. Participou do grupo de transição. Foi secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento entre 2015 e 2016 (governo Dilma)

**ar para todas as carreiras do Executivo?** Seria para todas as carreiras do Executivo. Até a entrega do Orçamento de 2024, a gente está pensando em fazer uma discussão mais ampla para os próximos anos. Ainda não tem uma diretriz clara, se será só para 2024, se será plurianual. Estamos mais focados na emergência de 2023. Depois, precisa definir a nova regra [fiscal], definir qual vai ser o espaço fiscal que existirá para isso.

**Carreiras da base do funcionalismo estão com o salário congelado desde 2017, enquanto carreiras de Estado tiveram o reajuste mais recente em 2019. Pode haver alguma diferenciação para compensar?** Estamos avaliando. É mais possível que a gente faça alguma coisa mais linear em 2023. Uma questão importante que a gente está avaliando para 2023 é o reajuste de benefícios, principalmente alimentação, porque há uma defasagem gigantesca entre o Executivo e os demais Poderes [o valor do auxílio do Executivo é R\$ 458 mensais, enquanto o do Judiciário foi reajustado neste ano para R\$ 1.182,74].

Isso é um valor que acaba beneficiando mais as carreiras baixas. Ainda não tem uma decisão, mas talvez fosse uma maneira de compensar os salários mais baixos.

**Até quando se prevê mandar um projeto de lei? Tem possibilidade de ser feito por medida provisória?** Existe a possibilidade, aconteceu em outros anos, e a gente está avaliando para poder acelerar o impacto [para os servidores]. Mas isso é uma decisão da Casa Civil com o presidente da República. Se a gente está com um bom relacionamento com o Congresso, um projeto de lei também pode ser aprovado de forma célere.

**Tem uma data como objetivo?** A gente queria tentar fechar essa proposta até o final de fevereiro, início de março. Vamos ver se a oferta para os servidores vai ser aceita.

**O reajuste de 9% seria o máximo possível neste ano?** Vai depender do mês [de aplicação]. Se for desde março, acho que não dá. Teria que ser um pouco mais para a frente, para dar os 9% [de reajuste] den-

tro dos R\$ 11,2 bilhões [previstos para 2023]. Não tenho certeza absoluta, acho que seria abril, mas, de novo, é [preciso] uma avaliação, se só [contempla servidor] civil ou não.

**Então em fevereiro e março seria concluir o acordo e anunciar.** Isso, exatamente. E, eventualmente, definir: vai ser projeto de lei, vai ser medida provisória para acelerar a aplicação. Para começar a valer em março ou em abril.

**Parte dos servidores tem uma demanda bem forte em termos percentuais pela falta de reajuste nos últimos anos [a defasagem para algumas carreiras é de 35%]. É possível repor todo isso ou parte vai ficar para trás?** É muito difícil repor todo o passivo. É mais um dos passivos que ficaram do governo anterior. Os servidores merecem algum reajuste, mas dificilmente será para compensar toda essa perda. Estamos olhando mais para frente e pensando em fazer uma coisa que seja combinada com a necessidade de contratação.

Não adianta forçar, reportar o salário, e não conseguir contratar ninguém. As carreiras estão defasadas. A partir de 2017, o saldo [de contratações] passa a ser negativo todos os anos. Isso comprometeu muitas áreas, então é mais importante olhar o todo.

**Mesmo de uma forma escalonada, essa perda não será reposta?** É muito difícil. Muito difícil. Mas acho que eles [servidores] têm um pouco essa consciência. Está no papel deles pedir, e é o nosso papel dizer os limites fiscais para isso.

**E os militares? Eles foram contemplados com reajustes na reestruturação que houve em 2019. Eles seriam incluídos nessa negociação?** Na lei, da maneira como a LOA [Lei Orçamentária Anual] foi aprovada, o valor é para [servidor] civil. A gente está avaliando. [A categoria] Teve a reestruturação em 2019, que ninguém teve.

**Em princípio, eles não têm essa mesma urgência que os civis têm?** Em princípio, não, mas estamos olhando. A mesa de negociação se refere ao civil, de fato, até porque os militares não têm representação sindical —o que não significa que eles não têm o direito de ter uma avaliação sobre o seu salário. Por isso que a gente está olhando com calma, para tomar essa decisão de forma republicana.

**O dimensionamento das novas contratações está sendo feito ou já existe?** Está sendo feito. Não é trivial, porque você teve um processo de digitalização, de automação. O [ex-ministro Paulo] Guedes falava: “A gente não está contratando porque vai fazer tudo digital”. Não é verdadeiro. Mas também não é verdadeiro que precise o mesmo quantitativo que tinha há quase dez anos, porque muita coisa foi digitalizada.

Também tem um recurso previsto para este ano de contratação, em torno de R\$ 1,5 bilhão. Não é muita coisa, mas permite a algumas áreas muito críticas e que têm concurso em aberto, cadastro reserva, fazer contratações. É nisso que a gente está tentando focar. E autorizar alguns novos ainda neste ano.

**Houve uma redução grande do quantitativo dos servidores nos últimos anos. É preciso retomar contratações?** Tem muitas áreas que precisam de contratação. A gente sabe que a curva vai ter que voltar a subir um pouco, sim, em termos de servidores ativos. Vai precisar de contratação líquida positiva. Não quer dizer que o número vai aumentar muito, mas a gente tem um espaço para recomposição.

**Quais contratações são mais**

**urgentes agora? Tem novos concursos para serem autorizados? Quais?** Nós estamos muito focados no reajuste. Não tem como precisar quais seriam os concursos, em quais áreas.

Desde que eu estava aqui [no governo Dilma Rousseff], eu já acompanhava áreas que tinham muita gente em abono de permanência, com risco de aposentadoria, e a reforma da Previdência em 2019 acelerou. Áreas que já estavam com risco muito grande, com 30% da folha podiam se aposentar. [Como] IBGE e Banco Central, mas tem outras também.

**Durante a campanha falou-se da necessidade de uma reforma administrativa. Como isso vai ser conduzido?** Agente é totalmente contra a PEC 32, reforma administrativa enviada pelo governo Bolsonaro. Ela é extremamente punitiva, tem um foco na redução da estabilidade de forma arbitrária, uma tentativa de redução de salários, sem nenhuma preocupação com a qualidade do serviço.

**Qual deve ser o foco da reforma administrativa?** Tem que adequar melhor os instrumentos, seja da seleção, seja da forma de progressão, seja a maneira de avaliação. Tem a estabilidade, e tenho uma opinião bastante forte sobre isso. Para mim, estabilidade é proteção do Estado, não [só] do servidor. Preciso de gente capaz de fazer as políticas e que a mudança de governo não interfira na capacidade de atuar na política.

**Há um diagnóstico de que algumas categorias entram com salário muito alto e seria possível reduzi-lo, além de ampliar o tempo de progressão na carreira. Qual é sua visão?** Depende. Às vezes um salário alto é compatível com atração de um determinado nível de formação. Tem que tomar muito cuidado, porque concurso público tem que selecionar as melhores pessoas disponíveis para trabalhar. Então esse dimensionamento inicial tem que ser muito cuidadoso para não rebaixar muito e perder qualidade.

Por isso não tenho uma opinião ainda fechada. Preciso de uma análise mais criteriosa. Tem uma discussão muito importante das desigualdades entre as carreiras. Acho que isso, para mim, é um foco inicial mais forte, até.

**Como a reforma administrativa vai se comunicar com os desafios fiscais que a União tem? Ela pode ser pensada de forma a evitar o descontrole nas despesas?** Tem que estar totalmente comunicado [com o cenário fiscal], tem que ser pensado em conjunto. A baliza vai ser dada pela nova regra fiscal. Não vai ser dada por “acho que os servidores merecem ganhar dez vezes mais”. Não, de jeito nenhum. O limite é dado pelo espaço fiscal existente para poder fazer essas mudanças.

**Quando o governo anterior enviou a PEC, deixou de fora Judiciário e Legislativo —carreiras com as maiores remunerações e com penduricalhos que extrapolam o teto do funcionalismo. Como vão lidar com isso na reforma?** Está muito no início para falar sobre isso. Mas a gente, por exemplo, olhou com preocupação a questão dos quinquênios [PEC em transição no Senado que recria o adicional no salário para juízes]. Isso era uma preocupação, pelo efeito que isso tem sobre o teto remuneratório.

Temos preocupação com o teto ser respeitado, de olhar onde não está sendo respeitado e se precisa fazer alguma normatização para isso. E para evitar desigualdades excessivas dentro do setor público. A lógica é que todo o mundo estivesse [ganhando] dentro do teto. Se alguém não está, tem alguma coisa errada na regulamentação dessa lei.



# Emprego público é recorde sob impulso de vagas sem carteira

Movimento é puxado por prefeituras em áreas como educação e saúde

Leonardo Vieceli  
e Douglas Gavras

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO O número de empregados do setor público bateu recorde com o impulso da abertura de vagas de trabalho sem carteira assinada, indicam dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Esse movimento vem sendo puxado pelos municípios, que, segundo economistas, tentam recompor o quadro de funcionários sem gerar uma pressão permanente sobre as finanças públicas.

Com as restrições fiscais, a abertura de postos temporários, sem carteira e fora do regime estatutário, é vista como saída para enfrentar as demandas em áreas como educação e saúde após a pandemia.

“A questão fiscal não é uma exclusividade do governo federal. Municípios e estados também sentem isso”, diz o economista Rodolpho Tobler, pesquisador do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

“Há uma demanda da sociedade por serviços como os de educação e saúde, e muitas vezes os governos não têm de onde tirar. Então, vão para opções de custo menor.”

No trimestre até novembro de 2022, o total de empregados do setor público foi estimado pelo IBGE em quase 12,3 milhões no país.

É o maior patamar da série histórica comparável da Pnad Continua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua), iniciada em 2012.

Em igual trimestre de 2021, o número era de 11,3 milhões. Ou seja, houve alta de 8,8% (993 mil a mais) em um ano.

A Pnad divide os servidores das esferas municipal, estadual e federal em três categorias: militares e estatutários, empregados com carteira assinada e empregados sem carteira.

No trimestre até novembro, os servidores sem carteira chegaram a 3,1 milhões, recorde da série histórica. O número significa uma alta de 28,4%, ou 692 mil a mais, em relação a igual período de 2021.

Os militares e estatutários, por sua vez, alcançaram 7,8 milhões até novembro do ano passado. O avanço foi menor, de 2,3% (ou 177 mil a mais), ante igual período de 2021.

Já os empregados com carteira assinada no setor público somaram 1,4 milhão até novembro. O contingente subiu 10% no ano (124 mil a mais), um aumento que também foi inferior ao dos sem carteira.

Os servidores que não são celetistas, nem estatutários ou militares, preenchem ocupações diversas. Estão nesse grupo funcionários contratados de maneira temporária, consultores e estagiários, além de ocupantes de cargos eletivos ou comissionados.

Segundo economistas, não é possível igualá-los aos trabalhadores informais que atuam sem carteira ou CNPJ no setor privado.

Esses servidores, mesmo sem o registro celetista, podem ter algum tipo de salvaguarda e benefícios, incluindo contrato com o empregador (governo), 13º salário e férias proporcionais. São prerrogativas que não fazem parte da rotina dos informais da iniciativa privada.

“Por mais que esses empregados do setor público não tenham carteira, há uma estrutura por trás do trabalho deles”, afirma Tobler.

Adriana Beringuy, coordenadora de Pesquisas por Amostra de Domicílios do IBGE, ressalta que a categoria “tem um forte componente sazonal”.

## Vagas sem carteira avançam entre servidores no país



## Vagas com mais contratações sem carteira no setor público

Variação da população ocupada, em milhares, na comparação 3º tri 2022/3º tri 2021



Fontes: IBGE e economista Bruno Imaizumi/LCA Consultores, a partir de microdados do IBGE

## Inscrições para concurso do BB com 6.000 vagas terminam no dia 24

As inscrições para as 6.000 vagas de emprego oferecidas no concurso do Banco do Brasil terminam no dia 24. Os interessados podem se inscrever no site da Fundação Cesgranrio ([www.cesgranrio.org.br](http://www.cesgranrio.org.br)), organizadora da seleção.

A taxa de participação é de R\$ 50. Do total de vagas, 4.000 são para contratação imediata, sendo 2.000 para agente comercial e 2.000 na área de tecnologia da informação, para agente de reserva, sendo mil oportunidades para cada uma das áreas. A remuneração inicial é de R\$ 3.622,23 para jornada de 30 horas semanais. O banco também fornece auxílio de R\$ 1.014,42 para alimentação ou refeição e mais uma cesta-alimentação de R\$ 799,38. Para participar, o candidato precisa ter ensino médio e 18 anos completos até a data da contratação. Não é necessário experiência profissional anterior.

Levantamento do economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores, traz detalhes sobre o quadro a partir de microdados da Pnad referentes ao trimestre até setembro de 2022, o mais recente com essas estatísticas disponíveis. Na ocasião, o número de empregados do setor público sem carteira já se aproximava de 3,1 milhões. Em relação ao mesmo trimestre de 2021, houve acréscimo de 799,4 mil postos de trabalho. Desse número, 605,8 mil (75,8%) vieram dos municípios, segundo o levantamento. “É um cenário ligado ao controle de gastos”, diz Imaizumi. “Há uma necessidade de recompor os quadros de funcionários, mas as prefeituras não querem pressionar tanto as contas públicas, que já estão pressionadas”.

O levantamento também aponta as ocupações que mais geraram vagas entre os servidores sem carteira no trimestre até setembro de 2022, ante igual período de 2021. Esse recorte analisa as esferas municipal, estadual e federal. Os destaques foram trabalhadores de limpeza de interior de edifícios, escritórios e outros (117,7 mil a mais), ajudantes de professores (84,3 mil), professores do ensino fundamental (74,7 mil) e entrevistadores de pesquisas de mercado (66,3 mil).

Em seguida, vieram profes-

Na área de educação, lembra a pesquisadora, profissionais costumam ser contratados no início do ano letivo e desligados no fim da temporada.

“O crescimento dos empregados sem carteira no setor público nos dados dos últimos trimestres da Pnad Continua vem ocorrendo principalmente nos segmentos de educação e saúde”, diz Beringuy.

Levantamento do economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores, traz detalhes sobre o quadro a partir de microdados da Pnad referentes ao trimestre até setembro de 2022, o mais recente com essas estatísticas disponíveis.

Na ocasião, o número de empregados do setor público sem carteira já se aproximava de 3,1 milhões. Em relação ao mesmo trimestre de 2021, houve acréscimo de 799,4 mil postos de trabalho.

Desse número, 605,8 mil (75,8%) vieram dos municípios, segundo o levantamento. “É um cenário ligado ao controle de gastos”, diz Imaizumi. “Há uma necessidade de recompor os quadros de funcionários, mas as prefeituras não querem pressionar tanto as contas públicas, que já estão pressionadas”.

O levantamento também aponta as ocupações que mais geraram vagas entre os servidores sem carteira no trimestre até setembro de 2022, ante igual período de 2021. Esse recorte analisa as esferas municipal, estadual e federal. Os destaques foram trabalhadores de limpeza de interior de edifícios, escritórios e outros (117,7 mil a mais), ajudantes de professores (84,3 mil), professores do ensino fundamental (74,7 mil) e entrevistadores de pesquisas de mercado (66,3 mil).

Em seguida, vieram profes-

sores do ensino pré-escolar (60,1 mil a mais), cuidadores de crianças (44 mil) e professores do ensino médio (37,4 mil).

“As pessoas perderam renda na pandemia. Quando isso acontece, há uma migração da educação privada para a pública”, afirma Imaizumi.

Ele diz que, embora a crise sanitária tenha arrefecido, há uma procura por serviços públicos de saúde, que tende a ser intensificada pelo envelhecimento da população.

“As contratações temporárias representam precarização para os trabalhadores, que ficam sempre inseguros sobre a continuidade do seu emprego”, diz o professor Hilton P. Silva, coordenador na Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva).

O coordenador do Centro de Gestão e Políticas Públicas do Insper, Andre Luiz Marques, pondera que é preciso manter a possibilidade de contratações temporárias no serviço público, mas que a modalidade deve ser usada corretamente.

“O município pode ter problemas pontuais de falta de professores ou pode estar passando por uma mudança na rede e não é preciso fazer uma contratação definitiva. No entanto, quando o ente público deixa de fazer um concurso necessário, está usando a contratação temporária de forma equivocada”.

A lei complementar 173, de 2020, permitiu a estados e municípios receber recursos federais para o combate à pandemia. Em contrapartida, houve restrições ao aumento de despesas até dezembro de 2021, incluindo limitação a contratações e proibição de reajustes para servidores.

Esse represamento também teria estimulado a recente retomada da ocupação no setor público, dizem especialistas.

### Comunicado de recall aos proprietários dos veículos up! ano/modelo 2014

A Volkswagen do Brasil convoca os proprietários dos veículos up!, incluídos nos intervalos abaixo de chassis não sequenciais, para agendamento da substituição do airbag do motorista e, se necessário, do volante de direção.

MODELO	ANO/MODELO	CHASSIS NÃO SEQUENCIAIS
up!	2014	ET500001 a ET501331 ET900102 a ET900188

**Data de fabricação dos veículos:**  
De 19/4/2013 a 12/6/2014.

**Data do início do atendimento:**  
1/3/2023.

**Componente envolvido:**  
Airbag do motorista.

**Razão técnica:**  
Foi constatado que o propelente do gerador de gás pode degradar-se após longos períodos de exposição dos veículos a altas temperaturas, grandes amplitudes térmicas e alta umidade relativa do ar, podendo levar ao rompimento do gerador de gás no caso de deflagração do sistema de airbag do motorista em um acidente.

**Riscos:**  
Em caso de rompimento do gerador de gás do airbag do motorista, fragmentos metálicos podem ser projetados no interior do veículo, gerando risco de danos físicos ou fatais aos seus ocupantes.



**Solução:**  
Substituição do airbag do motorista e, se necessário, do volante de direção.

**Notificação:**  
Esse serviço é gratuito e o tempo de reparo é estimado em até 2 horas.

A Volkswagen do Brasil não tem conhecimento de qualquer ocorrência em veículos up! até o momento. Esta medida tem caráter preventivo.

Para melhor informar e atender os clientes, serão enviadas cartas aos proprietários dos veículos afetados nesta ação.

Para verificar se seu veículo está afetado nesta ação ou para informações adicionais, consulte a Central de Relacionamento com Clientes pelo telefone **0800 019 8866** ou acesse o site **www.vw.com.br**

























Invasores pegam caminhonete em Alto Alegre (RR) para deixarem garimpos ilegais na Terra Indígena Yanomami Lalo de Almeida/Folhapress

# Garimpeiros pobres que saem da área yanomami planejam ir às Guianas

Folha acompanha fuga de invasores e constata a frustração e o desejo de ir para países vizinhos

Vinicius Sassine  
e Lalo de Almeida

**ALTO ALEGRE (RR)** “Olha o bururi!” Buru, na linguagem dos garimpeiros, é helicóptero. Alguém, no meio da confusão no portinho do Arame, gritou ter avistado um buru no céu. Foi o suficiente para transformar confusão em caos. Garimpeiros se entocaram no mato. Embarcações foram arrastadas nas águas do rio Uricacoera para serem escondidas. Caminhonetes deram marcha a ré.

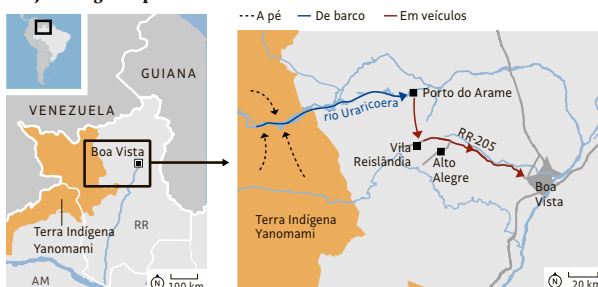
Era um alarme falso. Não havia helicóptero nenhum se aproximando do portinho. O medo era de mais uma ação do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e de forças policiais federais para retirada dos mais de 20 mil invasores da Terra Indígena Yanomami. Uma operação está em curso há uma semana. O temor se dissipou rápido, na mesma velocidade do buru imaginário. O portinho clandestino voltou do caos à confusão em minutos, e retomou o seu aspecto de fuga e êxodo, cada vez mais intensos nos últimos dias. Os garimpeiros seguiram seus caminhos de volta, após meses ou anos de atividade predatória na maior terra indígena do país.

O porto do Arame é, hoje, o maior entreposto da fuga por terra e água de milhares de garimpeiros que exploravam ouro e cassiterita no território tradicional.

Quem não tem dinheiro ou ouro suficiente para um voo acaba caminhando por dias na floresta, até alcançar um barco. De barco, são mais um ou dois dias até o portinho. De lá, mais duas ou três horas na canoagem de uma caminhonete, até a vila Reisilândia —ou Paredão—, que pertence ao município de Alto Alegre (RR), aparecer no horizonte. A saga continua para múltiplos destinos.

A Folha acompanhou um dia de fuga dos garimpeiros, com os garimpeiros. No domingo (12), a reportagem fez o percurso de Reisilândia ao porto clandestino na cabine

## Trajeto de garimpeiros



de uma caminhonete; permaneceu no Arame para documentar a chegada dos barcos e conversar com os invasores; e voltou na carroceria de uma segunda caminhonete usada para transportar as pessoas para fora dali.

O contato com os garimpeiros, nesse contexto de fuga, temor, vulnerabilidade e movimento incessável, permite traçar um perfil difuso dessas pessoas e compreender as dificuldades do caminho de volta após o início da retomada da terra indígena.

Um garimpo tem várias camadas. Se uma simplificação é possível, essas camadas podem ser resumidas em duas: a de trabalhadores braçais da exploração de ouro, que são migrantes vindos de diferentes partes do país (especialmente do Maranhão) e da Venezuela, e a de operadores da logística que ganham dinheiro para viabilizar essa exploração, inclusive na atual fase de desinstituição.

Quem está fazendo as viagens pela mata e lotando as embarcações —um barco de 12 metros carrega até 40 pessoas de uma vez— são os trabalhadores braçais do garimpo. São ratzeiros (trabalhador braçal que arranca as raízes das árvores para a escavação da terra), jateiros (quem opera os grandes jatos d'água para revirar a terra), cozinheiras, prostitutas. Ao longo dos dias, com a in-

tensificação das ações de destruição de maquinários e aeronaves pelo Ibama e pela PF (Polícia Federal) e com a maior presença da Força Nacional de Segurança Pública, aumentou o fluxo de barcos no portinho clandestino.

No período em que a reportagem esteve no local, seis barcos aportaram por lá. Quatro estavam abarrotados de gente. Dois chegaram mais vazios.

As pessoas transportam suas roupas, galinhas, cachorros, TVs, antenas de internet. O percurso custa quatro gramas de ouro (pouco mais de R\$ 1.000). Uma vaga na carroceria de uma caminhonete, mais R\$ 400.

No sábado (11), o fluxo foi igualmente intenso. Quem trabalha no transporte contou 200 caminhonetes cruzando a estrada quase intransitável ao longo do dia, cada uma transportando de 10 a 12 garimpeiros na carroceria. Assim, mais de 200 invasores deixaram a terra indígena num único dia, somente pelo porto do Arame.

Ao longo das duas horas e meia no caminho de volta, na carroceria de uma caminhonete, a reportagem dividiu o espaço com uma grande quantidade de galões, abarrotados de mantimentos e roupas, e com dois garimpeiros que prosseguiram no longo caminho de volta.

A história dos dois maranhenses, na faixa dos 40 anos

de idade, é um resumo do que ocorre na linha de frente de um garimpo. Shrek —no garimpo, todo mundo tem um apelido, e quase ninguém diz seu nome— ficou dois anos e dois meses na exploração de ouro nos rios que cortam a terra indígena. Ele faz isso desde a década de 80. Já garimpo na Guiana Francesa e já esteve na terra yanomami em diferentes fases da exploração predatória.

Garoto de Ipanema teve uma experiência bem curta: três meses. Sempre trabalhou na construção civil. “No território amazônico, foi acometido por sucessivas malárias. Atuou como raizeiro. Não quer voltar. “Não valeu a pena.” Ele pretende voltar ao Maranhão.

O destino de Shrek é mais incerto. Ele segue entusiasmado da lógica do garimpo ilegal. “Já enriquei e já fiquei pobre três vezes no garimpo”, disse. “Quando que eu consigo comprar um sítio desse [aponta para um sítio no percurso feito] se não for garimpo?”

A Guiana e a Guiana Francesa serão os destinos de diversos garimpeiros com quem a reportagem conversou. Parte deles já esteve em garimpos nesses países, que ficam próximos de Roraima —o estado fica na fronteira do país com a Guiana.

“Vou procurar outro lugar. Vou para a Guiana Francesa, a mais comentada. O risco é maior, mas tem mais chance de achar ouro”, disse Chucky, 24. Ele é garimpeiro desde os 17 anos, quando terminou o ensino médio em Boa Vista (RR). Os irmãos mais velhos também estão no garimpo. Um tem um barco. O outro, maquinário. “Garimpo é independência.”

Segundo os garimpeiros, há minas legalizadas na Guiana, enquanto na Guiana Francesa a exploração é ilegal.

No porto do Arame, o som é dos motores dos barcos subindo e descendo o rio, mais o das falas simultâneas dos garimpeiros em busca de transporte para Reisilândia. “Saímos do garimpo, chegamos ao Brasil”, disse um passageiro de um

dos barcos, já em terra.

O cheiro é o de lixo, roupas e materiais queimados, num processo de incineração constante. Uma caminhonete queimada por policiais numa operação passada permanece no mesmo lugar. O temor de quase todos ali é perder objetos de valor —inclusive gramas de ouro— em ações de fiscalização e desmobilização da invasão.

Cida, 49, e Maria Rita, 46, chegaram no fim de tarde ao portinho clandestino. Uma é de Boa Vista (RR), a outra, de Pinheiro, no Maranhão. As duas trabalharam como cozinheiras no garimpo.

Cida quer seguir adiante na atividade. “Vou para a Guiana. Lá não tem essa pressão que está tendo aqui.” Rita, depois de um ano no rio Uricacoera, só quer ir embora. “Vim para juntar um dinheiro e comprar uma casa. Não deu. Vou voltar para o Maranhão, trabalhar em roça e na quebra de coco.”

Louro, 48, é maranhense e uma parte de sua vida foi em Borba (AM). A outra foi no garimpo. “Estou desde os 14 anos no garimpo. Já garimpei aqui, em Rondônia, no Pará, no Amazonas e em Mato Grosso.”

Depois de aportar no Arame, ele seguiu o caminho de volta na carroceria de uma caminhonete até Reisilândia. Louro tem 12 filhos. Teve carteira assinada por menos de dois anos, quando trabalhou na construção de hidrelétricas em Rondônia. “É uma vida muito difícil de garimpeiro. É o tempo do fugido de polícia e sendo tratado como bandido.”

O crescimento e a consolidação do garimpo ilegal na terra yanomami, permitidos e estimulados pelo governo Jair Bolsonaro (PL), provocaram uma crise humanitária e sanitária entre os indígenas, com explosão dos casos de malária, desnutrição grave e infecções respiratórias —doenças associadas à fome.

Yanomamis de comunidades em regiões como Surucucu e Auaris se viram empurrados e pressionados pelo garimpo ilegal —algumas aldeias foram cooptadas pela atividade garimpeira. Os indígenas encolheram suas plantações, não têm água potável para beber e nem para tomar banho. Não conseguem pescar. A caça foi afugentada.

O governo Lula (PT) declarou no dia 20 do mês passado estado de emergência em saúde pública, com ações de assistência médica na terra indígena. Depois, o governo deu início à Operação Libertação, para retirada dos invasores.





Ethel Maciel, secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente Pedro Ladeira - 3.jan.23/Folhapress

# Vacinação já começou para os yanomamis, diz secretária da Saúde

Ethel Maciel considera que 2023 será ano de transição para melhorar a cobertura de imunização em todo o país

## ENTREVISTA ETHEL MACIEL

Raquel Lopes

BRASÍLIA A nova secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde, Ethel Maciel, disse que liberou nesta semana a campanha de vacinação contra a Covid para a população yanomami e outros povos indígenas do país. O foco é que agentes de saúde façam uma busca ativa para vacinar essa população antes de começar a campanha oficial, no dia 27 de fevereiro. A intenção da pasta é fazer estratégias diferentes por regiões do país para alcançar as especificidades de cada lugar. Além disso, a pasta pretende acionar um amplo esquema de comunicação, com influenciadores, artistas, políticos, líderes religiosos e professores.

Ethel considera que 2023 será um ano de transição para começar a melhorar as coberturas vacinais no país. Entretanto, considera que será um trabalho de quatro anos para conseguir atingir altas taxas de imunização.

A secretária disse que há possibilidade de firmar novos contratos com a Pfizer e o Instituto Butantan e ampliar as doses do contrato vigente com a Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz). Há conversas para que a vacina da Moderna entre no portfólio do Ministério da Saúde se for aprovada pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) com a intenção de acelerar a vacinação.

Como está o estoque de vacinas contra a Covid? A pasta conseguiu regularizar? A [Pfizer] pediátrica e a [Pfizer] baby já enviaram para os estados e municípios, o estoque está regularizado. Uma criança de seis meses em diante já tem vacina no posto para tomar. Certamente vamos ter que iniciar novos contratos porque, como vamos fazer uma campanha, esperamos que a demanda aumente muito.

Quando você diz que o estoque está regularizado, é possível começar uma megacampanha de vacinação contra a Covid em qualquer faixa etária? Estamos fazendo a mobilização em fases, e isso está atrelado às [datas de] entregas da vacina pelas empresas.

A gente também está tendo que fazer novos contratos para compras porque a possibilidade de ampliação dos contratos fechados pelo governo anterior era muito pequena. Eram aditivos de contrato.

Desses novos contratos, quais vacinas serão adquiridas? A Pfizer baby, pediátrica e bivalente. A Coronavac nós compramos todo o estoque de 3 milhões focando no público pediátrico, e estamos fazendo um novo contrato de mais 10 milhões de doses para o público mais jovem. A gente ainda tem contrato com a AstraZeneca que possibilita novas compras. A AstraZeneca tem projeto de atualização para a bivalente, e vamos acompanhar para ver como serão as novas compras.

Você pensa em adquirir a vacina da Moderna? Já estamos conversando com a empresa para adquirir essa vacina que já está sendo administrada em outros países e tem uma efetividade excelente, mas não podemos fazer nada antes da aprovação da Anvisa. Nós temos interesse em ofertar mais essa vacina para nossa população. A Pfizer hoje não tem o volume que a gente precisa. O nosso problema é em relação à quantidade, não é um problema financeiro. A Moderna já tem doses dispo-

**Ethel Maciel, 54** Professora titular da Universidade Federal do Espírito Santo, é graduada e tem mestrado em enfermagem, doutorado em epidemiologia, além de pós-doutorado em epidemiologia na Universidade Johns Hopkins University.

Queremos falar da importância da vacinação como um todo, não focar em Covid especificamente porque a campanha vai ser muito maior que isso

A campanha começa no fim do mês. Não era para já estar forte? Não tínhamos empresa de publicidade. Fizemos todo o processo de contratação, que termina hoje [9]. Também tem Carnaval no meio, então estamos preparando a campanha do evento e focando nas infecções sexualmente transmissíveis.

Como melhorar as taxas de vacinação infantil? Tem algo relacionado a só poder frequentar escola pública se estiver vacinado, por exemplo? O funcionário da escola muitas vezes não sabe olhar o cartão para dizer se a criança está com todas as doses. É preciso melhorar o sistema de informação para que o ConecteUS dê um certificado de que essa criança está apta para ser matriculada.

Alguns estados têm leis que vinculam a matrícula à apresentação de um certificado. A família precisa ir a unidade de saúde para o profissional ler o cartão e emitir o certificado, e isso exige um pouco mais de trabalho. Pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, existe a obrigatoriedade de a criança estar vacinada.

Mas isso não está vinculado ao acesso à escola. Certo? Hoje, se a criança não está com o cartão regularizado, o conselho tutelar pode acionar os pais. A escola é o local para fazer isso [fiscalização], o problema é como você fiscaliza. Para fazer a matrícula, é exigido o cartão de vacinação, mas ninguém vai saber se aquilo está certo ou não. O ideal seria que a gente nem precisasse exigir. Precisamos recuperar a confiança das pessoas na vacina.

Vai ter campanha específica para os yanomamis? Estamos fazendo uma ação específica para aquela área de emergência. Então, a partir do momento que [o município] receber a vacina, não precisará esperar até o dia 27 para começar a aplicação. Como são as mesmas pessoas que [atendem a região emergencialmente e] aplicam a vacina, é mais lógico que inicie com esse público de mais difícil acesso.

É possível dizer que já teve início a campanha de vacinação para os yanomamis? Pode-se dizer que começou porque autorizamos ontem [8]. Pode ser que a vacina não tenha chegado em alguma unidade, mas já estão autorizados a começar a vacinar.

A senhora espera que as coberturas melhorem ainda neste ano? - Agente está considerando 2023 como um ano de transição. Nossa expectativa é melhorar muito as coberturas, mas o estrago não vai se recuperar no primeiro ano. É um plano de quatro anos para que a gente consiga devolver ao Brasil as coberturas altas que sempre tivemos. É uma tarefa muito complexa porque, infelizmente, as ferramentas de desinformação também inovaram. Uma coisa é ter alguém falando contra a vacina numa sala com dez pessoas, outra é essa amplificação que as redes deram.

Lula disse que vai cobrar de lideranças evangélicas apoio às campanhas de vacinação. Como está o diálogo com lideranças religiosas? Com certeza [vamos procurar líderes religiosos]. Todos os líderes de todas as matrizes são figuras importantes nas comunidades. Eles têm a confiança da população.

Há vacinas que vocês pensam em incorporar nessa gestão, como a da dengue? O próprio Butantan tem desenvolvido vacinas contra a dengue e outras doenças, principalmente as negligenciadas. A vacina de dengue, por exemplo, pode ser incorporada no Ministério da Saúde.

# Bolsonaristas fazem ofensiva por pauta indígena no Congresso

João Gabriel, Thaís Oliveira e Danielle Brant

BRASÍLIA Parlamentares bolsonaristas estão fazendo uma ofensiva pela pauta indígena no Congresso Nacional, onde houve dois pedidos de criação de comissões externas para averiguar a situação da Terra Indígena (TI) Yanomami, um na Câmara e outro no Senado.

No dia 2 de fevereiro, o deputado federal Dorinaldo Malafaia (PDT-AP) e a deputada Célia Xakriabá (PSOL-MG), da base aliada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), protocolaram um pedido para a criação da comissão na Câmara e também de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito).

Na semana seguinte, senadores de Roraima, onde fica a TI, propuseram a criação de uma comissão externa, após reunião com o governador do estado, Antônio Denarium (PP) — um dos mais ferrenhos aliados de Jair Bolsonaro (PL) na região Norte do país e defensor do garimpo em terras indígenas.

O requerimento para criação da comissão veio de senadores pró-garimpo, como Mecias de Jesus (Republicanos-RR) e Chico Rodrigues (PSB-RR), ambos do estado. O pedido foi votado e aprovado na quarta-feira (8).

Ao mesmo tempo, a deputada federal Silvia Waiápi (PL-AP) e o deputado federal Coronel Christóvão (PL-RO), ambos bolsonaristas, tentam conseguir assinaturas para comandar a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos Indígenas.

Os senadores de Roraima viajaram para o estado na quinta-feira (9). Mecias de Jesus é autor de um projeto de lei para a liberação do garimpo em terras indígenas.

Ele é citado em apuração sobre o desvio de verbas para o combate à Covid-19 e o padrinho político dos três coordenadores do Distrito de Saúde Indígena Yanomami (Dsei-YY) durante o governo Bolsonaro: Francisco Dias Nascimento, Rômulo Pinheiro e Ramsés Almeida.

Procurado, Mecias de Jesus não respondeu. Recentemente, a Folha indagou o senador acerca de sua defesa do garimpo e ele afirmou que não há ligação entre sua família e os coordenadores do Dsei Yanomami. "Temos fotos com milhares de pessoas das mais diversas matizes sociais sem que isso implique qualquer relação da maneira que vocês estão insinuando", disse o senador.

Major da reserva, Nascimento foi chefe do Dsei entre julho de 2019 e junho de 2022, conforme consta no Portal da Transparência. Meses depois, em dezembro de 2022, foi nomeado auxiliar parlamentar no gabinete de Mecias e lotado na presidência do Republicanos.

Após sua saída, quem assumiu a saúde yanomami foi

Rômulo Pinheiro, que ficou no cargo entre julho de 2020 e o início de 2022. Ele é filho de Socorro Pinheiro, que em 2018 concorreu a deputada estadual por Roraima.

Ramsés Almeida sucedeu a Pinheiro, de janeiro a novembro de 2022. Em 2020, tentou se reeleger vereador em Mucajái (RR).

Já o senador Chico Rodrigues tem nos garimpeiros muitos de seus eleitores. Ele é autor de propostas para construir linhas elétricas que passam por terras indígenas, é favorável à regulamentação da atividade de mineração nessas áreas, defendeu a ideia do "garimpo artesanal" e já sugeriu que deve haver limites à atuação de fiscais da Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) e do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

O senador, que em 2021 pleiteou "regularizar o uso das riquezas naturais em terras indígenas", disse agora: "Não defendo garimpegem em terras indígenas".

"Os garimpeiros que estão lá legalmente têm que ser retirados de uma forma pacífica, porque, se não, pode haver graves problemas, já que, lógico, não tinha havido um movimento anterior para acompanhar, fiscalizar e retirá-los da área e eles estavam [lá] livremente [até agora]", completou, em áudio encaminhado à reportagem.

Em 2022, ele participou de outra comitiva externa que viajou a Roraima para averiguar a situação dos yanomami — à época, havia a denúncia de que indígenas de uma aldeia haviam sido cooptados por garimpeiros.

A defesa dos garimpeiros pelos senadores de Roraima acendeu o alerta no Senado e levou o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), a pedir para que a comissão externa não ficasse restrita ao triso.

O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), propôs que a comissão fosse formada também por parlamentares de outros estados.

"Podem surgir outras demandas de inclusão de outros colegas parlamentares para acompanhar o drama que vivem os yanomamis e o drama, em última análise, que vivem os irmãos amazônidas roraimenses", alegou Randolfe.

Silvia Waiápi disse que trabalha em parceria com seu colega Coronel Christóvão, que se autodeclarou indígena, para assumir a Frente Parlamentar Indígena — ele como presidente e ela, vice.

"Sou a única mulher indígena eleita na Amazonia brasileira nesta legislatura. Então, nada melhor, já que se trata de uma região que tratamos diuturnamente de questões indígenas, quilombolas, ribeirinhas, homens e mulheres da floresta, que uma pessoa que vive isso."



A deputada federal Silvia Waiápi (PL-AP) quer assumir a Frente Parlamentar Mista Reprodução/Facebook





Válido p/ o dia 14 de fevereiro de 2023



**Festival de Salgadinhos**  
Diversas opções  
para deixar seu dia  
mais saboroso!  
**Faz Carrefour.**

**TODOS OS SALGADINHOS CHEEZ-IT**

**LEVE 4 PAGUE 3**

Membr. marca, fabricante, tipo e preço de venda.

**TODOS OS SALGADINHOS TORCIDA**

**LEVE 5 PAGUE 4**

Membr. marca, fabricante, tipo e preço de venda.

**SALGADINHO STIKSY OU PINGO D'OURO COM**

**50% DESCONTO**  
na 2ª unidade do mesmo produto

Membr. marca, fabricante, tipo e preço de venda.

**Ovinhos de Amendoim Elma Chips**  
170g

**LEVE 4 PAGUE 3**

Comprando 1 unid. pague **7,59**

Levando 4 unids. cada uma sai por: **5,69**

**AMENDOIM YOKI SABORES**  
150G

**LEVE 4 PAGUE 3**

Membr. marca, fabricante, tipo e preço de venda.

**Amendoim Yoki japonês ou descascado - 500g**

**50% DESCONTO**  
na 2ª unidade

Comprando 1 unid. pague **11,99**  
a 2ª unidade sai por: **6,00**

**Salgadinho Cheetos sabores - 140g**

**50% DESCONTO**  
na 2ª unidade

Comprando 1 unid. pague **7,99**  
a 2ª unidade sai por: **4,00**

**TODOS OS SALGADINHOS YOKITOS**

**LEVE 4 PAGUE 3**

Membr. marca, fabricante, tipo e preço de venda.

**SALGADINHO DORITOS SABORES - 140G COM**

**50% DESCONTO**  
na 2ª unidade do mesmo produto

Membr. marca, fabricante, tipo e preço de venda.

**Salgadinho Doritos Elma Chips tipos - 84g**

Comprando 1 unid. pague **7,99** cada

A partir da 4ª unid. cada uma sai por **4,10**

**BATATA FRITA LAYS SABORES - 80G**

**LEVE 4 PAGUE 3**

Membr. marca, fabricante, tipo e preço de venda.

**Batata Ruffles original - 76g**

**LEVE 4 PAGUE 3**

Comprando 1 unid. pague **6,09**

Levando 4 unids. cada uma sai por: **4,57**

**Batata Frita Pringles sabores tubo - 120g**

Comprando 1 unid. pague **11,49**

A partir da 4ª unid. cada uma sai por **7,90**

**TODAS AS PIPOCAS PRONTAS CHEETOS COM**

**50% DESCONTO**  
na 2ª unidade do mesmo produto

Membr. marca, fabricante, tipo e preço de venda.

**TODOS OS SNACKS ROOTS TO GO**

**LEVE 4 PAGUE 3**

Membr. marca, fabricante, tipo e preço de venda.

Consulte disponibilidade dos produtos nas lojas. Os elementos utilizados para as produções das fotos desta lâmina são meramente ilustrativos.

**FAZ Carrefour**  
carrefour.com.br



**3004 2222**  
Rogério mel rodrigues  
**0800 718 2222**  
Demais regiões  
carrefour.com.br

Ofertas válidas para o dia 14/2/2023, ou enquanto durarem os estoques, somente para as lojas Carrefour do Estado de São Paulo, exceto para as Lojas Carrefour Express e Carrefour Market. Consulte no site carrefour.com.br os telefones, endereços e horário de funcionamento de todas as lojas. Alguns produtos anunciados podem não estar disponíveis em todas as lojas, havendo variações no sortimento de cada loja. Consulte a loja mais próxima.

Para o sortimento disponível em loja, garantimos a quantidade mínima de 10 unidades/kg por loja dos produtos aqui anunciados. As compras parceladas são válidas com o Cartão Carrefour. Os elementos utilizados para as produções das fotos deste impresso são meramente ilustrativos. Consulte disponibilidade dos produtos nas lojas.



Trio se beija durante desfile do Bloco as Obscênicas, na Barra Funda, zona oeste de São Paulo Bruno Santos - 11.fev.23/Folhamaís

# No pré-Carnaval, Saúde ainda não lançou campanha contra ISTs

Pasta diz que material entra no ar até fim da semana; blocos atraem milhares, e prefeituras distribuem camisinhas

ALALÃO

Bruno Lucca

SÃO PAULO Às vésperas do início oficial da folia e com festejos de pré-Carnaval já levando milhares às ruas em todo o país, o Ministério da Saúde ainda não lançou sua campanha de prevenção a ISTs (infecções sexualmente transmissíveis). A última ação do tipo foi feita em 2020, na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), antes da pandemia, que suspendeu oficialmente o Carnaval por dois anos.

Questionado sobre as razões pelas quais a campanha ainda não foi iniciada, o ministério comandado por Nísia Trindade não respondeu à reportagem. Nesta segunda (13), a assessoria de imprensa da pasta disse que o material estará no ar até o fim desta semana, na página do Ministério da Saúde.

Em nota enviada na última terça (7), pasta afirmou que “o desenvolvimento de ações de prevenção às ISTs, principalmente no período de Carnaval, é estratégia prioritária para o Ministério da Saúde”. E acrescenta que, entre os vários métodos de prevenção disponíveis, “a camisinha segue sendo a forma mais segura e eficaz de proteção contra ISTs”.

“Estas ações visam incenti-

var o comportamento sexual seguro, independentemente da identidade de gênero ou orientação sexual, a partir da adoção de estratégias de prevenção combinada. O objetivo de promover campanhas nacionais durante o Carnaval é divulgar informações sobre prevenção, diagnóstico e tratamento disponíveis no SUS para HIV, Aids, sífilis e outras ISTs, bem como as profilaxias pré e pós-exposição (PrEP e PEP) e a testagem regular”, diz a nota.

Enquanto não há coordenação nacional liderada pelo Ministério da Saúde, prefeituras de cidades que costumam receber milhares de turistas nesta época do ano, como Rio de Janeiro, Recife e São Paulo, já fazem ações para conscientizar foliões sobre os riscos do sexo desprotegido.

Em São Paulo, a Secretaria Municipal da Saúde deu início na quarta (8) à campanha “Camisinha na Folia”, com distribuição de preservativos e sachês de gel lubrificante nos principais blocos de rua da cidade.

“É importante que insumos de prevenção continuem cada vez mais acessíveis à população, para evitar barreiras e contribuir com a redução de novas infecções”, afirma Cristina Abbate, coordenadora de IST/Aids do ministério.

As peças de comunicação informam sobre HPV, HIV,

herpes genital, gonorréia e hepatites B e C, mas a principal preocupação das autoridades é com a propagação da sífilis, infecção sexual com maior número de notificações atualmente no país. Na capital paulista, os casos de sífilis adquirida passaram de 16.351, em 2017, para 18.645 em 2021, último ano com dados computados pela prefeitura.

Para o infectologista Alvaro Costa, do Centro de Referência e Treinamento DST/Aids do estado de São Paulo, campanhas de conscientização precisam ser feitas com antecedência.

“É uma vergonha não ter

“É uma vergonha não termos uma campanha nacionalmente unificada sobre a prevenção durante as festas, que já estão rolando

Alvaro Costa infectologista do Centro de Referência e Treinamento DST/Aids do estado de São Paulo

mos uma campanha nacionalmente unificada sobre a prevenção durante as festas, que já estão rolando. Em São Paulo e no Rio, por exemplo, temos blocos desde a primeira semana deste mês”, afirma. “A informação deve chegar antes, muito antes. Devemos mostrar para as pessoas que há com o que se preocupar, mas que também há como se prevenir e aproveitar melhor a festa”.

No Rio de Janeiro os números da sífilis também preocupam —2022 foi o ano com mais notificações de infecções desde 2012, quando o estado passou a organizar os dados sobre a doença. Segundo o Observatório Epidemiológico da capital fluminense, foram 12.590 notificações de sífilis no último ano. Em 2012, foram 1.028.

Com uma campanha intitulada “Rio, Carnaval de Prevenção”, a Secretaria Municipal da Saúde deve realizar ações nos blocos de rua e no sambódromo, com distribuição de preservativos e material informativo.

“Além de conscientizar sobre os riscos à saúde representados pelas infecções sexualmente transmissíveis, a iniciativa visa minimizar a resistência à testagem e ao uso de métodos de prevenção”, informou a Prefeitura do Rio de Janeiro, em nota.

No Recife também está previsto reforço na comunicação sobre ISTs. A Secretaria Municipal de Saúde diz que vai realizar ações de conscientização sobre a importância da prevenção e deve distribuir preservativos, gel lubrificante e material informativo durante os festejos.

Também está programada a realização de testes rápidos para detecção de HIV, sífilis e hepatites B e C, além de oferta de acesso às profilaxias pré-exposição e pós-exposição para enfrentamento da infecção pelo HIV.

Em 2022, houve queda de

38% nas confirmações de sífilis na capital pernambucana, mas há histórico de altas nos períodos pré e pós-Carnaval, de janeiro a março. Em 2019 e 2020, últimos anos de festas oficiais antes da pandemia por Covid, foram confirmados, respectivamente, 635 e 391 casos somente no período.

Adicionalmente, há preocupação com relação à variação dos macacos. Durante o Carnaval, o vírus encontra tudo o que precisa para se propagar: atrito. A transmissão entre humanos ocorre principalmente por meio de contato com lesões na pele de pessoas infectadas. Também pode ocorrer por meio de contato com secreções em objetos, tecidos e superfícies.

Somente em São Paulo, 2.095 casos foram confirmados de junho a dezembro de 2022. Nenhuma das prefeituras consultadas incluiu a doença como foco em sua campanha de prevenção.

## Prefeitura de SP pede reforço de segurança para monumentos

Isabela Palhares

SÃO PAULO A Secretaria de Cultura paulistana pediu nesta segunda-feira (13) o reforço do policiamento para monumentos históricos da cidade durante o Carnaval. A solicitação ocorreu depois de uma esculptura ser vandalizada no largo do Arouche, na região central, no fim de semana de pré-folia.

A secretaria quer que o reforço valha para todos os monumentos da cidade e disse que o patrimônio histórico municipal sofre impactos durante épocas de grande movimento de pessoas, como o Carnaval.

Na manhã de domingo (12), a pasta identificou que a esculptura “Depois do Banho”, do modernista Victor Brecheret (1895-1955), foi vandalizada. A estátua de bronze foi retirada do local em que estava fixada. Não há informação sobre suspeitos ou em que momento a obra foi danificada. No sábado (12), blocos de Carnaval passaram pelo largo do Arouche.

Segundo a prefeitura, ainda nesta segunda a esculptura seria recolocada e acrescentou que seria feito um reforço na fixação com o granito.

A esculptura é uma das obras consideradas prioritárias do programa Adote uma Obra Artística, mas nunca houve interessados em adotá-la. A pasta disse que está em contato com familiares de Brecheret para pensar em ações para proteger o acervo do artista.

A obra “Depois do Banho” é uma das mais importantes da carreira do artista. Instalada no largo do Arouche na década de 1940, a esculptura é um dos poucos nus artísticos expostos pela cidade. A instalação dela foi parte de um plano de “embelezamento” de São Paulo. O largo do Arouche tem outros novo monumentos, que sofrem há anos com a insegurança da região.

## Vizinhos de blocos de rua de São Paulo reclamam de barulho

Isabella Menon

SÃO PAULO A chuva até que tentou, mas os foliões não arredaram o pé dos blocos de rua na cidade de São Paulo durante os desfiles de pré-Carnaval. Durante o fim de semana, cerca de 180 atrações agitaram a capital. No balanço publicado pela prefeitura da capital, a gestão classificou a folia como “organizada”, mas vizinhos reclamaram de “barulho infernal”.

De acordo com a SSP (Secretaria da Segurança Pública), foram recuperados ao menos 110 celulares furtados e roubados durante os cortejos. Ao menos 14 pessoas foram presas durante os eventos.

A pasta diz que intensificou o policiamento durante o período de Carnaval e que estão sendo utilizados drones nos locais de aglomeração, assim como cabines suspensas, no intuito de cobrir e intimidar a ação de criminosos.

Nos dois dias de folia antecipada, segundo a prefeitura, foram realizados 518 atendimentos médicos e 16 remoções para hospitais. Ao todo, 966 profissionais da saúde foram mobilizados. No fim de semana, a cidade contou com 39 postos montados, além de 400 ambulâncias, sendo 335 básicas e 65 com unidade de terapia intensiva (UTI).

A prefeitura disse ainda que os blocos respeitaram o horário e terminaram os cortejos às 19h para que a limpeza das ruas pudesse ser realizada. Ao todo, 84,37 toneladas de lixo foram coletadas nas vias públicas neste domingo.

Além disso, a gestão Ricardo Nunes (MDB) afirmou que 165 produtos comercializados de forma irregular, a maioria na região da Sé, foram lacrados —a maioria era bebida alcoólica.

A reportagem conversou com dois vizinhos de blocos, em Pinheiros e no centro da cidade, e ambos reclamaram do barulho.

Presidente da associação Amor Pinheiros, o arquiteto George Hochheimer afirma que o fim de semana foi de “barulho infernal e misturando o som de vários blocos ao mesmo tempo”. “O que fizemos para sermos não maltratados?”.

No domingo pela manhã, ele fotografou a região em que vive com focos de sujeira, com garrafas de vidro e copos de plástico pelo chão.

Já Rita Palma, conselheira do edifício Santa Rita, no centro de São Paulo, afirma que ficou impossibilitada de se locomover e também classificou o barulho no fim de semana de “infernal”.

## MORTES

coluna.obituuario@grupofolha.com.br

### Jornalista, era referência na cobertura de saúde

CILENE PEREIRA (1965 - 2023)

Eliane Trindade

SÃO PAULO “Eu sou Cilene Pereira que assina a reportagem sobre a importância de doar órgãos e a Cilene Pereira que aparece no início do texto, na lista de transplantados...” Assim começava um artigo de uma jornalista pioneira na cobertura de saúde e que se tornaria referência no país, publicado na revista IstoÉ,

onde foi editora, mesmo cargo que ocupava atualmente na Veja, depois de passar por Jornal do Brasil, O Globo, O Estado de S. Paulo e Jeffrey Group. “Cilene teve um papel marcante dentro do espaço da saúde como jornalista e também como pessoa”, afirma Claudio Lottenberg, presidente do Conselho Deliberativo do Albert Einstein, onde ela foi assessora de imprensa durante a pan-

demia e também participou da criação da Agência Einstein. “Ela fez um trabalho espetacular no Einstein, um jornalismo científico sério, baseado na verdade, com fontes confiáveis”, ressalta o pesquisador Luiz Vicente Rizzo. Assim era Cilene Pereira: discreta, competente e empenhada em destrinchar relatórios científicos, traduzir a linguagem médica para o leitor comum e ampliar o espaço do tema na mídia. Sempre com um sorriso no rosto e a seriedade profissional que lhe garantiriam reconhecimentos como figurar entre as jornalistas mais Admiradas no país.

Diagnosticada com uma doença degenerativa rara, a Polineuropatia Amiloidótica Familiar (PAF), ela se tornou paciente e ativista.

A doença genética de Cilene instigou o cardiologista Bruno Kerges a investigar a origem das variações da pressão arterial na paciente.

Em 2017, Cilene passou por um transplante para controle da doença. “Doe órgãos. Eu recebi um fígado e sou grata a este ato de amor de uma família que há, exatos três anos, perdia um ente querido”, escreveu ela em setembro de 2020, ao se tornar uma das protagonistas da campanha #Juntos, pa-

ra estimular a doação.

Na jornada, ela ainda teve a generosidade de compartilhar o processo de ver nascer a nova identidade de gênero de um filho trans. “Viva o Nikl e viva todos aqueles que, como ele, têm o direito humano, social e legal de serem quem são”, escreveu a mãe orgulhosa de Nicolas, 21, Cecília, 25, e Catarina, 16.

Na última terça-feira (7), Cilene teve um AVC hemorrági-

co. A confirmação da morte cerebral veio na manhã desta segunda-feira (13), quando começaram os protocolos para doação de órgãos. Ela se despediu da vida aos 57 anos.

8º ANO WAGNER F. DE SOUZA WEIDEBACH Quarta (15/2) às 18h30, Paróquia da Assunção de Nossa Senhora, Jardim Paulista, São Paulo

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-380 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario. Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h. Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até às 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 18h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.



# Jovens querem sair da casa dos pais?

Estamos diante da nossa versão dos ‘mammones’ italianos

**Vera Iaconelli**

Diretora do Instituto Gerar de Psicanálise, autora de “O Mal-estar na Maternidade” e “Crian Filhos no Século XXI”. É doutora em psicologia pela USP

Há controvérsias. Diria que os jovens em geral querem se livrar da marcação cerrada dos pais. Ela vem desde o corpo a corpo da infância e se torna cada vez mais anacrônica com a entrada na adolescência. Mas livrar-se da encheção de saco dos responsáveis caminha junto com assumir responsabilidades. Daí começa o jogo de perdas e ganhos de uma contabilidade nem sempre bem administrada. Não se pode falar em juventude de forma genérica, pois a realidade de quem trabalha e não tem acesso ao estudo é bem diferente daquela de quem

estuda e não precisa trabalhar. Além disso, o estudo é diferente para quem pretende assumir os negócios da família ou se beneficiar de seu capital social e financeiro para começar uma carreira que responda à sua aspiração. Quem trabalha para ajudar em casa e “se vira nos trinta” para estudar mal tem tempo de sonhar com uma carreira, tendo que trabalhar no que for necessário. A meritocracia deveria ser a medida da diferença entre o ponto do qual se saiu e o ponto ao qual se chegou, levando em conta o “meio de transpor

te” a que se teve acesso. O meio de transporte aqui diz respeito às condições subjetivas, materiais, sociais, raciais e de gênero. Daí que para o jovem que já assume responsabilidade dentro e fora de casa desde pequeno o sonho de sair de casa é mais tolhido pela realidade de material do que pelo medo de assumir sua vida. Já os jovens com maior poder aquisitivo a situação é mais insólita. Por que abrir mão de roupa lavada, casa limpa, supermercado feito, comida pronta, viagens? A resposta até então era óbvia: por liberdade!

Mas hoje os jovens abastados têm verdadeiros “flats” dentro de casa, com banheiro privativo, frigobar, televisão e, como dizia uma funcionária doméstica, a depender do estilo de família, alguém para recolher camisinhas e bitucas do chão. O que temem os pais que tratam os filhos como se eles fossem os donos da casa e não o contrário? Têm medo de se sentirem sós com sua saída? O desejo de permanecer junto aos filhos também está presente nas classes populares nas quais a obsessão burguesa por privacidade soa estranha. Vi-

ver entre vizinhos, parentes e crianças faz a alma da comunidade, enquanto nos condomínios abastados o convívio fora do círculo familiar é visto como um pesadelo. Mesmo assim, em todos os níveis, os jovens sempre tiveram anseios de se emancipar. Num país como o Brasil, no qual tudo é usado para marcar a separação entre pobres e ricos (cor, língua, roupas, consumo, territórios de circulação), pode ser difícil ver os filhos se virarem com o padrão de quem está começando. Vê-los privados de passeios ou de bens de consumo deveria ser motivo de orgulho, por revelar o esforço do jovem, mas parece ter se tornado um constrangimento. Daí que o jovem é alavancado com viagens e compras que não é capaz de bancar, minando ainda mais sua aspiração por conquistas pessoais. A emancipação financeira

não está nada fácil, o que tora na compreensíveis muitos casos nos quais o filho permanece em casa à revelia do seu desejo e dos pais. Mas é no convívio doméstico que veremos o que está em jogo no projeto de emancipação dos pais e dos filhos. Se ele tem direitos de adultos deveria ter suas obrigações também, se não as tem, deveria ter seus direitos tolhidos. Mas a balança tem pendido para o lado do privilégio, não da responsabilidade. Estamos diante de uma versão dos “mammones” italianos — filhos que não saem de casa antes dos 30 —, fruto da recessão, da vida manual oferecida pelos pais e de um ideal de família unida. Jovens continuam querendo se separar dos pais, mas na paradoxal condição de que os últimos permaneçam sendo seus provedores. Pais, por sua vez, não estão conseguindo abrir mão da fantasia de serem eternos.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUINTA. Juliano Spyer, Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

# PM prende mais foragidos do que o setor da Polícia Civil

Baixa eficácia da Divisão de Capturas mostra falta de política, dizem especialistas

**Rogério Pagnan**

SÃO PAULO Uma operação realizada pela Polícia Militar de SP conseguiu capturar, em sete dias, 854 suspeitos contra os quais havia em aberto mandados de prisão expedidos pela Justiça. Esse contingente é suficiente para encher uma penitenciária —no estado, presídios têm capacidade média de 847 vagas. Essa quantidade também é superior às 707 pessoas presas ou apreendidas em todo o ano passado pela Divisão de Capturas do Dope (Departamento de Operações Policiais Estratégicas), unidade especial da Polícia Civil cuja principal atribuição é dar cumprimento a mandados de prisão no estado. Na conta da Divisão de Capturas, segundo a Secretaria da Segurança Pública do estado, nem todos os casos se referem a criminosos. Há, por exemplo, mandados de prisão por falta de pagamento de pensão alimentícia (ou seja, questões cíveis). Boa parte desse número é, também, segundo policiais ouvidos pela Folha, de pessoas que procuraram o Poupatempo para regularização de documentos, por exemplo, e os funcionários identificaram os mandados em aberto. Assim, os investigadores da Divisão de Capturas só têm o trabalho de buscar o procurado. De acordo com delegados ouvidos pela reportagem, a baixa produtividade da Divi-

são de Capturas reflete uma histórica falta de política de governo para tentar reduzir um estoque estimado em mais de 100 mil mandados de prisão em aberto, de criminosos que deveriam estar atrás das grades. Essa situação acaba criando, ainda segundo os policiais civis ouvidos, sensação de impunidade e de insegurança porque, muitas vezes, as vítimas se deparam com seus algozes pelas ruas, sabendo que há ordens de prisão expedidas contra esses criminosos. Para o diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima, o resultado obtido pela Divisão de Capturas é muito baixo — menos de duas pessoas por dia (contra 122 da ação da PM) —, até pela importância dessas medidas para o trabalho policial. “É o velho dilema da Civil. Efetivamente, a estrutura deles está fragilizada, está envelhecida, e esses números mostram que quase não tem investigação. É pensão [alimentícia], é Poupatempo. Enfim, redução de impunidade é também cumprir mandados”, disse. Ainda segundo Lima, a Polícia Civil deveria destinar recursos para essa divisão especial porque o cumprimento de mandados é uma importante ferramenta para reduzir a violência das ruas, porque se retira de circulação criminosos já identificados e que podem continuar delinquindo.

“E a Polícia Civil sabe fazer isso [investigação]. Fez isso no DHPP [homicídios] na época que tinha chacinhas. Ela foi lá e prendeu os homicidas contumazes. Investigou e prendeu os caras. E caiu muito [o número de homicídios]. Não é algo que a polícia não sabe. Pelo contrário, ela sabe, é uma polícia tecnicamente preparada, mas, aí, ela precisa priorizar. Precisa ter política”, disse. Para o presidente do IBC-Crim (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais), Renato Vieira, a realização da operação pela PM às vésperas do Carnaval só demonstra a falta de uma política organizada do estado, um buraco deixado pela ausência de um trabalho paulatino pela Divisão de Capturas. “O problema todo, que isso [a operação] não esconde, é uma falta de planejamento dos órgãos públicos. Porque

a política de cumprimento de mandados de prisão necessariamente precisa ser uma política duradoura — que não dependa de vésperas desse ou daquele feriado”, disse. Ainda segundo ele, quando há uma desorganização nesse campo, que ocorre não só em São Paulo, é necessária uma análise das autoridades se os mandados de prisão a serem cumpridos estão válidos, fazer uma fiscalização se os crimes não estão prescritos, se não houve uma extinção da punibilidade. “Nós temos uma política de segurança pública desorganizada, porque ela prende muito, e porque ela não consegue se organizar para priorizar quais e quando os mandados de prisão são cumpridos”, disse o advogado. Para o especialista em segurança Rafael Alcadiapani, professor da FGV, a quantidade de

prisões realizadas pela Divisão de Capturas é realmente baixo, mas não de todo. “Agora, se você vir as condições que estão colocadas e quem acaba sendo preso, eu não acho que é um número baixo. Porque são casos de maior repercussão, que cometam crimes piores. A impressão que eu tenho, são pessoas que ofereciam risco à sociedade consideravelmente.” Ainda segundo ele, dadas as estruturas da polícia e da dificuldade em alguns casos, a prisão de menos de duas pessoas por dia, em média, não é ruim. “Agora, se for compararmos com o número de mandados que tem em aberto, a polícia deixa a desejar — tanto a Civil quanto a Militar”, disse. De acordo com a PM, a operação desencadeada entre os dias 2 e 10 de fevereiro foi planejada durante cerca de um mês e teve como objetivo tentar reduzir a incidência de crimes durante o Carnaval. Os 854 presos se referem aos sete primeiros dias. Os dados atualizados, dos nove dias da operação, ainda não foram divulgados. Conforme policiais ouvidos pela reportagem, o comando da corporação solicitou levantamento de mandados de prisão em aberto de criminosos com um perfil específico, principalmente pelas práticas de roubo e furto, além de envolvimento com as chamadas “quadrilhas do Pix”. Os órgãos de inteligência da PM passaram, então, a realizar levantamentos de possíveis paraderios desses suspeitos, com base nas rotinas. Essas informações, com as fotos dos procurados, foram repassadas para as equipes de Força Tática e Baepes (batalhões de operações especiais) em todo o estado, que fizeram ações específicas em busca desses alvos, como em bares onde os suspeitos costumavam frequentar.

“Nós tivemos uma surpresa muito positiva, da altíssima produtividade, que foi a prisão de 854 pessoas. Então, são 854 bandidos que estão fora das ruas. Nós temos uma perspectiva de que isso vai impactar positivamente nos números do Carnaval”, disse o comandante-geral da PM, Cássio Araújo de Freitas, na última quinta (9). As prisões feitas pela PM nessa ação pré-carnavalesca equivalem a mais de 10% de todas as 8.165 capturas realizadas pelas polícias na capital, em 2022, em cumprimento a ordens judiciais. Em todo o estado, a PM tem cerca de 2.900 homens e mulheres que atuam nos Baepes. Já nas forças táticas estima-se um efetivo parecido. A Secretaria da Segurança não informou quantos policiais há na Divisão de Capturas nem no Dope atualmente. Estima-se, segundo policiais ouvidos, menos de 50 agentes na primeira unidade, e mais de 300 na segunda. A pasta informou, porém, que a melhoria do sistema de segurança é uma das metas da atual gestão. “Desde janeiro, a SSP [Secretaria da Segurança Pública] tem trabalhado para recompor os efetivos das forças policiais, ampliar a produtividade policial e o uso de tecnologia no combate ao crime, a fim de aumentar a sensação de segurança da população.” A pasta diz que a Divisão de Capturas presta apoio a todos os distritos policiais e forças de segurança de outros estados. “Atua com operações em conjunto com o Ministério Público e outros órgãos, como a Luz na Infância, que combate a pedofilia e a pornografia infantil, e apoio ao Deic [Departamento Estadual de Investigações Criminais]. Em 2022, 62.777 pessoas foram presas em decorrência de mandados de prisão no estado pelas forças policiais.”

# Adolescente com suástica joga bombas em escola de Monte Mor (SP)

**Marcelo Toledo**

RIBEIRÃO PRETO Uma escola pública em Monte Mor (a 120 km de São Paulo) foi alvo de um ataque a bombas na manhã desta segunda-feira (13). Um adolescente de 17 anos apontado como autor do crime foi apreendido pela polícia. Não houve feridos. A motivação do crime está sendo investigada. Com uma suástica, símbolo nazista, no braço esquerdo, o jovem chegou por volta das 8h35 à escola estadual Professor Antônio Sproesser, no Jardim Fortuna, com roupas pretas e portando uma espécie de machadinha nas mãos.

Imagens obtidas pela polícia mostram o rapaz, ex-aluno da unidade, retirando explosivos do carro em que estava e os arremessando na escola. O jovem atirou duas bombas caseiras do tipo coquetel molotov, feitas com garrafas plásticas e combustível, contra a fachada do estabelecimento de ensino. Não houve danos significativos ao prédio — vasos de cimento foram quebrados. No local também funciona a escola municipal Vista Alegre. O adolescente, que não conseguiu entrar na escola, foi detido pela GCM (Guarda Civil Municipal) e pela Polícia Militar. Os agentes foram acio-



Adolescente que jogou bombas caseiras em escola de Monte Mor (SP) usava uma suástica no braço. Divulgação Guarda Municipal

nados por vizinhos que flagram o jovem com os artefatos nas mãos. Outros artefatos do tipo foram achados no local, assim como isqueiros. O Corpo de Bombeiros também foi mobilizado na ação. Estudantes e funcionários foram liberados, e a escola foi fechada por pericia. O adolescente deve responder por crimes como atentado à saúde e ato terrorista, segundo policiais disseram à reportagem. O caso será encaminhado ao Ministério Público do estado. Em nota, a Prefeitura de Monte Mor informou que o caso é um “fato isolado” e que vai reforçar a segurança

em outras escolas da cidade. “A Secretaria de Segurança, por meio da GCM, também está reforçando a segurança em todas as outras escolas municipais de Monte Mor. A prefeitura também reforça seu repúdio a todo e qualquer ato de violência e tranquiliza a todas as famílias que possuem alunos na rede municipal de ensino”, diz a administração. Em novembro, em Aracruz (ES), um adolescente que também usava uma suástica no braço invadiu duas escolas, matou quatro pessoas e feriu outras 13 a tiros. Nos últimos meses, suásticas foram pichadas em muros da USP e da Unifesp.







Andy Reid é abraçado por Travis Kelce na festa do título do Kansas City Chiefs, no domingo (12) Mark J.Rebilas - 12.Fev.23/USA Today Sports

# Pé-frio, Andy Reid vence outro Super Bowl e vira elite na NFL

Técnico do Kansas City Chiefs ganha liga de futebol americano pela 2ª vez

Alex Sabino

SÃO PAULO O técnico vencedor de duas das últimas quatro edições do Super Bowl já teve fama de pé-frio. Na terminologia usada nos esportes dos EUA, ele seria um “perdedor”. Andy Reid, 64, levou o Kansas City Chiefs ao título da NFL, a liga profissional de futebol americano, com a vitória por 38 a 35 sobre o Philadel-

phia Eagles no último domingo (12). Isso ocorreu mesmo com o seu principal jogador, o quarterback Patrick Mahomes, sentindo dores no tornozelo. Houve também a ajuda de uma contestada falta marcada nos segundos finais. Foi a segunda conquista de Reid em Kansas. Ele já havia levantado o troféu na temporada de 2019. As contestações surgiram

porque ele foi o treinador dos mesmos Eagles que agora ajudou a bater. Comandou a equipe de 1999 a 2012 sem obter a vitória final. Entre 2001 e 2004, quatro vezes chegou à decisão de conferência. Perdeu três. Na única vez em que avançou ao Super Bowl, em 2004, caiu diante do New England Patriots. No sistema de disputa da NFL, as 32 equipes estão divi-

das em duas conferências: a AFC (American Football Conference) e a NFC (National Football Conference). Os vencedores de cada uma se enfrentam no Super Bowl, o maior evento esportivo dos EUA. Apesar de ter chegado a acumular cargos de “head coach” (o principal técnico) e “general manager” (dirigente que planeja a montagem da equipe e decide trocas, dispen-

sas e contratações), Reid não conseguiu levar Philadelphia à conquista mais almejada. Isso fez com que as piadas cercassem sua carreira. Elas variaram entre a sua capacidade de comandar, o conhecimento tático e até a afirmação de que sempre achava um jeito de perder as partidas importantes. Principalmente o revés para os Patriots de Tom Brady, por três pontos, no último lance do jogo, castigou-o na mídia e entre os torcedores. “Quando as coisas começaram a dar errado, todo o mundo apontou o dedo para Andy. Isso foi errado. Andy aceitou aquilo e levantou a cabeça. Não acho que aquilo o aborrecia, mas a mim, sim”, disse o quarterback Donovan McNabb, que atuou nos Eagles sob comando do técnico e foi selecionado por ele no “draft”, o sistema de escolhas dos jogadores que saem das universidades. Reid, por sua vez, está acostumado a deixar passar essa e outras críticas, mesmo as que venham como brincadeiras de gosto duvidoso. O ex-quarterback Terry Bradshaw, que foi vencedor de Super Bowl e hoje é comentarista da Fox, queria entrevistar Reid no meio da comemoração do título de domingo (12) dos Chiefs. Ao pedir para o treinador se aproximar, usou gíria que indica o caminhar do pato, a balançar o corpo de um lado para o outro. “Como um cheeseburger por mim”, pediu Bradshaw, referindo-se ao gosto do técnico, que no primeiro título disse que comeria o “maior cheeseburger” que tinha visto. Os fãs interpretaram como uma piada do ex-jogador com o peso de Reid. Bradshaw foi alvo de ataques nas redes sociais. Reid não disse nada. Nem sobre o futuro Reid quis falar. No que pode ser o melhor momento de sua carreira, deixou no ar a possibilidade de se aposentar, mas ninguém o levou muito a sério.

“Eu me olho no espelho e estou velho. Mas meu coração é jovem. Eu ainda tenho um quarterback jovem e tenho uma decisão a tomar. Ainda gosto do que faço”, afirmou. O “quarterback jovem” é Patrick Mahomes, 27, atleta que ele selecionou no “draft” de 2017. Os Chiefs cederam três escolhas futuras (duas delas na primeira rodada) para subir dez posições e conseguir escolher o lançador que se tornou arquiteto das duas vitórias do Kansas City no Super Bowl, a segunda, neste ano, mesmo com a contusão. Tal qual já havia feito com McNabb, Reid se tornou mentor de mais um jogador de elite. No caso mais recente, o melhor nome atual da liga. Com seu jeito tranquilo, de quem não se preocupa demais com o que os jogadores fazem, evitando o chamado “micro-management”, ele deixou amigos também dentro dos Eagles, apesar das críticas que apareceram com as derrotas. “Eu vivi anos incríveis lá. Amei cada minuto. É uma grande organização, e sou próximo a pessoas em Filadélfia. E demais vergarotos que draftamos por lá que agora são veteranos. Antes da final, nós nos abraçamos e depois cada um seguiu seu caminho”, disse Reid. Entre 2010 e 2012, ele selecionou jogadores que o enfrentaram no último domingo: o defensivo end Brandon Graham, o center Jason Kelce e o defensivo tackle Fletcher Cox. A vitória sobre os Eagles fez com que o antigo pé-frio se tornasse o 14º técnico da história a ganhar mais de um Super Bowl e o quarto a obter isso com mais de 200 vitórias na temporada regular (os outros foram Bill Belichick, Tom Landry e Don Shula). Seu retrospecto acumulou nos playoffs, 24 vitórias e 16 derrotas, é o segundo melhor da história NFL, atrás somente de Belichick com o New England Patriots.

## Não quero mais me esconder, diz meia tcheco ao revelar que é homossexual

SÃO PAULO O meia Jakub Jankto, 27, da seleção da República Tcheca, publicou mensagem em sua conta no Instagram na segunda-feira (13) e revelou que é homossexual. “Como todos os outros, eu tenho minhas virtudes, eu tenho minhas fraquezas, eu tenho uma família, eu tenho meus amigos. Eu tenho um trabalho em que tenho feito o melhor possível por anos, com seriedade, profissionalismo e paixão. Como todos os outros, eu também quero viver a minha vida com liberdade, sem medo, sem preconceito, sem violência, mas com

amor. Eu sou homossexual e não quero mais me esconder”, afirmou ele em vídeo. Jogador do Sparta Praga em prestado pelo Getafe, da Espanha, Janiko disputou a Eurocopa de 2021. Logo após o anúncio, o Sparta Praga publicou uma mensagem de apoio ao jogador. “Jakub Jankto falou abertamente sobre sua orientação sexual com a direção do clube, o treinador e os companheiros de equipe há algum tempo. Todo o restante diz respeito à sua vida pessoal. Sem mais comentários. Sem mais perguntas. Você tem o nosso

apoio. Viva sua vida, Jacob. Nada mais importa”, escreveu o clube na conta em tcheco. A versão em inglês fez uma referência à letra da música “Nothing Else Matters” (“nada mais importa”), da banda norte-americana Metallica. Jankto é o terceiro jogador de futebol em atividade nos últimos dois anos, o segundo na Europa, a se declarar gay. Em outubro do ano passado, o meia Joshua Cavallo, que joga no Adelaide, da Austrália, havia feito o mesmo, assim como o atacante Jake Daniels, do Blackpool, da segunda divisão inglesa.



Jakub Jankto em ação contra a Dinamarca pela Eurocopa Valentyn Ogiienko - 3.jul.21/Reuters

“Eu tenho um trabalho em que tenho feito o melhor possível por anos. Eu quero viver a minha vida com liberdade, sem medo, sem preconceito, sem violência, mas com amor. Eu sou homossexual e não quero mais me esconder Jakub Jankto meia da seleção tcheca

## Champions vê clássico e espreita liga

Documentário da Apple TV+ relembra os quatro dias de vida da Superliga

Sandro Macedo

Medalha de ouro no futsal (improvisado no gol) e no vôlei no ensino fundamental em 1986; na Folha desde 2001

Depois de uma Copa do Mundo (e até um Mundial de Clubes), a elite da Europa volta à disputa do torneio que lhe é mais caro, a Champions League. O começo nesta terça (14) já é na fase mata-mata, com dois assassinos de peso: Qatar Saint-Germain x Bayern, ainda de Munique. Enquanto todos estarão de olho no clássico — com as estrelas da Copa Messi e Mbappé (e Neymar) —, a Uefa mira de soslaio para a ameaça que quer roubar seu brinquedo, a Superliga Europeia. Para quem não lembra direi-

to, a Superliga apareceu como um tornado em abril de 2021. A ideia era disputar um campeonato paralelo, à revelia da Uefa, com os clubes mais ricos do rico futebol europeu, a crème de la crème, a cereja do bolo. Além de distribuir muito mais dinheiro, o torneio também prometia vaga fixa para 12 membros-fundadores da tal liga — o sonho de todo clube que não tem poço de petróleo. Em quatro episódios, o documentário “Superliga: A Guerra pelo Poder”, lançado há poucas semanas pela Apple TV+,

relembra os quatro dias em que a Superliga foi anunciada, lançada e cancelada, causando um rebuliço na Uefa. Como naqueles filmes de guerra entre famílias mafiosas, não há mocinho na produção. Mas o mais próximo do bom-mocismo seria o presidente da Uefa, o advogado esloveno Aleksandr Ceferin, que lutou ferozmente para derrubar a Superliga. É, apesar de Florentino Pérez ser o principal executivo entre os dissidentes, quem aparece como maior antagonista de Ceferin é Andrea Agnelli, que na

época era presidente da Juventus — com um italiano o clima de máfia na série fica melhor. Para completar, Ceferin era amigo pessoal de Agnelli e foi até padrinho da filha do moço. Pronto, italiano com padrinho. Máfia na veia. Outro grande personagem no documentário se revela apenas no episódio final: Gianni Infantino, o presidente careca que já foi ruivo da Fifa. Antes da Fifa, Infantino era o mandado-chuva da Uefa e sabe muito bem quanto vale o show. Esse Mundial de Clubes me-

quetrefe que terminou no Marrocos é um ponto de discórdia entre Uefa e Fifa. Assim como flamenguistas e palmeirenses, Infantino ama o Mundial de Clubes. Afinal, pode ser o jeito de a Fifa ter sua própria Champions. O problema é que Ceferin não quer (ou não queria) “emprestar” seus prestigiados times europeus. Mas uma aliança foi estabelecida para baixar a bola da Superliga e dar alguma moeda de troca ao esportinho Infantino. Como mostrou a querida vizinha Marina Izidro em sua coluna mais recente, a Superliga não morreu e ressurge agora repaginada, querendo incluir mais clubes, com classificações por mérito. Ainda é cedo para dizer o tamanho da nova ameaça que a Superliga pode causar à Champions, mas é bom ficar de olho aberto. Enquanto isso, vamos ver

alegremente os primeiros confrontos das oitavas de final. De um lado, PSG x Bayern, dois times que sempre foram contrários à liga; do outro, Milan x Tottenham, dois integrantes do tal Clube dos 12. Cadê o VAR do Super Bowl? Os Kansas City Chiefs jogam campeão. Rihanna está grávida e a pessoa que mais vi na transmissão foi Gisele Bündchen, ex-Tom Brady, nos intervalos. Apesar de ter 413 juizes em campo, o Super Bowl também não é imune ao erro humano. No lance que decidiu a partida, o juizão viu uma falta inexistente contra o Philadelphia Eagles, mantendo a bola com os Chiefs até praticamente o fim da partida. Como a falta não é passível de revisão eletrônica, o resultado foi mantido, e os Eagles, derrotados. A mesa-oval de debate por lá deve estar fervendo.



#HASHTAG

Manuela Ferraro  
folha.com/hashtag



@janjalula no Instagram



@leonardolopes no Twitter

## Após foto entre Lula e Biden, Janja é alvo de memes que a colocam em encontros épicos

Acompanhando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em seu primeiro encontro com o americano Joe Biden, a primeira-dama Rosângela Silva, a Janja, virou meme por conta de uma fotografia entre os políticos na Casa Branca.

Em Washington, Lula e Biden discutiram pautas ambientais, debateram a Guerra da Ucrânia e enfatizaram a defesa da democracia, em repúdio aos ataques golpistas do dia 8 de janeiro em Brasília e à invasão do Capitólio em janeiro de 2021.

Janja seria recebia na residência oficial do Executivo americano por Jill Biden, esposa do democrata, para um chá. No entanto a agenda acabou sendo cancelada porque a americana não estava se sentindo bem.

Janja, então, realizou um

tour pela Casa Branca enquanto os dois presidentes se reuniam.

A participação de Janja na foto do cumprimento entre Biden e Lula, na qual a brasileira pouso sua mão sobre as dos chefes de Estado, chamou a atenção dos tuiters.

Usuários, então, fizeram uma série de montagens colocando a primeira-dama em outros encontros famosos, como o americano de Donald Trump e o ditador Kim Jong-un em 2019 na Coreia do Norte. Também foram lembrados os apertos de mãos entre Winston Churchill e Josef Stálin, pouco antes da vitória sobre os nazistas, e o cumprimento entre o papa Francisco e o ex-ditador cubano Fidel Castro, em 2015. Até o encontro entre personagens do desenho Naruto virou referência.



@leonardolopes no Twitter



@luziduto no Twitter



@leonardolopes no Twitter



@luziduto no Twitter



@luziduto no Twitter

1 Janja participa do aperto de mão entre Lula e Biden nos EUA; 2 Um dos memes colocou a primeira-dama entre Donald Trump e Kim Jong-un, em 2019; 3 Outras montagens trouxeram Janja entre o papa Francisco e o cubano Fidel Castro, em 2015; 4 e entre Winston Churchill e Josef Stálin, pouco antes da vitória sobre os nazistas; 5 Até encontro entre personagens do desenho Naruto e 6 entre o então presidente dos EUA Richard Nixon e o astro Elvis Presley, em dezembro de 1970

## Um caso de curandeirismo improvisado

A medicina moveu-se e ainda se move aos trancos e barrancos

Luciano Magalhães Melo

Médico neurologista, escreve sobre o cérebro, seus comandos, seus dilemas e as doenças que o afetam.

Refiro-me a um jovem que faz parte de um grupo, cujos membros vivem experiências muito diferentes das nossas e têm conhecimentos que não temos. Vivem privados de recursos e informações, aos quais nós temos acesso. Falam o que têm a dizer à custa de um vocabulário enuto, como consequência, vocábulos e expressões se desdobram em mais significados que a semântica original.

Diferente da minha suposição, "em cima de" não explica que algo está sobre outra coisa, mas anuncia relação de causa e efeito. "Em cima da cara dele, fiquei desconfiado", traduz a ideia de que a aparência e atitude de outrem transmitem dúvidas. O advérbio "onde" deixa de descrever só lugar, mas tempo, razão, causa; "Fiquei nervoso, é onde passo mal".

O homem chega ao médico em cadeira de rodas, incapaz de mover os membros inferiores, insensível dos mamilos para baixo. "Faz tempo" é sua habitual resposta às perguntas sobre a cronologia dos fatos que romperam sua saúde. Quem vive como ele tem a impressão de que o tempo demora mais a passar, pois todos os dias são quase iguais. Um evento pode ter acontecido antes de algo, mas é recordado como se tivesse ocorrido depois.

Logo, coletar o suceder dos acontecimentos é deveras trabalhoso. A narrativa suposta pelo médico concebia que o paciente tinha dores crônicas nas costas. Assumiu que os pares do enfermo reconheceram deste sofrimento. Em demonstração de altruísmo, e de egoísmo, foram ajudá-lo. Esticaram-no, ergueram-no, mas não houve redução do incômodo. Sem desistirem, subiram em suas costas, com a pretensão de alinhá-las às vértebras. Tais estripulias foram executadas por dias seguidos, o médico imaginou.

Tudo ia mal e piorou. Subitamente o rapaz sofreu intensa e abrupta elevação da dor. A situação foi extrema, teve vômitos e desmaio. Ao acordar não movia mais as pernas, estava paraplégico. Semanas ou meses depois conseguiu uma consulta com o médico, que reconstituía os fatos. O profissional solicitou uma ressonância da co-

luna. O exame revelou a causa do transtorno; enorme hematoma dentro da coluna que comprimia a medula nervosa.

Sangramentos dentro da coluna vertebral são raríssimos, quando ocorrem, é comum um traumatismo ter sido a causa. Provavelmente as estripulias sobre as costas de nosso personagem foram a razão da hemorragia e das sequelas permanentes. O grupo de pessoas acostumado a improvisar criou o esboço de uma desastrosa medicina e um terrível efeito colateral.

Hipócrates é considerado o pai da medicina científica. Atribui-se a ele a separação de práticas medicinais da magia, da superstição e dos rituais sacerdotais. Os conceitos que cunhou uniam a filosofia a uma protoforma de ciência. Suas ideias tornaram-se alicerces para desenvolver o que temos hoje para enfrentar as doenças. O primeiro médico vivia em ambiente em que a boa argumentação era bem-vinda e que palavras eram inventadas para descrever as novas concepções sobre a natureza.

Mas o caminho da prática fundada pelo filósofo grego não foi sempre virtuoso; a medicina moveu-se e ainda se move aos trancos e barrancos. A teoria hipocrática previa a saúde como o equilíbrio dos quatro humores corporais: sangue, bile, bile negra e fleuma. Dessa forma, as doenças eram tratadas por êmeses, enemas, sangrias, jejuns e outras ações, todas propostas para restabelecer o balanço dos fluidos humanos. Mas mais faziam mal do que devolviam a higidez.

Embora Hipócrates tenha preconizado o raciocínio para a clínica, seus seguidores não raciocinaram sobre as inconsistências de seus ensinamentos. Seus preceitos eram aceitos como dogmas e ultrapassaram a Idade Média, ainda que misturados com uma medicina popular. Mais de dois milênios separaram a morte de Hipócrates do nascimento de Ignaz Semmelweis, médico que provou que lavar as mãos em maternidades reduz riscos de morte por infecção.

E já sabemos que nada é tratado com pulos no dorso.

## ACERVO FOLHA

Há 50 anos 14.fev.1973

## Cruzeiro valoriza pela primeira vez neste século perante o dólar

Pela primeira vez neste século, a moeda brasileira, o cruzeiro, é valorizada em relação ao dólar americano.

E pela primeira vez, desde que foi criado o sistema monetário internacional, em junho de 1944, a moeda brasileira é valorizada em relação à paridade declarada ao FMI. Sólida posição no balanço de pagamentos e reservas cambiais de US\$ 4 bilhões permitiram ao Brasil tomar a decisão, segundo o comunicado nº 218 do Banco Central.

A valorização é de 3%. Ela ajuda as exportações no conjunto de mercados mundiais, atenua o impacto negativo que a desvalorização do

dólar exerce sobre importações e reservas cambiais e, ainda, encaixa-se na estratégia brasileira de fazer da taxa flexível de câmbio um poderoso aliado contra a inflação.



1 LEIA MAIS EM  
acervo.folha.com.br



# Na busca da cor perfeita

Arcangelo Ianelli ganha uma retrospectiva no MAM no seu centenário, com destaque para telas grandes de pigmentação densa e ampla produção de esculturas

Pintura 'Sinfonia em Branco', obra de Arcangelo Ianelli, realizada em 1973, que integra a exposição aberta nesta terça-feira pelo Museu de Arte Moderna de São Paulo, o MAM Divulgação

João Perassolo

**SÃO PAULO** Um verdadeiro operário da arte, Arcangelo Ianelli pintava quase todos os dias no ateliê onde trabalhava, desde a manhã até a noite, como uma espécie de funcionário disciplinado a serviço das tintas.

"A atividade criadora não termina com a ideia, começa com ela", dizia uma frase em sua estante de pigmentos, dispostos dentro de pequenos frascos de vidro, uma cor por prateleira. Os pin-

céis ele agrupava em conjuntos de ponta chata ou redonda, perto de dezenas de livros.

A dedicação do artista a seu ofício e o cuidado com que Ianelli manejava suas ferramentas de trabalho encontravam paralelo em suas telas. Ele criava superposições de retângulos que emprestavam à pintura uma aparência de ordem e preenchia os interiores e exteriores das formas geométricas com poucas cores sem brilho, dando um aspecto sóbrio a seus quadros da década

de 1970, talvez os mais conhecidos de sua longa carreira.

Desenhadas à mão com grafite, as formas geométricas na obra de Ianelli "não são concretistas, têm sempre uma certa instabilidade na construção, embora sejam formas geométricas", afirma Denise Mattar, a organizadora de uma grande mostra retrospectiva da carreira do artista, que abre as portas ao público nesta terça-feira, no Museu de Arte Moderna de São Paulo, o MAM.

"Ianelli 100 Anos: O Artista

[...]

Parte da mostra se debriça sobre esculturas do artista. Metucioso, ele fazia pequenas maquetes, que observava por anos antes de executar essas peças em mármore

Essencial" recupera quase a totalidade da obra do pintor e escultor paulistano, de seu início figurativo na década de 1950 até suas grandes telas nas quais só há a cor, dos anos 2000, passando pelo seu trabalho de escultura com madeira e mármore. Há também uma reprodução do ambiente de seu ateliê, com estantes, livros, pincéis, pigmentos e o cavalete usado pelo artista.

Um dos destaques é a tèmpera "Sinfonia em Branco", vencedora do Panorama da

Arte Brasileira do MAM há 50 anos e pintada numa época em que o artista sofreu uma intoxicação causada pelo chumbo usado na composição da tinta a óleo, sua matéria-prima corriqueira.

Ele percebeu que a tèmpera de ovo oferecia às telas transparências e toques acetinados, características que levaria para as pinturas a óleo posteriores, trabalhando os pigmentos até atingir a saturação desejada, conta Mattar.

[Continua na pág. C4](#)



## ilustrada

## MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

SEM  
SAÍDA

A Pan Produtos Alimentícios requisitou sua autofalência à Justiça. A empresa confessa, assim, sua incapacidade de saldar dívidas e de seguir em atividade.

**FIM** O pedido foi protocolado na 1ª RAJ (Região Administrativa Judiciária), no TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo).

**FIM 2** A empresa, famosa pelos "cigarros" de chocolate, já tinha pedido recuperação judicial em março de 2021. Mas não conseguiu se reerguer.

**PASSIVO** Ela acumula dívidas de R\$ 260 milhões e tem atualmente 52 funcionários. O prazo de recuperação judicial terminou há duas semanas. E a empresa pediu 90 dias suplementares para conseguir saldar seus débitos.

**TIQUE-TAQUE** O juiz deu 48 horas para o administrador judicial Fábio Rodrigues Garcia e o Ministério Público de São Paulo (MP-SP) se manifestarem.

**QUESTÃO DE TEMPO** O administrador judicial opinou por negar a extensão do prazo. O MP-SP, que já pediu a falência da empresa três vezes, deve seguir pelo mesmo caminho. Por causa disso, a única saída é a autofalência, que deve ser aceita pela Justiça.

**PACTO** O mercado financeiro se mobilizou para tentar melhorar a relação entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o Banco Central. Os dois têm encontro marcado para a quinta (16), na primeira reunião do ano do Conselho Monetário Nacional, integrado por eles e pela ministra do Planejamento, Simone Tebet.

**PACTO 2** Um dos maiores banqueiros do Brasil conversou na semana passada com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, em Miami. Em seguida, procurou Fernando Haddad para incentivar a costura de um acordo de paz.

**PACTO 3** Diversos agentes do mundo das finanças que têm interlocução com o PT e com o BC se mobilizaram no mesmo sentido. A expectativa é a de que Lula (PT) também possa aderir a um armistício. O presidente tem mantido duras críticas à instituição.

**QUEDA** O banqueiro relatou à coluna que Campos Neto sinalizou que sua ideia não é levar o país à recessão, mantendo os juros nas alturas. A expectativa é que, depois das medidas anunciadas por Haddad em relação ao déficit fiscal, os juros possam baixar já nos próximos trimestres.

**QUEDA 2** "O BC muitas vezes precisa latir alto para atuar com suavidade porque, se latir baixo, vai ter que atuar com maior dureza", afirmou o mesmo banqueiro à coluna.

**PETIÇÃO** O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Ricardo Lewandowski ouviu apelos para que apoie o advogado e professor de direito Pedro Serrano para uma vaga na corte. O pedido foi feito durante sua passagem pela Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), em Guararema (SP).

**SEMENTE** Durante sua visita ao local, no sábado (11), o ministro falou sobre democracia e plantou um ipê amarelo.

## MEU CARO AMIGO



O advogado Marco Aurélio de Carvalho, coordenador do grupo

Prerrogativas, foi homenageado em jantar oferecido pelo

advogado Fábio Tofic Simantob 1, em sua casa, em São Paulo, na semana passada. Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo

Lewandowski 2 e Dias Toffoli 3 estiveram lá

**RECUO** O ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvío de Almeida, voltou atrás após ter nomeado o babalorixá e pesquisador Sidnei Nogueira para assumir a Coordenação-Geral de Liberdade Religiosa, vinculada à pasta.

**RECUO 2** Procurado, o ministério diz que "tinha erro com relação à nomenclatura do cargo" e, por isso, a portaria foi tornada sem efeito. "Logo que finalizada a correção, nova portaria será publicada com a nomeação no cargo correspondente", diz a pasta.

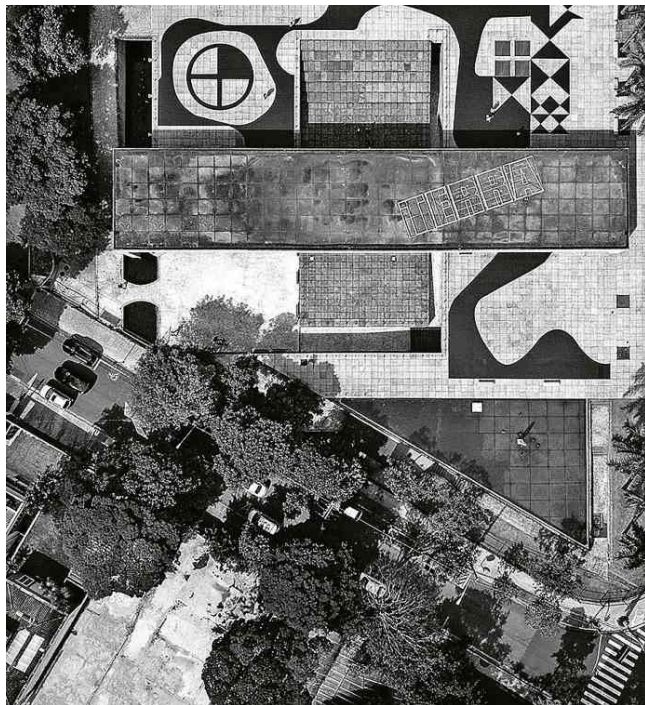
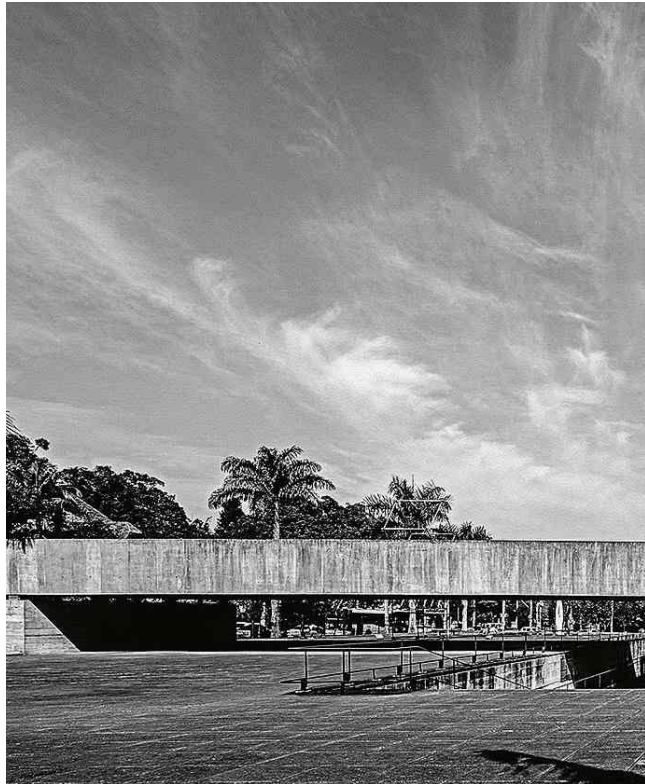
**RECUO 3** Nogueira afirma que o ministério ofereceu "um cargo inferior" e que não pretende aceitar a oferta. "Está agüem da minha formação e da minha carreira atual", diz ele.

**CONFETE** A modelo Gisele Bündchen vai curtir o Carnaval no Brasil. O destino, porém, ainda não está definido. Ela aceitou convite da Brahma.

**SERPENTINA** Na segunda (13), Gisele fez uma enquete nas redes sociais para pedir ajuda aos seus seguidores sobre qual cidade ela deveria escolher. Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Florianópolis são as opções.

**ALALAÔ** O Porta dos Fundos será pela primeira vez homenageado em um desfile de Carnaval. O trabalho do grupo de humor será destaque do último carro alegórico da escola de samba Estrela do Terceiro Milênio, que faz a sua estreia no Grupo Especial no próximo sábado (18), no sambódromo do Anhembi, em São Paulo. Antonio Tabet, Thati Lopes e Evelyn Castro vão representar o Porta no cortejo.

**HONRARIA** A médica cardiologista Ludhmila Hajjar receberá nesta terça (14) o Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União (TCU).



Acima, o MuBE; à esq., o museu visto de cima; à dir., Hospital da Lagoa, no Rio de Janeiro

Fotografias destacam a  
limpidez e a sobriedade  
da arquitetura moderna

Exposição no MuBE repassa os 25 anos da obra de Leonardo Finotti, artista que imprimiu em imagens o rigor da vanguarda

João Perassolo

**SÃO PAULO** Além do concreto aparente e da rejeição a elementos decorativos, uma das características da arquitetura moderna são ângulos retos e formas geométricas nas construções, resultando num desenho preciso e econômico.

A exatidão da linguagem vem sendo traduzida para

a fotografia há 25 anos por Leonardo Finotti, artista mineiro que se dedicou a registrar prédios de Oscar Niemeyer, jardins de Burle Marx e casas de Paulo Mendes da Rocha.

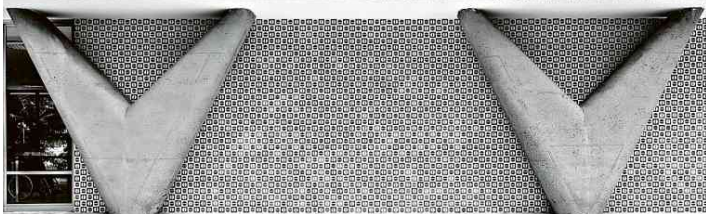
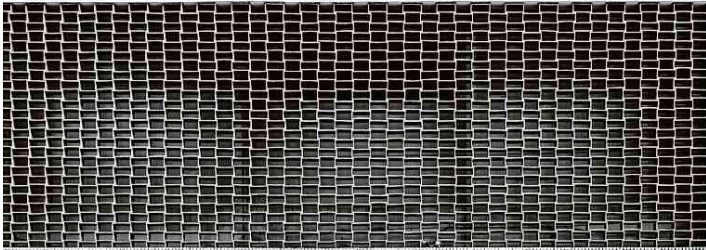
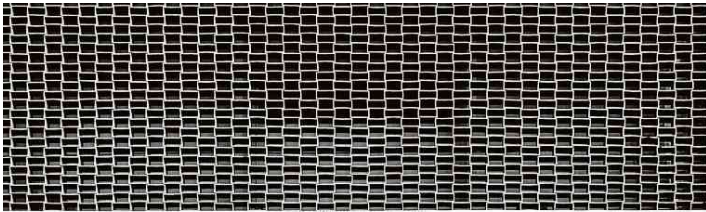
Uma exposição no Museu Brasileiro da Escultura e Ecologia, o MuBE, celebra sua carreira com um punhado de fotografias e sua extensa produção de livros de artis-

ta, além de catálogos de mostas do fotógrafo em vários países. A mostra foi desenhada e pensada em conjunto com Michelle Jean de Castro, que criou as séries com o fotógrafo.

"Leonardo Finotti: Laboratório Arquitetura e Cidade" traz o olhar do artista, que "ressalta eixos, alinhamentos, simetrias e formas dinâmicas".

*Continua na pág. C3*





Fotos Leonardo Finotti/Divulgação

Continuação da pág. C2

Finotti faz da fotografia “uma forma de construção”, dizem Guilherme Wisnik e Olívia Abrahão no texto de apresentação da exposição. A mostra também tem uma conexão com o MuBE. As duas grandes mesas do espaço expositivo, sobre as quais está a produção editorial do fotógrafo foram feitas com longas ripas de metal e placas de vidro reaproveitadas do museu. Há também fotografias em preto e branco da instituição, entre as quais duas aéreas, mostrando o antes e o depois de uma obra de Burle Marx instalada na área externa do museu, e outra da escultura de aço de Amílcar de Castro na entrada — nessa imagem, Finotti retrata a obra, com seus 18 metros de altura, alinhada com os traços retos da arquitetura brutalista do MuBE. Algumas das fotografias da mostra estão dentro dos escritórios do MuBE, separados por vidros do espaço exposi-

tivo e abertos à circulação do público, numa iniciativa bastante inusual para o museu. Fotografar os espaços onde expõe e expor essas imagens no próprio lugar é uma praxe no trabalho do artista, como se pode ver no catálogo de sua mostra na Casa Modernista, em São Paulo, disposto sobre uma das mesas. Está ali também seu primeiro fotolivro, com páginas em fole que, quando estão abertas lado a lado, formam imagens do Rio de Janeiro, além de uma série de imagens de casas construídas por Paulo Mendes da Rocha impressas em papel artesanal de aspecto rústico. Quando vista em conjunto, a variada produção editorial do artista evidencia seu apreço por pensar em como as fotografias são mostradas para o público. Essa preocupação se transfere para dois grandes painéis, um com um conjunto de fotografias de marcos de São Paulo, como o edifício Copan e a marquise do parque

Ibirapuera, e outro com uma série de fotos feitas com drone de projetos de Burle Marx. Nos painéis fica clara a estética que deu reconhecimento internacional a Finotti e que levou o Museu de Arte Moderna de Nova York, o MoMA, a adquirir 15 fotografias suas para o acervo. Ele encaixa o objeto fotografado com precisão no quadro, dando às imagens um aspecto geométrico e de organização. A ausência de figuras humanas não desvia o olhar das construções modernistas, retratadas em todo o seu esplendor. Quando questionado sobre como desenvolveu sua linguagem, o fotógrafo não lembra nenhum colega de profissão ou artista. Ele diz que nunca foi “uma pessoa estudiosa, de pesquisar”, mas que certamente foi influenciado ao longo da carreira e que, uma vez que tomou consciência das características de seu trabalho, levou isso ao limite. Finotti se aproximou da fo-

tografia quando estudava arquitetura na Universidade Federal de Uberlândia, em Minas Gerais, por influência de um professor apaixonado por foto. Mais tarde, morando em Lisboa, registrou o parque do Tejo, a convite do paisagista João Nunes, um trabalho decisivo para a escolha de carreira, que considera uma paixão. Durante a conversa, ele mostra ao repórter o sol batendo numa parede do museu e resalta como as áreas de sombra deixam ver as imperfeições do concreto. Buscar os detalhes é uma constante em seu trabalho, ele diz, acrescentando que passa um dia inteiro fotografando uma única construção para captar as diferenças de luminosidade, em busca da melhor imagem. “A arquitetura é um objeto fixo, mas a luz tem movimento.”

**Leonardo Finotti: Laboratório Arquitetura e Cidade**  
MuBE - r. Alemanha, 221, São Paulo. Ter. a dom., das 11h às 17h. Até 25 de fevereiro. Grátis

# Apenas 5,5% dos monumentos em São Paulo retratam negros

Segundo pesquisa, 23% das obras destacam personalidades notórias da escravidão ou da ditadura militar

Matheus Rocha

**SÃO PAULO** A falta de diversidade racial não se faz presente apenas nos filmes, nas novelas e nas revistas. Ela também está exposta nas ruas e praças de São Paulo, capital na qual os monumentos públicos representam em sua maioria personalidades brancas e masculinas. Das 210 obras em homenagem a pessoas da capital paulista, 74% relembram pessoas brancas e apenas 5,5% retratam figuras negras. Esse cenário pouco reflete a composição racial de São Paulo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, os pretos e pardos são 37% da população paulista.

Os dados são do Instituto Pólis, organização sem fins lucrativos. “Uma sociedade que não enxerga a importância de negros, indígenas e mulheres não vai colocar esses grupos em lugar de destaque nas ruas da cidade”, diz Cássia Caneco, coordenadora de projetos do instituto. Caneco afirma que São Paulo escolheu exaltar a história de homens brancos para se associar às ideias de poder, de inovação e de pioneirismo, características que foram ligadas aos europeus em razão do racismo. “A cidade decidiu contar a própria história de um ponto de vista masculino, branco e, sobretudo, opressor.” De acordo com o levantamento, 23% dos monumentos que retratam figuras humanas exaltam nomes que oprimiram grupos marginalizados, seja na escravidão, seja na ditadura militar.

Um exemplo disso é a controversa estátua de Borba Gato, instalada em Santo Amaro, na zona sul da cidade, na década de 1960. Em 2021, a peça chegou a ser incendiada porque o bandeirante é associado à escravização de indígenas. Esse grupo é representado em apenas 2% das obras públicas de São Paulo.

“São obras que referendam um passado de violência e continuam oprimindo povos negros e indígenas, porque são imagens que engrandecem os algozes de seus antepassados”, afirma Caneco. Ao lembrar que as obras engrandecem figuras controversas, a especialista não está usando uma figura de linguagem. Segundo a pesquisa, as obras que representam brancos são de fato maiores. Figuras que retratam negros têm em média 2,2 metros de altura e indígenas medem, em média, 2,8 metros — são valores 33% e 15% menores do que os de monumentos brancos, que têm em média 3,3 metros de altura.

Monumentos femininos são ainda mais diminutos, com 1,8 metro de altura, enquanto aqueles que homenageiam figuras históricas controversas têm 5,3 metros. Caneco diz que as grandes proporções ajudam a atribuir uma imagem heróica a personalidades que exerceram poder no passado. “É impossível o monumento às Bandeiras passar despercebido. Ele ocupa um espaço de memória dentro da gente. Já as proporções pequenas

de monumentos negros são uma forma de apenar a contribuição dessas pessoas para o Brasil”, afirma ela.

Em nota, a Prefeitura de São Paulo afirma que, em 2021 e 2022, foram inauguradas cinco esculturas em homenagem a personalidades negras paulistas elaboradas por artistas negros.

“O projeto, proposto pelo Departamento de Patrimônio Histórico, o DPH, foi desenvolvido justamente com o objetivo de contribuir para uma maior diversidade e representatividade dos monumentos existentes na capital”, afirma a administração municipal.

O debate sobre monumentos ganhou força na esteira dos protestos contra a morte de George Floyd — homem negro morto pela polícia em 2020, nos Estados Unidos.

A época, manifestantes vandalizaram estátuas de escravocratas em estados americanos como Massachusetts, Virgínia e Connecticut. Já em 2021, o governo estadual da Virgínia decidiu remover a estátua do general Robert Lee, um militar confederado que defendia a manutenção da escravidão nos Estados Unidos.

Caneco, a pesquisadora, se diz favorável à retirada dessas obras de espaços públicos para instalar as peças em museus. Ela diz que, nessas instituições, os trabalhos poderiam ser contextualizados. “É colocar placas que expliquem aquela pessoa, mas também acrescentar outras perspectivas sobre ela. A história do Borba Gato não é mentira, mas não é a única verdade sobre ele.”

Professora do departamento de história da Universidade Howard, nos Estados Unidos, a historiadora Ana Lúcia Araújo também defende a remoção de obras que fazem referência a personagens escravocratas. “Monumentos não são eternos, assim como não são prédios e viadutos. Eles devem ser removidos quando não respondem à necessidade da população.” No entanto, alguns especialistas afirmam que a remoção de obras públicas pode promover um apagamento de períodos históricos.

A pesquisadora discorda dessa visão. Segundo ela, a remoção não compromete o registro histórico, já que ele segue presente em jornais e livros. “Monumento não é história. É a representação de certos grupos que viveram num determinado momento. Assim como eles são colocados, eles podem ser retirados”, afirma ela.

Chefe técnico de acervo e curador do Museu do Ipiranga, Paulo César Garcez Marins pondera que a retirada de monumentos deve acontecer ouvindo o conjunto da sociedade.

“Mas remover implica posicionar em outro lugar, e os problemas e discussões que eles geram continuarão presentes”, afirma ele.

Porém, Marins é contra a destruição das obras. “Podemos realocar, mas não destruir monumentos. Devemos preservar o que nos desagrada para que continue havendo debates na sociedade.”



ilustrada

Na busca da cor perfeita

Continuação da pág. C1

O estudo das cores, em geral sem brilho, e a maestria de sua aplicação sobre a tela trouxeram reconhecimento ao artista em vida. Além de vencer prêmios, ele expôs em instituições importantes dentro e fora do Brasil, participou de nove edições da Bienal de São Paulo e foi tema de um poema de Ferreira Gullar, no qual o autor escreveu que Ianelli deixava a cor emergir de seu cerne, “densa e luminosa”.

Isso fica mais claro na última sala da exposição, onde o espectador é envolto por telas retangulares imensas, que chegam a ocupar uma parede inteira, datadas da fase tardia do artista, quando ele estava próximo de fazer 80 anos.

Nessas pinturas, Ianelli depurou a estética ao máximo, tirando da tela as demarcações geométricas de anos anteriores. “Em busca da cor, ele tira a forma, assim como em busca da forma ele tirou a cor das esculturas”, diz Denise Mattar.

Uma parte da mostra se debreça sobre a produção escultórica do artista, concentrada em peças feitas de mármore e de madeira pintada de branco. Há, por exemplo, o estudo de um mural que depois foi executado na fachada do edifício Diâmetro, na avenida Brigadeiro Faria Lima, em São Paulo, composto por três superfícies retangulares beges e brancas justapostas na horizontal.

O projeto foi o pontapé inicial de seu extenso trabalho com a modalidade de esculturas. Metuculoso, ele fazia pequenas maquetes dessas peças, que observava por anos antes de executar os projetos com o mármore em escala.

Esses estudos, que agora vêm a público pela primeira vez, foram guardados por seu filho, Rubens Ianelli, também pintor e um dos responsáveis pelo acervo do pai junto de sua irmã, Kátia Ianelli, que trabalhou no ateliê do artista por três décadas preparando suas tintas e telas.

Ambos ajudaram a organizar a exposição. “Ianelli 100 Anos: O Artista Essencial” tem obras das coleções da Pinacoteca do Estado de São Paulo, do Museu de Arte de São Paulo, o Masp, do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, do próprio MAM e algumas poucas de coleções particulares.

A distribuição de seus trabalhos entre algumas das instituições mais importantes do país prova a relevância do artista e o reconhecimento que teve, afirma Cauê Alves, o curador-chefe do MAM.

Considerado um mestre da cor, Ianelli morreu em 2009, aos 86 anos, não sem antes receber uma grande mostra panorâmica sobre sua pintura, na Pinacoteca, em 2002, outra dedicada à sua fase figurativa, na Faap, a Fundação Armando Álvares Penteado, em 2004, e um livro a respeito de sua obra, que foi publicado naquele mesmo ano.

Ianelli gostava de desenhar desde menino e começou a pintar depois de frequentar o curso da Associação Paulista de Belas Artes, nos anos 1940, onde conheceu outros artistas.

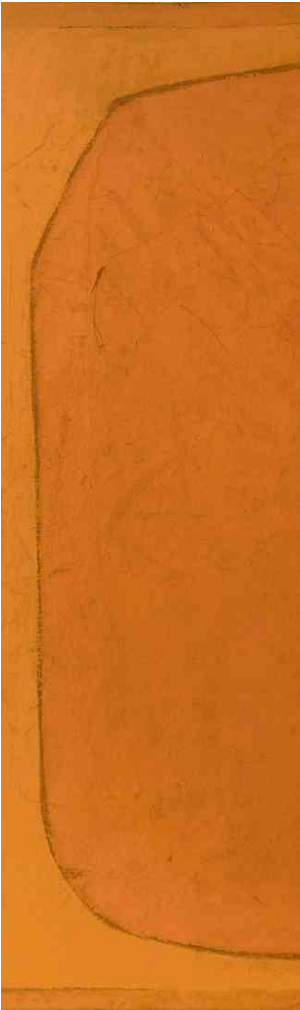
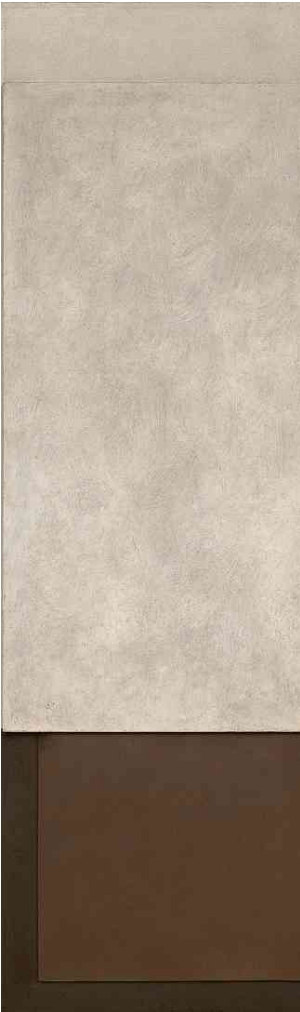
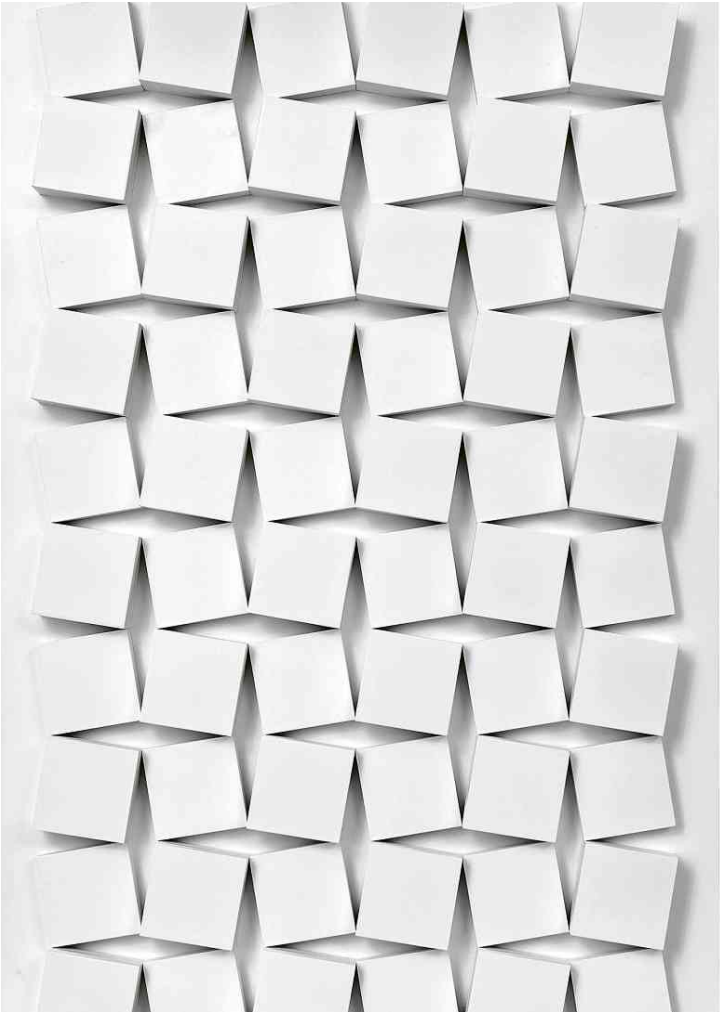
Ele começou sua carreira retratando interiores de casas e de igrejas e paisagens de cidades, na década de 1950, momento no qual fez parte do grupo Guabiabara, que reunia artistas japoneses como Manabu Mabe e Tomie Ohtake.

Da mesma forma que outros artistas modernos, ele foi se desfazendo das formas figurativas e adotando a abstração, sempre ligada à experimentação cromática, o que o levou a ser comparado a Mark Rothko.

Ianelli dizia não perseguir a beleza. “Se ela ocorre, é involuntária. Busco fazer um trabalho profundo ao depurar a cor.”

Arcangelo Ianelli

Museu de Arte Moderna - pq, Ibirapuera, portões 1 e 3, São Paulo. Ter. a dom., das 10h às 18h. Até 14 de maio. R\$ 25, grátis aos domingos



Em sentido horário, relevo sem título, obra sem título de 2002, obra sem título de 1971 e ‘Grafismo em Azul’, de 1968, de Arcangelo Ianelli

Fotos Sérgio Guerini



# Mostra celebra o silêncio e a luz poderosa de Johannes Vermeer

Com obras como 'A Leiteira', exposição em Amsterdã já vendeu 200 mil ingressos



Pintura 'A Leiteira', de Johannes Vermeer, que integra a mostra do Rijksmuseum, em Amsterdã Reprodução

Felipe Martinez

**AMSTERDÃ** O Rijksmuseum de Amsterdã acaba de inaugurar a maior exposição da obra de Johannes Vermeer já realizada na história. Pouco se sabe da vida do pintor, os documentos são raríssimos. Ele não deixou uma grande quantidade de cartas como o compatriota superfamoso Van Gogh, nem os holandeses tentaram fazer dele um símbolo como fizeram com Rembrandt. A escassez de informação certamente contribui para a aura de mistério construída em torno do artista.

Algo parecido ocorre com seus quadros. Ele não pintou obras monumentais, nem teve produção numerosa. É estimado que tenha feito cerca de 50 obras ao longo da vida. Morreu em 1675, aos 43 anos.

Suas obras não têm a grandiloquência de Rubens, tampouco o drama de Caravaggio. São poucas e pequenas. Convidam a uma espécie de silêncio, a um olhar diligente, minucioso, como se pudessem parar o tempo.

De fato, essa é a impressão que se tem diante do fio de leite que escorre do vaso em 'A Leiteira', ou da tensão introspectiva de 'Mulher em Azul Lendo uma Carta'.

Das 37 pinturas conheci-

das, 28 estão expostas nas dez salas preparadas pelo museu holandês. A maioria veio de outras coleções europeias.

Há um bom número vindo de museus dos Estados Unidos, como o Metropolitan e a Frick Collection, de Nova York. A única obra de uma coleção de fora da Europa e da América do Norte também está na mostra — "Santa Praxedes", do National Museum of Western Art, em Tóquio.

A primeira e última vez em que mais de 20 quadros do artista foram expostos juntos foi há quase 30 anos, quando a National Gallery de Washington e a Mauritshuis, em Haia, organizaram uma mostra conjunta do artista.

A curadoria, de Pieter Roelofs e Gergor J.M. Weber, segue uma fórmula simples. Os quadros são apresentados em uma expografia austera — paredes de um azul quase roxo e iluminação leve. Os textos são breves, em eixos temáticos que partem de elementos dos próprios quadros e não da cabeça dos curadores.

Esses eixos exploram fases da vida de Vermeer e relações contrastantes dentro de sua obra, como o catolicismo do pintor em "Alegoria da Fé Católica" ou sua atração pelo profano em "A Alcoviteira". Também anali-

sam a relação entre interior e exterior presente em obras como "Oficial e Moça Sorrindo" e "Mulher Tocando Alaúde", nas quais grandes mapas detalhados adornam interiores diminutos e prosaicos.

O mundo exterior também aparece nas cartas que perturbam o semblante de leitoras diante de uma janela aberta, ou no globo terrestre e nos instrumentos de estudo do ateliê de "O Geógrafo".

Em outras obras, o espectador é chamado a se interiorizar ainda mais na cena, como em "A Rendeira", na qual detalhes milimétricos exigem um olhar de ourives do visitante, aspecto potencializado pelo tamanho da pintura, apenas 24,5 por 21 centímetros, feita pelo artista entre 1666 e 1668.

Em suas primeiras obras, de 1654 a 1666, como "Cristo na Casa de Maria e Marta" — de 158,5 centímetros por 141,5 centímetros — e "Diana e suas Ninfas" — 97,8 centímetros por 104,6 centímetros —, Vermeer explora temas tradicionais em telas maiores. As cenas cotidianas dos habitantes de Delft, em tamanho reduzido, só se afirmam depois de o pintor conhecer as obras de Pieter de Hooch, exímio construtor de ambientes interiores e atuante na mesma cidade. No entanto, uma das mai-

ores pinturas de Vermeer, "A Arte da Pintura", de 120 centímetros por 100 centímetros, que retrata um artista trabalhando no ateliê, mostra que os pequenos formatos não são exatamente uma regra para essas cenas. Esta é certamente a grande ausência da exposição, já que o Kunsthistorisches Museum de Viena negou o empréstimo da obra para a mostra de Amsterdã.

O Rijksmuseum estendeu seu horário de funcionamento de quinta a sábado até as 22h para absorver a demanda de visitantes. Mais de 200 mil ingressos já foram vendidos de acordo com o museu. Mas, apesar de Haia, a exposição está longe de ser um evento intransitável.

Há espaço e tranquilidade para se demorar sobre as obras. Os quadros de Vermeer convidam a um exercício do olhar que vai na contramão do mundo hiperconectado, a uma imersão profunda, muito distante das exposições ditas inersivas que se espalham como uma praga mundo a fora. Lembrem que estão diante de uma pintura e também estar diante da matéria.

**Johannes Vermeer**

Rijksmuseum - Museumstraat, 1, Amsterdã. De dom. a qua., das 9h às 18h; qui. a sáb., das 9h às 22h. Até 4 de junho. € 30



ilustrada

Acerto de contas

Quatro amigos dividem a conta num bar

Manuela Cantuária

Roteirista e escritora, faz parte da equipe do canal Porta dos Fundos

Um grupo de quatro amigos em uma mesa de bar, o garçom traz a conta. Tchelo: Como vocês querem fazer? Vamos dividir igual? Rodrigo: É mais prático. Quanto deu para cada? Amanda: Então, gente, eu não bebi cerveja. Suzana: Tá, a gente tira sua parte, o que você comeu? Rodrigo: O meu pedido foi o gurrão, mas o Rodrigo vai dividir comigo. Rodrigo: Por que se eu mal

toquei no gurrão? Amanda: Mas eu abordei um filho seu e você nunca pagou a sua parte do aborto. Rodrigo: Faz o seguinte, Amanda é minha convidada. Aqui aceita vale-refeição? Tchelo: Então também vou contribuir porque fui eu que apresentei os dois, inclusive até disse para a Amanda que você era ótimo. Amanda: Nossa, nem lembrava disso, não precisa. Tchelo: Faça questão.

Suzana: Então deixa que eu pago o do Tchelo, que eu estou devendo de quando ele assumiu a culpa por aquele atropelamento e pegou dois anos de cadeia. Tchelo: Imagina, eu cumpro no semiaberto. Suzana: Mas eu pago aqui logo e fica elas por elas, pode ser? Rodrigo: Alguém pediu soda? Amanda: E, se, para simplificar, eu pagar a parte da Suzana, já que ela vai pagar a parte do Tchelo, que vai pagar parte da minha parte? Ai a gente já

mata o lance do Babyssauro. Suzana: Menina, você arrancou a cabeça do meu Babyssauro na primeira série, verdade. Mas aí tem que converter para dólar porque esse brinque do foi comprado nos Estados Unidos em 1997. Deixa eu calcular a correção monetária. Rodrigo: Suzana não está esquecendo de nada, não? Suzana: Verdade, pedi uma dose de vodca, mas é nacional. Rodrigo: E... Suzana: Putz, pode crer, eu

torturei o Rodrigo em uma vida passada, ainda taquei fogo na casa dele com toda a família dentro quando eu era do exército da Joana D'Arc, uma coisa chatíssima. Então vamos lá, vou começar de novo. Eu pago a vodca, o gurrão, a tortura medieval. Ai você paga duas cervejas e meia. Mas peraí, teve o aborto, quanto foi? Rodrigo: Essa conta veio errada. Ninguém pediu soda. Tchelo: Não falanda, aproveita que o garçom esqueceu de cobrar a porcentagem dele. Rodrigo: Mas está aqui os dez por cento, eu conferi. Tchelo: É, mas e como fica a dívida histórica? Nessa mesa metade é descendente de europeu, daí tem todo aquele ouro de Minas Gerais, pau-brasil a rodo, deixa quieto. Suzana: Alguém troca uma nota de R\$ 200?



Silvis

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | **QUA. Hmfmalemais** | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Goes

tonygoes@uol.com.br

Documentário do Oscar deste ano mostra pássaros em risco na Índia

Tudo o que Respira

HBO Max, 16 anos

Mais um documentário em longa-metragem que concorre ao Oscar da categoria está disponível no Brasil. O filme "Tudo o que Respira" de Shaunak Sin mostra como os irmãos Saud e Nadeem Shehzad cuidam de milhares pretos. Essa espécie de ave de rapina está ameaçada de extinção, mas é essencial para o ecossistema da poluída Nova Délí. Além disso, uma crença local diz que os pássaros trazem sorte para quem os alimenta.

O Exame

Para aluguel no Now, 10 anos

O candidato do Itaque ao Oscar deste ano é um drama ambientado no Curdistão, envolvendo duas irmãs que se envolvem num esquema de fraude nos exames de admissão a uma universidade.

Re/Member

Netflix, 16 anos

Neste terror japonês, seis estudantes precisam encontrar partes do corpo de uma desconhecida para quebrar uma maldição e escapar do loop temporal em que estão presos.

Casa de Antiguidades

Telecine Premium, 20h15, 16 anos

Antonio Pitanga faz um homem do norte do Brasil que vai trabalhar no sul. Hostilizado na nova cidade, ele se refugia numa casa onde surgem objetos de seu passado. Já exibido pelo Canal Brasil, o filme de Paulo Miranda chega à rede Telecine.

Provoca

Cultura, 22h, 10 anos

A atriz Grace Gionnoukas, que criou o grupo teatral Terça Insana e participou de novelas da Globo, conversa sobre sua carreira com Marcelo Tas.

Programa Duplo Robert Bresson

Telecine Cult, a partir das 22h

O canal exibe dois filmes do grande cineasta francês. O burro Balhazar observa os habitantes de uma aldeia em "A Grande Testemunha" (22h, 12 anos). Em "Mouchette, A Virgem Possuída" (23h45, 16 anos), uma moça é chantagada por um criminoso.

O Pequeno Grande Guerreiro

SBT, 23h15, 14 anos

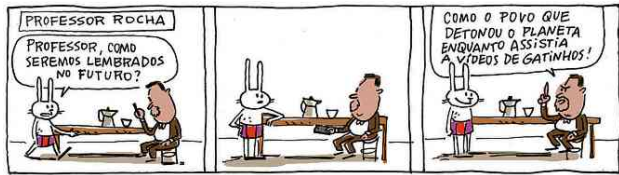
Na antiga China, um soldado finge estar morto depois de uma grande batalha e sequestra um general do Exército rival. Com Jackie Chan.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê **Laerte**



Daiquiri **Caco Galhardo**



Níquel Náusea **Fernando Gonsales**



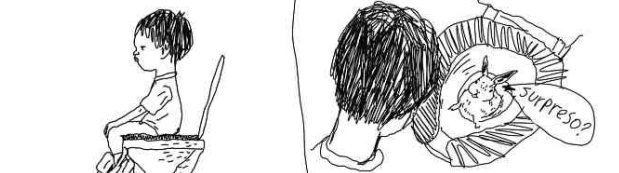
Não Há Nada Acontecendo **André Dahmer**



Viver Dói **Fabiane Langona**



Péssimas Influências **Estela May**



Vida Besta **Galvão Bertazzi**



SUDOKU

texto.art.br/fsp

MÉDIO

4	9			1				
			3					2
6			4	2		5		
					2			
7	2	9				3	8	4
			8					
	3		8		5			9
2					7			
			7				3	8

O Sudoku é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algoritmos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. Batman e Robinavam a dinâmica / Serviço de Proteção ao Crédito 2. A atriz Cláudia das novelas e do teatro / Unidade monetária do Uruguai 3. Conjunção de valor disjuntivo / Pequeno tonel 4. Uma dança que usa sapatinhas / Unidade Astronômica 5. O A dos EUA 6. O oposto de culpado 7. O fruto da noqueira / Término 8. Reformador 9. Chefia 10. As iniciais do autor de novelas Braga, de "O Dono do Mundo" / O ato de amansar um cavalo 11. Lessão aberta em tecido cutâneo ou mucoso, causando desintegração e necrose / (Sigla) Poder Legislativo 12. A moeda da Polônia e de Portugal / Palmeira com estipe e pécios de que se extraem fibras para obras trançadas 13. Pronome possessivo muito usado pelo egoísta / O escritor irlandês Wilde (1854-1900), de "O Retrato de Dorian Gray".

VERTICAIS

1. Interjeição de impaciência, irritação / Nenhuma pessoa 2. Interjeição que indica surpresa / O apresentador de TV Marcos / Azul, para os ingleses 3. A sigla de um estado que faz divisa com a BA e o MA / Um solvente industrial / Em estado natural, não trabalhado 4. Bandeira, estandarte (emblema de ideais comuns) / Tela de monitor 5. Aquele que atrai a si, seduz 6. Perdo de graça aos santos / Os outros 7. Existir / Antigo vaso de cerâmica para armazenar vinho, água etc. / Adriana Calcanhotto, cantora 8. Interj.: Silêncio! / Retalho de pano, mais comprido que largo / (burro) Muito 9. Composição artística feita com várias imagens / (Pop.) Acontecer (no tempo ou no espaço).

1	2	3	4	5	6	7	8	9
1								
2								
3								
4								
5								
6								
7								
8								
9								
10								
11								
12								
13								

HORIZONTAIS: 1. Dupla, SP 2. Raia, Peco 3. Noz, Baril 4. Raia, Uf, 5. merles, 6. Inocente 7. Noz, 8. Inovador 9. Lidear, 10. GB, Bone 11. Ulicera, PL 12. Euro, Iara 13. Meu Oscar, VERTICAIS: 1. Droga, Ninguém, 2. Uau, Mon, Blue 3. Pl, Ben-zol, Cru, 4. Lebarao, Video, 5. Miliardado, 6. Prego, Demais, 7. Ser-Aforra, 8. C, 8. Psiu, Tira, Pira, 9. Colagem, Rolar





Angelo Abu

# Desumanidades

A liberdade de expressão deve ter prevalência sobre a cartilha das patrulhas

**João Pereira Coutinho**

Escritor, doutor em ciência política pela Universidade Católica Portuguesa

Pobres humanidades. Sempre foram o parente pobre do ensino universitário. Agora, correm o risco de desaparecer —no sentido simbólico e até material do termo.

Não falo somente da inteligência artificial, que vai exigir dos humanistas formas mais criativas de avaliar os seus alunos. Eu, por exemplo, já não aceito ensaios dos meus estudantes. É tudo presencial.

Há vantagens. Como dizia um colega meu, estamos voltando à Grécia Antiga, quando as “humanidades” ainda não existiam como disciplina formal e tudo era peripatético (pergunte ao ChatGPT o que é). Brindo a isso. Pode ser que, assim, termine para muitos a grande farsa do “publish or perish” (tradução: faça reciclagem e volte a publicar) e esses universitários sejam obrigados a cultivar-se de verdade.

Mas a inteligência artificial não se limita aos programas de computador. Existe outra forma de inteligência totalmente artificial, no sentido de limitada, fanática, destrutiva.

Lendo a revista The Economist desta semana pude ler que a Universidade da Califórnia exige de seus professores e pesquisadores um documento qualquer onde eles se comprometem a promover a diversidade, a equidade e a inclusão.

Em certos casos, não interessa o currículo científico do sujeito. Se ele não subscrever a cartilha progressista sobre essas matérias, não entra, não ensina, não pesquisa.

Que tenho eu contra a diversidade, a equidade e a inclusão? Nada contra, tudo a favor. Meu problema é com a imposição autoritária de uma agen-

da qualquer. Quem leva a sério a diversidade, a equidade e a inclusão não defende políticas que são favoráveis à uniformidade (de pensamento), à desigualdade (de acesso à universidade) e à exclusão (de quem não reza pelo mesmo credo).

Se esses juramentos continuarem, prevejo uma de duas coisas: ou a ruína definitiva das humanidades (haverá algum pai sensato que queira seus filhos doutrinados numa madrassa?); ou, pior ainda, o triunfo do cinismo.

Janet Halley, professora de direito na Universidade Harvard entrevistada pela Economist, também contempla essa última hipótese.

Seria lindo. Pessoas jurando seu amor à diversidade, à equidade e a inclusão quando, interiormente, estão dando gargalhadas sobre o assunto porque o que interessa é enganar o júri e passar pelos portões.

O que é válido para a Universidade da Califórnia, é válido também para o sistema de ensino da Flórida.

O governador Ron DeSantis, a grande promessa dos republicanos para derrotar Donald Trump (primeiro) e Joe Biden (depois), aprovou o seu “Stop W.O.K.E. Act”. O objetivo, entre outros, é proibir o ensino de “critical race theory”, a teoria crítica da raça.

No fundo, o conservador DeSantis reproduz o comportamento de seus adversários da “guerra cultural”, metendo o nariz onde não é chamado.

Será preciso lembrar que a autonomia das instituições e a liberdade de expressão devem

ter prevalência sobre a cartilha das patrulhas, sejam de esquerda ou de direita?

Um ensino adulto e livre é também pluralista e confrontacional. Nesse planeta, é tão legítimo ensinar “critical race theory” como é legítimo criticá-la abertamente.

De resto, se o professor acordar, respira e adormece pensando na diversidade, na equidade e na inclusão, ótimo para ele.

Porém é igualmente legítimo que outros professores ou pesquisadores acordem, respirem e adormeam pensando nas suas particulares obsessões científicas.

Já sei, já sei. O leitor cético está dizendo que esse mundo não existe porque o bom senso não foi democraticamente distribuído pela humanidade.

Fato. Nem eu espero esse milagre, razão pela qual só posso aplaudir os novos planos do governo britânico para tentar lidar com a doutrinação e a cultura de cancelamento presente nas universidades.

Basicamente, o governo do premiê Rishi Sunak quer garantir que os professores, os pesquisadores ou os alunos possam processar as instituições de ensino quando elas não garantem o direito à liberdade de expressão.

É um caminho inteligente: permitir que sejam os indivíduos, e não o poder central, a defenderem os seus direitos fundamentais quando se sentem injustiçados. Quem sabe?

Se a racionalidade não é mais escutada nesse debate, pode ser que a conta bancária fale mais alto.

seg. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | **QUA. Wilson Gomes** | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | SEX. Djamil Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti



Cena do filme ‘Um Jôquei Cearense na Coreia’, de Guto Parente e Mi-kyung Oh Divulgação

# Filme mostra alegria e tristeza de brasileiro longe de seu país

‘Um Jôquei Cearense na Coreia’ registra as barreiras culturais na nação asiática

**CINEMA**  
**Um Jôquei Cearense na Coreia**  
★★★★★

Brasil, 2021. Direção: Guto Parente e Mi-kyung Oh. IMS Paulista - av. Paulista, 2.424, São Paulo. 10 anos. Até dia 26

**Inácio Araújo**

Já no título “Um Jôquei Cearense na Coreia” enuncia uma série de significados. A distância, o deslocamento, o exotismo da situação, as particularidades da profissão. Falamos de turfe, uma atividade que no

Brasil já moveu multidões, mas hoje parece em agonia. Talvez seja por isso que Antonio Davielson foi parar em Seul, na Coreia do Sul, onde o turfe parece tão popular quanto o futebol. É o lugar em que Davielson, jovem pobre de Fortaleza, se tornou famoso depois de ganhar 82 corridas em um ano e a eleição de melhor jôquei do país.

Esse é o lado eufórico da história. Davielson vive ali com a mulher e a filha em boas condições. Mas isso não é tudo na

vida. E a câmera de Guto Parente vai nos mostrar particularidades nem sempre felizes.

Primeiro, viver em Seul mal falando inglês limita a vida à família. Ou seja, ela não existe.

Seu cotidiano é de atleta profissional, com exercícios físicos e treinos com animais. Estafa a necessidade de lutar contra o aumento de peso.

Por trás da rotina existe uma angústia que contrasta com a felicidade de, por exemplo, ganhar uma corrida levando o cavalo com grande habilidade.

Essa se desdobra em outra, que é até quando ele vai durar. Existem jôqueis que vão até os 50 anos de idade. Outros param com 30 ou 35. E depois? Melhor não pensar nisso.

Sua mulher pensa em outras coisas. Levou um ano para pagar uma conta sozinha. E não conhece ninguém. Os parentes escuta suas reclamações. Súbito, o documentário é permeado de melancolia.

Não por acaso, ele é capaz de lembrar o primeiro dinhei-

ro que ganhou montando. Foram R\$ 5, na época do Plano Real. O bastante para a avó comprar meia galinha para o que ele lembra hoje como a melhor refeição de sua vida.

Quando Davielson ou a mulher falam de Fortaleza, fica claro que a Coreia é um exílio a que se submetem para sobreviver e cuidar da filha. A língua, a cultura, o modo de vida, tudo é diferente.

Talvez por isso no momento em que faz uma visita tudo parece se transformar. Os trajes são outros, suas companhias são pessoas do passado. Ele precisa sonhar com a volta.

Isto é, claro, um sonho do futuro. Por ora tem de viver “o mundo como é”. Eis o mérito do documentário, que Parente assina com Mi-kyung Oh, evitar fúrias, dar conta do tema e de seu sujeito de maneira direta. Enfim, mostrar o mundo como é. Parece fácil como montar a cavalo. Não é.

# Longa que trata de acusação de estupro é tema de debate sobre homem e sexo

**SÃO PAULO** O MIS, o Museu da Imagem e do Som, exibe gratuitamente o drama “A Acusação”, de 2021, do cineasta franco-israelense Yvan Attal, nesta terça-feira, às 19h, durante o Ciclo de Cinema e Psicanálise, evento realizado em parceria com a SBPSP, a Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, e com apoio deste jornal.

O filme traz a história de Alexandre, filho tido como amável e responsável, que retorna a Paris para visitar os pais —uma ensaísta feminista renomada e um jornalista influente da televisão francesa. Durante a viagem, o jovem conhece Mila, filha do atual marido de sua mãe, e a convida para uma festa. No dia seguinte, no entanto, a garota o denuncia por estupro e a polícia começa uma investigação do caso.

Contrapondo as versões e os argumentos de ambos, o longa mostra a repercussão da acusação e o impacto causado pelas etapas de quebra dentro da delegacia, de coleta de provas e do julgamento sobre todos os envolvidos na história.

Para discutir sobre machismo e ética nas relações amorosas e sexuais, participam desta edição Cíntia Buschinelli, psicanalista e membro da SBPSP, e Becky S. Korsch, advogada, dramaturga e colunista deste jornal, com mediação da psicanalista Luciana Saddi.

O evento ocorre no auditório do MIS, localizado na avenida Europa, 158, na zona oeste de São Paulo. Os ingressos ficam disponíveis na bilheteria com uma hora de antecedência.

# comida

## Filão editorial culinário cresce e inspira até volumes de luxo

Chefs celebridades ajudaram a aquecer mercado de livros do gênero



Receita do chef Yoshihiro Narisawa que tem como base alga kombu, ouriço-do-mar e junsai, planta de pântanos japoneses, no livro 'Satoyama Cuisine', com fotos de Sérgio Coimbra Divulgação

Rafael Tonon

**PORTO** Conhecida pelas publicações voltadas à arte, a editora Taschen acaba de lançar o seu primeiro livro de gastronomia. Nos próximos meses, a Phaidon, outra casa segmentada, se debruça sobre o Manu, restaurante da chef Manoella Buffara, de Curitiba. Esses lançamentos são parte de um movimento — títulos de cozinha estão deixando de ser volumes meramente práticos para virar cada vez mais objetos de desejo, entrando, inclusive, no filão do luxo. Com a transformação de chefs em celebridades, editoras passaram a apostar mais no nicho gastronômico — que só nos Estados Unidos deve crescer 8% em 2023, segundo a BookScan, empresa de análise do mercado editorial. Livros de comida surgiram como forma de registrar receitas, garantindo que preparos não ficassem na oralidade e se perdessem. Hoje viram até mesmo títulos colecionáveis. A última frente é onde se encaixa a Taschen, uma das referências do mercado, que se dedicava apenas a artes,

arquitetura e design. O livro "Satoyama Cuisine", lançado ao preço de € 1.250 (cerca de R\$ 7.000), é seu primeiro passo no crescente segmento. Com fotos do brasileiro Sérgio Coimbra, o volume pesa 15 quilos e apresenta, em 416 páginas, a filosofia culinária do chef Yoshihiro Narisawa, dos mais importantes do Japão. "Vivemos uma nova fase dos livros de gastronomia", diz Coimbra, que faz fotos detalhadas de receitas, em geral em fundos escuros. Ele já trabalhou com chefs como o francês Pierre Hermé e o brasileiro Alex Atala. "A comida se tornou arte nas mãos desses profissionais que criam receitas com um rico cuidado estético. Os livros querem dar conta dessa perspectiva", diz. O crescimento dessa demanda tem levado editoras a aumentarem seus investimentos, diz Edouard Cointreau, criador do World Cookbook Awards, importante premiação do setor. Ele afirma que há uma mudança no mercado de livros de receitas desde a pandemia de 2020. "Ela trouxe pessoas de volta à leitura e à culinária. Estimo que a taxa

de crescimento dos livros de gastronomia será o dobro da taxa de outros convencionais no ano." Para Cointreau, há também uma tendência de que os livros de comida substituam os de viagens. "Há muito interesse por livros gastronômicos que mostrem destinos e paisagens, em que a fotografia é tão ou mais importante que as próprias receitas", diz. Prova disso é a aposta da Phaidon, em publicar uma edição sobre o Manu. Mais do que abordar apenas o restaurante curitibano, o livro, que deve ser lançado em abril, traz o entorno do trabalho da chef, sua relação com fornecedores, além dos ingredientes locais que utiliza em suas receitas. "Manu - Recipes and Stories from My Brazil" reúne "temas, frases e pensamentos" que a chef escreveu em pequenos cadernos nos últimos anos. O livro contém receitas e fotografias com apelo muito visual. "Mas também resume suas ambições, processos e desejo de construir conexões mais fortes dentro de suas comunidades", diz a editora Emily Takoudes, da Phaidon. Além de publicar edições

sobre restaurantes de distintos países, como do brasileiro D.O.M., de Atala, Takoudes diz estar sempre de olho em chefs emergentes. "Antes até que tenham estrelas Michelin, prêmios e [reconhecimento da] imprensa", afirma. Cada vez mais, também, ela diz que a Phaidon está interessada em países, regiões ou assuntos com receitas e ensaios sobre uma determinada cultura alimentar, que possa levar o leitor a se aprofundar sobre uma determinada cozinha ou tema. "Estamos desenvolvendo nossa nova subcategoria de livros sobre bebidas." No Brasil, um dos exemplos é "Manihot Utilíssima Pohl: Mandioca" (R\$ 209; 416 págs.), último livro de Atala, publicado pela Alaúde. Nele, o cozinheiro reúne pesquisadores, cronistas, indigenistas e fotógrafos com a intenção de mostrar a importância da raiz na cozinha brasileira. Da mesma editora, o livro "12 Ingredientes e uma Dose" (R\$ 109; 224 págs.) foi lançado em janeiro e envereda pela discussão de culturas alimentares. Por meio de elementos como milho, dendê e cachaça,

### ★ Para comer com os olhos

**'Satoyama Cuisine'**  
Aborda a filosofia culinária do chef Yoshihiro Narisawa (ed. Taschen, 416 págs., cerca de R\$ 7.000)

**'Manihot Utilíssima Pohl: Mandioca'**  
Do chef Alex Atala, reúne textos sobre o papel da mandioca no país (ed. Alaúde, 416 págs., R\$ 209)



**'Manu - Recipes and Stories from My Brazil'**  
Trata do trabalho da chef paranaense Manoella Buffara (ed. Phaidon, deve ser lançado em abril)

a publicação, escrita pelo pesquisador João Luiz Maximo da Silva e pelo especialista em azeite Sandro Marques, aborda a história e práticas culturais do ato de comer no Brasil. Além do mercado de luxo, tendências editoriais também passam por livros de receitas. É o que faz Rita Lobo, que tem mais de dez livros publicados dentro do tema. O último deles, "Rita, Help! Me ensina a cozinhar", alcançou a lista de mais vendidos já no pré-lançamento, no primeiro ano de pandemia. Para Cointreau, do World Cookbook Awards, os livros "precisam tentar traduzir identidades individuais muito claras, o que ajuda os leitores a ter maior interesse e queiram fazer parte do universo alimentar que representam". Por isso, as vendas em papel têm aumentado — líderes mundiais em impressões, como o Artron [na China] estão passando por um boom, segundo Cointreau, justamente em resposta a essa nova demanda. "Esses livros têm o poder de transportar o leitor para o entorno e as receitas que trazem, basta abrir a capa".

## RECEITAS DO MARCÃO

### Porco à filipina traz sabores exóticos com itens comuns

Eu não fazia a menor ideia do que fosse comida filipina até a semana passada, quando fui, no bairro paulistano da Liberdade, a um restaurante de nome pouco inventivo: Filipinas. O cardápio lista algumas coisas exóticas, feitas com miúdos de porco. Fui de adobo, um dos pratos nacionais filipinos. O nome vem do espanhol, povo que colonizou as ilhas, e quer dizer "marinada" ou "vinha d'alhos". Alho, aliás é o que não falta no adobo filipino. Os outros temperos também são prosaicos: cebola, vinagre, shoyu, louro e pimenta-do-reino. Você obtém, misturando ingredientes comuns e bari-

tos, uma comida diferente de qualquer coisa das culinárias com que estamos familiarizados. O adobo filipino é tão ibérico quanto é asiático, com seus alhos e molho de soja. As duas carnes mais comuns para o adobo são o frango e o porco. Escolhi porco, o adobong baboy de panceta. O corte resiste ao cozimento longo e lento — não remove o couro, ele fica macio, e o colágeno ajuda a engrossar o molho. Se fizer com frango (adobong manok), use coxas ou sobrecoxas: o tecido conjuntivo vai espessar o caldo. O adobo costuma ser servido com arroz branco ou arroz com alho frito

Marcos Nogueira  
folha.com/receitasdomarcao



Adobong baboy, o porco à filipina, acompanhado de arroz com alho frito Marcos Nogueira/Folhapress

### ★ Adobong baboy

Rendimento: 4 porções  
Dificuldade: fácil

- Ingredientes**
- 700 g de barriga de porco
  - 1 cabeça fatiada fina
  - 1 cabeça de alho picado
  - 1 colher (chá) de sal
  - 1 colher (chá) de pimenta-do-reino
  - 6 folhas de louro
  - 2 colheres (sopa) de óleo
  - 200 ml de vinagre branco
  - 100 ml de shoyu
  - 2 batatas, descascadas e cortadas ao meio

#### Modo de fazer

- Corte a carne em cubos de 3 cm de lado. Numa panela larga de fundo grosso, misture com a cebola, o alho, o sal, a pimenta, o louro

- e metade do óleo. Deixe pegar gosto por meia hora.
- Ligue o fogo baixo e refogue, devagar, até a cebola e a carne comecem a dourar.
- Adicione o vinagre, ajuste o fogo para médio e cozinhe, mexendo com a colher de pau, por 5 minutos, até o ácido evaporar. Junte o shoyu e 200 ml de água. Tampe a panela e reduza o fogo novamente.
- Deixe cozinhar por 40 minutos, mexendo de vez em quando. Numa frigideira, aqueça o óleo restante e doure a batata.
- Junte a batata à panela do porco, cubra com água e cozinhe até o molho engrossar e amaciar a carne e a batata. Sirva com arroz.